
Gonçalo Rafael Soares Santos

O Associativismo Urbano: O caso da
Cidade de Coimbra

Dissertação de Mestrado na área de Geografia Humana, especialidade em Ordenamento do Território e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob orientação do Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás.

Com a cooperação e ajuda da Nippon Foundation.

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2011

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Professor Doutor Paulo Carvalho, orientador deste trabalho, por me ter dado a oportunidade de desenvolver este projecto sob a sua orientação, pela compreensão e paciência que teve ao longo deste projecto, demonstrando sempre uma grande dedicação e disponibilidade.

O meu segundo agradecimento vai para às associações, instituições e personalidades que amavelmente colaboraram comigo ao longo da minha investigação e nas suas diferentes fases.

Também quero deixar o meu agradecimento aos meus colegas de trabalho que sempre foram apoiando e dando entusiasmo para seguir em frente, em especial aos colegas do Gabinete, e também à Dr.^a Ana Malho e Dr. Paulo Cipriano que permitiram conciliar o meu trabalho na Instituição com o meu caminho académico.

Gostaria de agradecer a todos os meus amigos de Miranda do Corvo e Coimbra, assim como aos meus colegas de faculdade por todo o apoio, amizade e bons momentos que tivemos juntos.

A toda a minha família que sempre estiveram presentes, procurando sempre ajudar com todo o apoio e carinho. A todos, mas em especial ao meu Pai, à minha Mãe, ao meu Irmão, à Yolanda, à Isabel e ao Sotero.

Bruno, “Irmão”, todas as palavras de agradecimento pecariam por escassas, tu um incansável amigo que tiveste na origem desta viagem que começou em 2004, levando-me a acreditar que o sonho comanda a vida, que seria capaz de atingir os meus objectivos. Tu, esse amigo que toda a gente um dia sonha ter. Espero um dia conseguir retribuir toda essa magnitude de apoio e amizade. Obrigado

A ti Manela, pela importância que tens na minha vida, por seres o meu Ordenamento, a minha Geografia, o meu Mundo, por seres a minha Vida. Pelo teu amor, pelo teu sorriso, pela tua simplicidade, pela tua ternura, por toda a força que consegues transmitir de forma a que eu consiga enfrentar todas as contrariedades com audácia e coragem. A ti, essencialmente pelo teu exemplo de empenho, de trabalho e extrema dedicação. Espero continuar a ter o privilégio e merecimento de caminhar a teu lado, juntamente com o teu amor e tendo como companheira essa pessoa muito especial que um dia eu tive a sorte de conhecer.

A todos.....
o meu mais sincero obrigado.

Resumo

O Associativismo é motor de progresso numa sociedade, e penso que muito mal procederá o poder político que o ignore, que não o incentive, que não o proteja. A meu ver as associações são certamente um símbolo de vida, de construção e de esperança, e o trabalho voluntário e benfeitor é estruturante da economia social, levando a uma efectiva cidadania. As associações são tão velhas como o homem e é seguramente por isso que chamamos ao homem de animal social, o Homem tem a necessidade vital de se relacionar com o outro, de criar laços de cooperação e de entreatajuda. Como o Associativismo é uma manifestação da sociedade é óbvio que a evolução da mesma “induz” ao ajustamento e o ao aparecimento de novas formas, foi o que sucedeu com o 25 de Abril de 1974. Como verificámos que sensivelmente metades das associações que hoje temos em Portugal decorem do 25 de Abril de 1974, a par do substancial aumento do número de associações. Surgiu uma grande diversificação de associativismo: movimento de moradores; juvenil e estudantes; ambiente e ecologia; de pais e de família; etc. Mais tarde, na década de oitenta do século vinte, surgiram as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e ADL (Associações de Desenvolvimento Local).

Actualmente, o Associativismo é um assunto de grande interesse que vale ser tido em conta quando estudamos uma cidade saudável, pois este pode ser integrado no desenvolvimento sustentável. A cidade de Coimbra faz parte dessa rede e nesse sentido quisemos saber como é que se distribui a rede associativa na área urbana e como é que contribui para a melhor qualidade de vida dos seus habitantes, e sendo assim fizemos uma investigação e uma análise em volta dos residentes e das associações, através inquérito por questionário que possibilitou saber as características dos inquiridos.

Abstract

The associativism is the driving force of a society progress, and mistaken is any political power that ignores, does not encourage or protect such social manifestation. The associations are a symbol of life, construction and hope and the volunteer work supports the social economy and consequently results in an effective citizenship. Associations are old as human beings, which have a vital need to establish relationships, cooperate and help the other.

As associativism is a manifestation of the society, it is normal that transformations and evolution of such groups result in new forms and ways of expression. That was what happened after the 25th April of 1974. Although there was a huge increase in the number, about half of the associations that we have nowadays exists since then. The associations have diversified in the different fields: neighbourhood, student, environment and ecology, parents and family and many others. During the eighties, have also appeared the IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) and ADL (Associações de Desenvolvimento Local).

Currently, the associativism is crucial for an integrated and sustainable city development that it urges to approach and study the particular case of Coimbra. I investigated how the diverse associations are distributed throughout the city. I also studied how this network of associations contributes for the well being and quality of life of this particular population. For that, I inquired a group of habitants of Coimbra about their ligation to associations as well as their activity. I also contacted several associations in order to obtain their purpose of existence.

This way I could establish a detailed description of the existing associations and establish a profile of features that characterize the population of Coimbra in terms of the type of associations that they frequent as well as their opinion about these associations.

Índice geral

AGRADECIMENTOS	2
RESUMO	4
ABSTRACT	5
ÍNDICE GERAL	6
ÍNDICE DE FIGURAS	8
ÍNDICE DE QUADROS	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	14
O ASSOCIATIVISMO: NOMENCLATURA E DESENVOLVIMENTO	14
1.1. <i>Associativismo e a sua concepção</i>	14
1.2. <i>O Terceiro sector em Portugal e o posicionamento do associativismo</i>	16
1.3. <i>O trajecto do associativismo na sua afirmação em Portugal</i>	18
CAPÍTULO 2	21
A IMPORTÂNCIA DO ASSOCIATIVISMO URBANO COMO FORMA DE INCENTIVO A COESÃO SOCIAL	21
2.1. <i>A repulsa social: condições para o associativismo</i>	21
2.2. <i>Associativismo como instrumento de coesão social e de cidadania democrática</i>	22
CAPÍTULO 3	24
A RELAÇÃO ENTRE ASSOCIATIVISMO URBANO, PODER LOCAL E PLANEAMENTO URBANO	24
3.1. <i>A relação entre o associativismo e o poder local</i>	24
3.2. <i>Planeamento e associativismo: participação pública</i>	25
CAPÍTULO 4	28
A IMPORTÂNCIA DO ASSOCIATIVISMO PARA O CENTRO URBANO	28
4.1. <i>A projecção do associativismo no território quer pela sua localização quer pela dinamização que propõe para ele</i>	28
CAPÍTULO 5	31
A DIVERSIDADE DE ASSOCIAÇÕES E A SUA UTILIDADE PARA UMA CIDADE SAUDÁVEL	31
5.1. <i>Associações Culturais e Recreativas</i>	32
5.2. <i>Associações Desportivas</i>	33
5.3. <i>Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)</i>	36

5.4.	<i>Associações de Pais.....</i>	37
5.5.	<i>Associações de Moradores.....</i>	38
5.6.	<i>Associações de Desenvolvimento Local.....</i>	40
5.7.	<i>Escutismo e novas formas educativas.....</i>	41
5.8.	<i>O aparecimento das Associações Ambientalistas.....</i>	42
CAPITULO 6.....		45
ESTUDO DE CASO: ASSOCIATIVISMO URBANO EM COIMBRA.....		45
6.1.	<i>Enquadramento da área de estudo.....</i>	45
6.2.	<i>Dinâmica populacional: principais indicadores.....</i>	46
6.3.	<i>Dinâmica económica: principais indicadores.....</i>	52
6.4.	<i>A cidade e as várias associações: o seu posicionamento na área em estudo.....</i>	58
6.5.	<i>Inquérito realizado à população de Coimbra: análise de resultados.....</i>	73
6.6.	<i>As diferentes actividades associativas frequentadas pela população.....</i>	86
CAPITULO 7.....		94
ASSOCIATIVISMO COMO UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA CIDADE DE COIMBRA: ANÁLISE EXPLORATÓRIA.....		94
7.1.	<i>Comparação entre as três associações em estudo, segundo um pequeno inquérito realizado a cada uma delas.....</i>	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		111
SITES CONSULTADOS:.....		114
ANEXOS ANEXO 1 – INQUÉRITO.....		116

Índice de Figuras

Figura 1.	Localização da área de estudo	46
Figura 2.	Varição da população 1991/2001 e índice de envelhecimento em 2001	48
Figura 3.	Densidade populacional nas freguesias da área em estudo em 2004.....	49
Figura 4.	Proporção de jovens (%) nas freguesias da área em estudo em 2001 e estrutura etária da população, na área em estudo, em 2001.....	51
Figura 5.	Nível de instrução atingido em 2001.....	52
Figura 6.	Taxa de actividade (%) e indivíduos residentes empregados em 2001	54
Figura 7.	Taxa de desemprego (%) e indivíduos residentes desempregados em 2001	55
Figura 8.	Distribuição da população empregada por sectores nas freguesias e os indivíduos empregados no sector terciário nas subsecções em estudo, em 2001	56
Figura 9.	População empregada pelos ramos de actividade do sector terciário no concelho, em 2007.....	58
Figura 10.	Localização dos vários tipos de associações na área de estudo, em 2011.....	59
Figura 11.	Valências das IPSS, no distrito de Coimbra em 2000	60
Figura 12.	Localização das IPSS nas áreas de estudo	61
Figura 13.	Localização das associações culturais e recreativas na área em estudo	62
Figura 14.	Localização das associações desportivas na área de estudo.....	66
Figura 15.	Localização das associações comerciais na área de estudo	67
Figura 16.	Localização das associações de saúde na área de estudo.....	68
Figura 17.	Localização das associações ambientalistas e defesa do património	69
Figura 18.	Localização das associações profissionais na área de estudo	70
Figura 19.	Relação entre o tipo de áreas urbanas e a localização das várias associações	71
Figura 20.	Relação da localização das associações com a densidade populacional.....	72
Figura 21.	Frequência de actividades associativas pelos inquiridos	75
Figura 22.	Frequência de actividades associativas, segundo o género	76
Figura 23.	Frequência de actividades associativas, segundo o grupo etário.....	77
Figura 24.	Frequência de actividades associativas, segundo o estado civil.....	78
Figura 25.	Frequência de actividades associativas, segundo o nível de instrução.....	79
Figura 26.	Frequência de actividades associativas, segundo a situação profissional.....	80
Figura 27.	Frequência de actividades associativas, segundo a ocupação do tempo livre	81
Figura 28.	Frequência de actividades associativas segundo a prática de actividades físicas	82
Figura 29.	Frequência de actividades associativas, segundo o estado de saúde.....	83
Figura 30.	Frequência de actividades associativas, segundo a relação de vizinhança	84

Figura 31.	Frequência de actividades associativas, segundo o problema da insegurança no bairro.....	85
Figura 32.	Frequência de actividades associativas pelas freguesias	86
Figura 33.	Distribuição da frequência das várias actividades associativas	87
Figura 34.	Frequência dos vários tipos de actividades, segundo o género	87
Figura 35.	Frequências dos vários tipos de actividades, segundo o escalão etário	89
Figura 36.	Frequência dos vários tipos de actividades, segundo o nível de instrução.....	90
Figura 37.	Frequência dos vários tipos de actividades, segundo o estado civil.....	91
Figura 38.	Frequência dos vários tipos de actividades, segundo a ocupação do tempo livre ...	92
Figura 39.	Frequência dos vários tipos de actividades, segundo a distribuição pelas freguesias.....	93
Figura 40.	Principais vectores do desenvolvimento sustentável	95

Índice de Quadros

Quadro 1.	Características do 3.º Sector	17
Quadro 2.	Características de algumas associações culturais e recreativas de Coimbra.....	63
Quadro 3.	Resultados do inquérito realizado à população de Coimbra.....	73
Quadro 4.	Resumo dos pontos fortes da Associação Académica de Coimbra.....	99
Quadro 5.	Resumo dos pontos fortes da Associação Comercial e Industrial de Coimbra	100
Quadro 6.	Resumo dos pontos fortes da Quercus.....	101
Quadro 7.	Fundação das associações.....	102
Quadro 8.	Número de sócios e escalão etário.....	103
Quadro 9.	Tipos de veículos que possuem.....	104
Quadro 10.	Tipo de instalações nas várias associações	105
Quadro 11.	Habilitações e escalão etário dos dirigentes	106

Introdução

1. Justificação do tema

O associativismo é um tema de grande pertinência que importa considerar quando estudamos uma cidade saudável, pois este pode ser integrado no desenvolvimento sustentável.

A rede de cidades saudáveis tem como máxima, a *Saúde Para Todos (SPT)*, produzido pela Organização Mundial de Saúde e tendo em conta as orientações da Carta de *Ottawa*. O conceito de SPT tem uma série de princípios que assentam essencialmente sobre a saúde e a igualdade de acesso para a toda população, sendo muito importante para isso a participação da comunidade. A cidade saudável é aquela que evidencia um forte interesse pela saúde dos seus habitantes e assim vai melhorando os seus ambientes, propagando recursos para que as pessoas possam apoiar-se entre si e alcançar o seu máximo potencial. Aqui começa o cerne da questão, pois para uma cidade alcançar a sua plenitude necessita da participação de todos. Por este propósito será necessário considerar a participação dos cidadãos e incentivá-los a usar a sua cidadania. Para tal e segundo um dos objectivos da Associação de Municípios das Cidades Saudáveis, o movimento associativo é um dos caminhos a seguir.

Nestes termos, o presente trabalho tem como objectivos evidenciar a contribuição das diferentes associações em Coimbra tendo em conta a forma como estas actuam sobre a cidade, que relações proporcionam, que contributo vem dar para uma melhor qualidade de vida da população que está envolvida nas associações e também para a que não faz parte, como é que pode ser útil a sua participação junto do poder local, proporcionando um melhor planeamento urbano. Não obstante, surge para a realização deste trabalho uma problemática que tentará ser respondida e que se prende com a seguinte questão: Será que as associações em Coimbra conseguem responder às necessidades actuais da população urbana ajudando assim para uma melhor

qualidade de vida da cidade saudável e para alcançar o desenvolvimento sustentável?

2. Objectivos e metodologia

O presente trabalho, tem como objectivo geral proporcionar o conhecimento sobre a diversificação das Associações/Associativismo na Cidade de Coimbra. Embora trabalhe em Coimbra desde 1999, e com isto conheça um pouco da Cidade, gostaria de fazer uma investigação sobre esta temática, para através do trabalho de investigação, dar a conhecer o Espaço e as Organizações nele intervenientes.

Saliento algumas questões às quais pretenderei obter resposta, como: Qual a importância do associativismo para a cidade? Qual a relação com a autarquia? Que potencialidades e que ofertas de actividades à população associada e não associada existem no Espaço? Qual a posição das associações actualmente?

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho prendeu-se com uma análise documental baseada em publicações científicas em formato papel, em formato digital e com recurso à internet.

Houve portanto uma pesquisa e análise de referências bibliográficas, dados estatísticos retirados do Instituto Nacional de Estatística, consulta de alguns sites, a utilização do SPSS para a análise dos inquéritos (por questionário) realizados à população residente em Coimbra, com o cálculo do qui-quadrado.

Como principais dificuldades encontramos a difícil definição de tipologias associativas, pois uma associação actualmente engloba uma grande variedade de actividades.

3. Estrutura do trabalho

O presente trabalho está organizado, de modo informal, em quatro partes que por sua vez, se articulam em sete capítulos e estão organizadas da seguinte forma.

Na primeira parte faremos referência aos conceitos e contextos sociopolíticos em que surgem os movimentos sociais, assim como a sua respectiva evolução e modernização dos temas defendidos. Ainda nesta parte referimos a importância do associativismo para a coesão social e territorial, a sua relação com o poder local e contributo para o planeamento. Por fim, expomos a posição do associativismo e posição na cidade actualmente tendo em conta a dinamização que propões para ela.

Na segunda parte descrevemos, resumidamente, os vários tipos de associativismo, salientando as suas principais características. Na terceira parte referimos o estudo de caso deste trabalho que será a cidade de Coimbra e em primeiro lugar faremos uma breve caracterização ao nível demográfico e económico. No ponto seguinte propomos uma observação das várias associações na cidade e a sua distribuição, tendo em conta a génese e a dinâmica de crescimento ao longo dos últimos séculos. Ainda nesta parte faremos a análise dos resultados de inquéritos realizados à população da área em estudo, tendo em conta várias variáveis. Na última parte analisaremos em particular três associações, presentes na cidade de Coimbra, de modo a entendermos o seu contributo para o desenvolvimento sustentável.

Por fim apresentaremos as considerações finais.

CAPITULO 1

O Associativismo: nomenclatura e desenvolvimento

1.1. Associativismo e a sua concepção

O associativismo é um tema complexo podendo ser analisado, segundo diversas perspectivas variando em alguns pontos de autor para autor. Assim, TOCQUEVILLE (1972) citado por FERNANDES (2003), refere-se ao associativismo como uma garantia de liberdade e de democracia onde se reúne um conjunto de pessoas com o intuito de alcançar um objectivo definido. A associação torna-se uma garantia indispensável contra o despotismo da maioria. Na época em que o autor escreve vive-se num regime de ditadura (não só em Portugal) onde as organizações colectivas eram reprimidas sendo reprimida também a liberdade de expressão e de livre associação.

Nos anos noventa, quando a democracia estava instalada e quando havia um domínio da sociedade capitalista e todas as actividades que eram desenvolvidas tinham de ter um lucro, surge outra definição de associação feita por BOUDON (1990), citado por FERNANDES (2003), em que as associações são identificadas como sendo um agrupamento de duas ou várias pessoas que põem em comum os seus conhecimentos e a sua actividade que não seja a de partilhar lucros. Sendo assim podemos dizer que as associações tem como característica a pertença ao sector “*non profit*”, ou seja, ao sector não lucrativo.

Posto isto, analisamos o associativismo quanto a outras características que ele possui e que se tornam imprescindíveis ao definirmos este conceito. Neste sentido, o associativismo é definido como a expressão organizada da sociedade civil, apelando à responsabilização e intervenção dos cidadãos em várias esferas da vida social e constitui um importante meio de exercer a cidadania (Instituto de Desenvolvimento Social, 2001 citado por COSTA, 2002).

Com esta definição podemos dizer que uma associação é uma organização de cidadãos que actuam a vários níveis na sociedade sendo um meio de executar a cidadania e segundo COSTA (2002) é também um acto de liberdade, adesão ou filiação em qualquer movimento organizativo que assenta em três bases essenciais que são a democracia, liberdade e solidariedade, e tem por base do seu funcionamento a equidade entre elementos sendo que têm todos os mesmos deveres e direitos. A associação comporta-se como uma “porta aberta” para quem quer entrar e sair sendo posta em prática a liberdade, pois cada indivíduo que quer pertencer a uma associação pode entrar nela por livre e espontânea vontade sendo uma adesão livre, e quando quiser sair também o pode fazer livremente. Por outro lado a associação é um acto de solidariedade porque implica alcançar um objectivo comum com o esforço e participação de todos os seus associados voluntários.

Sendo assim, ANDER-EGG (1999) citado por COSTA (2002), apresenta a associação como um conjunto de pessoas associadas que trabalham para alcançar um objectivo tendo em conta todo um conjunto de regras que são conhecidas e que regem o funcionamento da mesma. Nesta perspectiva, a associação tem obrigatoriamente uma organização com regras impostas e que devem ser cumpridas por todos.

Todavia, ao tentarmos definir associativismo somos confrontados com duas características que são necessárias, embora pouco relevantes dado que quando se nos referimos ao associativismo apenas nos são dadas características da sua constituição excluindo características de localização e de temporalidade. Assim, referimo-nos às características do espaço/edifício e ao tempo.

Em primeiro, falamos do tempo e segundo GUILLAUME (1987), citado por FERNANDES (2003) que aponta para a permanência temporal da associação, ou seja, há uma distinção entre uma reunião ocasional de pessoas e entre algo que tem uma personalidade jurídica duradoura que permanece para além dos indivíduos que naquele momento a constituem. Neste sentido uma associação, em termos jurídicos, só se denomina segundo o Artigo 46 da Constituição da República Portuguesa que reconhece o direito à associação e a doutrina legal

define-o na sua forma como um agrupamento de vários indivíduos que põem certos bens ou serviços em comum com uma finalidade que exclui a procura de um lucro pessoal (Comissão Europeia, 1997, citado por MONTEIRO, 2004), apenas adquirindo personalidade jurídica aquelas associações cujo acto de constituição seja autenticado por um notário e o seu conteúdo esteja em conformidade com o número 1, do artigo 167º do Código Civil. (MONTEIRO, 2004). Por outro lado uma associação só deixa de existir, segundo o código civil (art.º 182 CC): primeiro por deliberação da assembleia-geral; segundo pelo decurso do prazo, se tiverem sido constituídas temporariamente; terceiro pela verificação de qualquer outra causa extintiva prevista no acto de constituição ou nos estatutos; quarto pelo falecimento ou desaparecimento de todos os associados; quinto por decisão judicial que declare a sua envolvimento; sexto por decisão judicial quando: o seu fim real não incida com o fim expresso no acto de constituição ou nos estatutos, o seu fim seja tematicamente prosseguindo por meios ilícitos ou imorais, a sua existência se torne contrária à ordem pública (FERNANDES, 2003).

Em segundo lugar, referimo-nos à característica do espaço. Neste sentido, uma associação necessita de um espaço onde os seus associados possam reunir-se, executar as suas tarefas/actividades, ou seja tem de ter um edifício.

Em conclusão, o associativismo deve possibilitar “planear o futuro; intervir sobre o presente; intervir nas relações humanas; ser solidário; rentabilizar os recursos; garantir a continuidade de projectos; legitimar o direito de participação e reivindicação; aprender as regras fundamentais da democracia; contribuir para o bem-estar comum [num território].” (ADE, 2002, citado por FONSECA, 2005:30).

1.2. O Terceiro sector em Portugal e o posicionamento do associativismo

O défice de actuação do Estado-Providência parece ter sido parcialmente compensado pela actuação de uma sociedade suficientemente forte em

relações de comunidade, inter-conhecimento e inter-ajuda (NUNES *et al*, 2001). O Estado não consegue responder às necessidades da população o que fará surgir a organização de grupos de pessoas que compõem as associações. Estas por sua vez têm um papel de complementar algumas das funções que são da responsabilidade estatal, que preconizam o bem-estar da população.

Neste sentido, a reduzida intervenção do Estado e a sociabilidade presente na família constituem as condições fundamentais para o desenvolvimento do terceiro sector (NUNES *et al*, 2001).

O terceiro sector tem como característica ser um “sector não lucrativo [que se enquadra] numa perspectiva que valoriza, essencialmente o carácter económico, pela diferenciação desta realidade ou espaço social em relação ao mercado. A essência do sector social em causa assente na não pretensão de lucro, ao contrário do mercado” (JANUÁRIO, 2000:38).

Além disto, este sector tem ainda outras características que estão agrupadas no seguinte quadro, tendo por base o resumo elaborado por NUNES *et al* (2001:40).

Quadro 1. Características do 3.º Sector

1. São organizações dotadas de gestão autónoma face ao Estado;
2. A propriedade é institucional e não repartível pelos participantes;
3. Não têm fins lucrativos;
4. Praticam uma gestão democrática e participativa;
5. Orientam-se de acordo com o predomínio do factor trabalho sobre o capital, pelo que enfatizam a qualidade do serviço a prestar aos seus destinatários, bem como a aposta no desenvolvimento dos que nela trabalham;
6. Operam segundo um modelo organizacional inspirado nas fórmulas empresariais existentes noutros sectores;
7. Assumem formas organizacionais muito diversificadas;
8. Têm em vista o bem – estar ou equilíbrio social.

O terceiro sector corresponde a uma economia social que estará independente do primeiro sector (Estado) e do segundo sector (Empresas). No entanto há uma heterogeneidade dentro do terceiro sector o que pode ser encarado comopositor ou como aliado, como substituto ou como complementar quer do sector estatal quer do mercantil, consoante as organizações (FERREIRA, 2004). Este sector torna-se aberto, misto, pluralista e intermédio.

O terceiro sector é entendido como um conjunto de iniciativas organizadas que visam combater a exclusão social, através de acções que colmatem as necessidades dos mais desfavorecidos ou de medidas emancipadoras desta população, que o identifica como o espaço social privilegiado de auto-superação da exclusão social, da emancipação, da construção da cidadania, do *empowerment*¹ (JANUÁRIO, 2000). Neste sentido, a construção da cidadania está subjacente a ideia de construção da própria sociedade civil.

Estando a exclusão social associada a uma perda progressiva da efectivação da cidadania, a cidadania relacional consistirá na que é própria dos conteúdos e a práticas relacionais de campo, a qual poderá compensar alguma diminuição da cidadania real, garantindo a defesa de determinados produtos decorrentes aos direitos dos cidadãos (HESPANHA, 1997:317 citado por JANUÁRIO, 2000). Daí que o associativismo constitua uma base importante na luta contra a pobreza e exclusão social, pela participação política activa que permite e pelo *input* que constitui ao resistir através de serviços e diversas acções, a possibilidade de exercício de cidadania.

1.3. O trajecto do associativismo na sua afirmação em Portugal

O movimento associativo tem vindo a modificar-se ao longo dos tempos. No século XIX e até anos 60 o movimento associativo era feito por classes

¹ A noção de *empowerment* passa obrigatoriamente pela postura e tipo de intervenções assumidas pelas instituições de intervenção assumidas pelas instituições de solidariedade social (JANUÁRIO, 2000).

trabalhadoras que lutavam por direitos como a liberdade e igualdade sendo estas reivindicações sustentadas em associações muito diversas como: mutualidades; cooperativas de produção e consumo, colectividades de cultura, educação não formal, recreio e desporto, sindicatos e partidos de classe. A partir dos anos 60, surgem **novos movimentos sociais** pelos direitos culturais ou de autonomia expressando-se em novas associações movidas pelo anti-colonialismo, anti-racismo, a não discriminação entre homem-mulher, defesa do ambiente e do património construído, a promoção e divulgação artística, a crítica da escola-instrução e cooperação com países do Terceiro Mundo (FERNANDES, 2002). Nestes novos movimentos há como que uma mistura entre questões novas (pós-materialistas) e velhas (necessidades básicas) (FERREIRA, 2004), pois nos últimos anos têm surgido novas associações com o objectivo de preencherem novos interesses.

No caso Português, o associativismo afirma-se desde os meados do século XIX surgindo associado a organizações de natureza profissional, reunindo trabalhadores ligados ao comércio ou artesanato. O século XIX foi marcado por uma maior consciência social e cívica, associada ao confronto de classes e à reivindicação colectiva aumentando o protagonismo das associações de cidadãos e cidadãs (FONSECA, 2005).

Todavia há um período onde há a supressão das associações sendo este período caracterizado por um regime de ditadura.

Após o 25 de Abril de 1974 com a institucionalização de Estado de direito democrático é clarificada a importância da sociedade civil que até então tinha sido descurada no período da ditadura. Começa-se a perceber a extrema importância do papel dos cidadãos e das suas organizações face a uma crise civilizacional. A re-emergência da sociedade civil, manifestada na expansão e diversificação do associativismo constituiu um dos sinais dos novos tempos, fruto da democracia e das esperanças de Abril, mas também da crítica ao estatismo e ao modelo de desenvolvimento dos países ricos, crítica que se generaliza a partir dos anos sessenta (FERNANDES, 2002).

Neste sentido é importante que surjam novas soluções e actualmente assiste-se a uma liberdade da associação que se traduz em **associações de tipo novo** que exercitam a democracia participativa através protecção dos direitos consagrados (crianças e jovens, idosos, mulheres, pobres e excluídos socialmente); pelo reconhecimento de novos direitos (ambiente, anti-racismo, minorias...) e pelas estratégias de desenvolvimento local (FERNANDES, 2002).

CAPITULO 2

A importância do Associativismo Urbano como forma de incentivo a coesão social

2.1. A repulsa social: condições para o associativismo

O conceito de exclusão social é considerado como uma premissa para a coesão social. Assim, entende-se que a exclusão social é um fenómeno que provoca desigualdades no acesso ao mercado de trabalho, a uma pensão de reforma que permita a subsistência de quem a auferir, a um rendimento suficiente para cobrir todas as despesas essenciais, a uma habitação condigna e com o mínimo considerável de condições (ALVES, 1996).

A exclusão é um conceito que ultrapassa o de precariedade estando associado à falta de recursos e de emprego o que acentua a crise social e de cidadania (SALGUEIRO, 2000). A exclusão social passa muitas vezes pelo não enquadramento dos cidadãos naquilo que são as normas e regras que a sociedade impõe. O facto de não ter recursos económicos, de não ter uma casa condigna, de pertencer a outra cultura (surto de imigrantes), de ser portador de deficiências; de se ser idoso, de ser portador de doenças contagiosas e de ter uma estrutura familiar diferente, entre outros motivos, proporciona a que haja uma exclusão por parte da sociedade para aqueles indivíduos que tem valores e maneiras de viver diferentes daquelas que são consideradas as “normais” para a sociedade. Para SALGUEIRO (2000) denominam-se por condições sócio-demográficas que vão potenciar o isolamento de indivíduos, ou seja, a exclusão.

Todavia importa distinguir entre o conceito de pobreza e o de exclusão dado que não são a mesma coisa. A pobreza implica alguma marginalidade mas é diferente da exclusão dado que este conceito apresenta-se como uma menor

inserção social e familiar sendo muito difícil sair dessa situação (SALGUEIRO, 2000).

Em resumo, as causas da exclusão social podem ter um carácter económico, social e também urbanístico. Este último vai reflectir as políticas e formas de organização do espaço que influenciam os mais desfavorecidos como quando os expulsão ou os instalam noutro sitio. Neste sentido, a par da exclusão social vem a marginalização dos territórios tendo estes dois conceitos uma relação muito estreita. Segundo SALGUEIRO (2000) a marginalização dos territórios corresponde a uma representação negativa e está associada à presença de condições inferiores às da norma em termos de acessibilidade, infra-estruturas e serviços; à acumulação de populações marginalizadas em determinados locais; ao abandono pelos investimentos por diminuição da rentabilidade da ocupação face ao crescimento de oportunidades de investimento noutros locais.

2.2. Associativismo como instrumento de coesão social e de cidadania democrática

O associativismo pode e deve funcionar como um meio de coesão social e de cidadania democrática. A coesão social tem como a ideia a adesão dos cidadãos a valores comuns a um bem-estar partilhado sendo assim, o associativismo pode contribuir para ajudar os cidadãos a resolver problemas de exclusão social contribuindo assim para a coesão social. Neste sentido, as associações surgem como espaços de auto-organização dos cidadãos tornando-se necessário que clarifiquem uma estratégia de serviço aos associados e serviço à comunidade. Posto isto, há uma necessidade de reequacionar a vocação cívico-cultural das associações com sentido pela participação, comunicação e pelo exercício de democracia inserindo-se a comunidade local. A associação permite lutar contra os motivos de exclusão que muitas vezes se reportam a problemas de língua, cultura, religião, alimentação, política e do passado (MONTEIRO, 1996).

A ideia de que a principal fonte de educação é a escola vai contribuir para a desvalorização das possibilidades ricas de socialização oferecidas através das práticas associativas colocando de parte a educação não formal. Actualmente, aponta-se para uma educação formal com regras, deixando a educação não formal exercitada nas associações que por sua vez desenvolve valores como a democracia, a solidariedade, liberdade, a socialização, a entreajuda, a integração (FERNANDES, 2002).

As associações promovem a cidadania que começa desde cedo pela relação entre vizinhos que será fruto de uma educação baseada em iniciativas que tenham vontade de criar uma sociedade melhor. O movimento associativo está confrontado com problemas e desafios mas também com oportunidades únicas, se a escolha for constitui-lo como eixo fundamental para aprofundar a democracia e encorajar a solidariedade (FERNANDES, 2002).

CAPITULO 3

A relação entre Associativismo Urbano, Poder Local e Planeamento Urbano

3.1. A relação entre o associativismo e o poder local

As associações têm um importante papel junto do poder local podendo assim ser promovida uma democracia participativa e como refere VILAÇA (1991:185), “através do associativismo, as populações conseguem fazer representar-se junto das organizações do poder, promovendo assim a democracia participativa e introduzindo uma correcção à democracia representativa”. O poder local concentra cada vez mais competências estando delas dependentes as populações que têm muita dificuldade em ser ouvidas quanto às suas necessidades e ideias. Uma das situações que se verifica é que algumas associações para poderem participar activamente na autarquia são regidas por um partido político o que é uma situação que nunca se deveria colocar.

Segundo PUIG (1994), é necessário definir uma estratégia comum entre o município e as associações da cidade para facilitar respostas qualitativas às mais diversas necessidades dos cidadãos, necessidades socioculturais cada dia mais graves, mais complexas e mais numerosas, que exigem o esforço de todas as organizações da cidade.

A relação entre as associações e o Estado pode apresentar diferentes posições, ou seja, por um lado encontramos associações que desenvolvem e afirmam o seu projecto político e por outro lado aquelas que rejeitam a ideia de o terem. Esta segunda opção prende-se com a “imagem actual criada em volta da política que é má, sugerindo o descrédito de quem a defende associando-se à hipocrisia, manipulação ou interesses” (PEREIRA, 1995, citado por FONSECA, 2005:39).

A autonomia das associações em relação ao Estado apresenta-se ambígua, pois é defendida a separação do Estado, da sociedade civil. Contudo, pode estar presente na sociedade a acção coordenada entre cidadãos e Estado e o papel deste enquanto auxiliador das manifestações individuais e colectivas da sociedade traduzido no apoio e delegação de responsabilidades por parte do Estado à sociedade civil (MONTEIRO, 2004). Cabe ao Estado financiar as organizações que existem para colmatar falhas no que se refere à acção e intervenção Estatal, não significando, no entanto, uma tentativa de manipulação. A sociedade civil, representada pelas associações, deve ser encarada como um poder autónomo do Estado e não como um prolongamento deste, deve apoiar as iniciativas da sociedade reconhecendo a sua importância e permitindo a sua expressão.

Em última análise, o Estado deve ter para com as organizações algumas formas de apoio como benefícios fiscais, empréstimos bonificados na fase de arranque das associações, acesso a infra-estruturas que facilitem a prossecução das actividades e legislação que enquadre profissionalmente os trabalhadores, cooperantes e voluntários (PEREIRA, 1995, citado por FONSECA, 2005).

3.2. Planeamento e associativismo: participação pública

A participação pública é reconhecida como um objectivo a atingir aquando da Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento em 1992 e que toma grande afirmação na Agenda 21. O público é tido como um importante agente do processo de desenvolvimento. Neste caso, o público pode ser entendido como os cidadãos individuais ou organizados em associações representativas. Neste sentido, entende-se por participação pública todos os processos de informação, consulta e envolvimento público, onde haja lugar à discussão directa com o público de propostas concretas de desenvolvimento e as suas alternativas, e dos efeitos das opções de

desenvolvimento ao nível do ambiente e do ordenamento do território. Trata-se de um contributo público para a decisão final (PARTIDÁRIO, 1999).

Actualmente é da maior importância a opinião do público nos processos de ordenamento e de avaliação ambiental do desenvolvimento. Todo o processo de participação, onde o diálogo está presente surge como uma grande vantagem o facto de o público se sentir mais envolvido na decisão tomada (PARTIDÁRIO, 1999). Recentemente, presenciamos uma forma de democracia participativa, ou seja, uma forma onde cada cidadão deu a sua opinião de modo a alterar a legislação sobre a interrupção voluntária da gravidez (como aconteceu também com a responsabilização). A população participou numa tomada de decisão, contudo, coloca-se a questão se estaria preparada para este tipo de democracia e consciente sobre a sua decisão e o que ela implicaria para o país. Apesar de tudo a população, ao participar, ao intervir sente-se útil ao país e mais integrada no país e na sua construção.

Nesta linha, a participação pública surge, assim, com o envolvimento da população em actividades de planeamento e gestão do território, podendo enumerar-se os seguintes objectivos desta participação: educar a comunidade afectada relativamente a aspectos positivos e negativos da solução proposta e as suas alternativas; integrar o público e o seu contributo no processo de planeamento e tomada de decisão; conhecer mais profundamente a realidade local utilizando o público para isso; compreender a comunidade face a situações de mudança; verificar predições sobre os sistemas sociais e ambientais; propor alternativas mais ajustadas à comunidade; criar situações que reduzem conflitos e a reacção à mudança, facilitando a cooperação social na protecção do ambiente e do processo de desenvolvimento (BURDGE et al, 1990, citado por PARTIDÁRIO, 1999).

A participação pública tem de entender a lógica, os fundamentos e objectivos da proposta de desenvolvimento sobre a qual a sua opinião é solicitada. (PARTIDÁRIO, 1999). O fenómeno *NIMBY* (*not in my back yards*) que se traduz por «não no meu quintal» surge em função da falta de esclarecimento sobre determinado acontecimento e as suas respectivas consequências. Para ser útil, a participação do público exige a disponibilização de informação

adequada e relevante, também necessitando de receber um sinal por parte dos órgãos de poder, a fim da sua participação valer a pena e o seu contributo ser útil. Assim, as associações tornam-se meios muito propícios para o desenvolvimento desta consciencialização por parte dos cidadãos e pode ensiná-los a serem activos e participarem nas decisões políticas que implicam mudanças para a sua área de residência, freguesia, concelho, distrito e até para o país. No entanto, os órgãos de poder têm de estar também predispostos para aceitar a participação dos cidadãos na tomada de decisões e consciencializá-los aquando da sua decisão, nomeadamente para aspectos positivos e negativos, como já foi referido anteriormente.

CAPITULO 4

A importância do associativismo para o centro urbano.

“As únicas associações urbanas são aquelas que são cúmplices de um território; que partem das necessidades e problemas reais dos cidadãos de um bairro ou cidade.” (PUIG, 1994:28)

4.1. A projecção do associativismo no território quer pela sua localização quer pela dinamização que propõe para ele.

Presentemente as associações surgem muito ligadas ao território pois este constitui a sua identidade possuindo uma cultura e uma organização social própria aliada à sua localização e às suas fronteiras geográficas (VILAÇA, 1999). Neste sentido há uma necessidade de preservar a cultura, o que é nosso, único e que pode ser dado a conhecer para outros que desconhecem tal realidade e também para a população residente. Com o associativismo serão então valorizadas as relações sociais – socialização – em dois sentidos: em primeiro, entre as pessoas de determinado território que estimulam a solidariedade, a cidadania, a participação, o espírito de união e que combatem a solidão. Nota-se que um dos papéis importantes para as associações será o acompanhamento da população e transportá-la para um «novo mundo» onde a inter-ajuda reina e onde a solidão desaparece o que ajudará a combater os problemas de saúde que se apoderam da população e esta não sabe como agir nem a quem recorrer para a ajudar. No segundo sentido, estabelecem-se relações entre as pessoas residentes e as pessoas que vêm de outros lugares e que desconhecem aquele território. Neste sentido pode começar uma interculturalidade.

O território é sem dúvida o promotor para a união de pessoas, especialmente territórios de pequenas escalas como freguesia ou bairro. Nele surgem a maioria dos projectos e iniciativas para otimizar a qualidade de vida pessoal, urbanística, política ou cultural. As associações, no território, são algo que está vivo, que produz, onde há um sentimento de pertença e onde há uma necessidade de construir redes de diálogo e participação (VILAÇA, 1999).

Na actualidade torna-se importante que exista uma condição para a solidariedade com outros locais, próximos ou distantes, confrontados com interesses e necessidades que são comuns às associações (FERNANDES, 2002), ou seja, há a necessidade de uma complementaridade inter-concelhia ou inter-regional.

Neste sentido torna-se importante compreender o território que compõe a cidade e o futuro das cidades só será possível se os cidadãos quiserem, sendo este querer traduzido numa organização para a construção continuada de uma cidade de relações humanas e não uma cidade como um grande “*supermercado*” (PUIG, 1994:22). O associativismo tem de ser mais sensível às necessidades contemporâneas dos cidadãos, mais eficaz em ideias e em produção de serviços devendo conseguir chegar a toda a gente.

Apenas as associações que apresentam uma ideia útil para resolver problemas da cidade, serão aquelas a ter êxito. Os cidadãos despertam o seu interesse porque é proposto algo para melhorar a sua qualidade de vida, para melhorar o seu quotidiano e a sua cidade. Quando uma associação não reflecte sobre a sua cidade nem sobre os seus cidadãos e não propõem ideias úteis, acaba por não ser cumprido o seu objectivo e finalizam num arquivo. Nesta linha, as ideias úteis definem a missão de uma associação e organizam todos os seus recursos e potencialidades voltados para a cidade (PUIG, 1994). Somente uma associação que fixa a sua ideia útil com precisão poderá realizar as suas relações organizativas e motivará a colaboração dos cidadãos com algumas ajudas económicas, com trabalho e com prestação de serviços.

Uma associação deve estar sempre presente na vida de uma cidade porque propõe, cria, ensina, ajuda sendo imprescindível para a qualidade de vida dos

cidadãos. Caso não exista algum dinamismo e participação na vida da cidade, teremos então cidades povoadas por “*zombis*” consumistas com tendência para a violência, o racismo, a passividade. Sendo assim as associações vão criar um espaço clínico que facilita o nascimento dos cidadãos para a participação activa na cidade (PUIG, 1994).

A rede de associações que se cria numa cidade mostra o exercício de liberdade dos cidadãos com as suas opções políticas, as suas visões do mundo e da cidade, as suas críticas e as suas propostas. A cidade das associações é uma cidade construída para a solidariedade. As associações dos cidadãos actuam como contra poder em defesa dos direitos das minorias, descentralizam a tomada de decisões, permitem o debate das opiniões dos cidadãos (PUIG, 1994:45).

CAPITULO 5

A diversidade de associações e a sua utilidade para uma cidade saudável.

A característica mais evidente do movimento associativo é a sua grande diversidade e fragmentação (FERNANDES, 2003). Posto isto há alguma dificuldade em obter uma única classificação para as associações. Contudo destaco diversas tipologias que foram sendo criadas ao longo dos tempos. Nos anos setenta, TOCQUEVILLE (1972), citado por FERNANDES (2003) esboça uma tipologia para as associações voluntárias fazendo uma clara distinção entre associações não formalizadas (sectores de opinião pública a par com a imprensa) e associações formalizadas (aquelas que evidenciam uma estrutura interna, constituída por indivíduos voluntários). No segmento das associações formalizadas, este autor apresenta três tipos de associações: em primeiro, as associações de natureza política (distinguem-se partidos políticos e associações políticas); em segundo, as associações civis (também distingue associações industriais e mercantis e associações morais e intelectuais) e, em último as associações religiosas.

Outra tipologia que foi apresentada por NORBECK (1983) citado por FERNANDES (2003) é a classificação das associações em seis tipos distintos: colectividades de cultura e recreio; associações de educação popular; organizações populares de base; grupos culturais; bombeiros voluntários e mistas (grupos de pais, associações de saúde comunitária e de defesa do património cultural).

Depois da apresentação destas duas tipologias analisamos associações presentes no território associando uma imagem a cada uma.

5.1. Associações Culturais e Recreativas

As associações Culturais e Recreativas têm como objectivo desenvolver um conjunto de actividades voltadas para a cultura assentando na participação dos cidadãos que se interessem em preservar memórias e tradições. O que interessa para estas associações é a cultura através das suas práticas e apropriações culturais quotidianas. Neste sentido, a cultura é um conjunto pluriforme de práticas, de símbolos e de sentidos. Todas as expressões culturais devem ter legitimidade e visibilidade porque traduzem apropriações diferenciadas de um espaço e de um tempo. A associação torna-se num espaço de convivialidade lúdica e recreativa para os sócios (VILAÇA, 1999).

Assim as actividades que este tipo de associações desenvolve estão todas ligadas à cultura sendo actividades como música (criação de bandas); teatro; cinema; folclore; jogos tradicionais (cartas, dominó, malha entre outros), jornais, cartazes e rádios locais e ainda sorteios, quermesses e festas de beneficência associadas à religião (VILAÇA, 1999).

As associações proporcionam motivos de encontro, permitem a congregação de esforços, o que leva à coesão de um grupo (MONTEIRO, 1996). Desta forma o grupo luta contra o risco de perder a sua identidade cultural, daí a importância do associativismo cultural.

As associações culturais e recreativas, por exemplo quando pensamos na imigração e em todas as comunidades que existem em Portugal (que são muitas), neste meio constituem um espaço que proporciona o convívio entre os membros do grupo de uma mesma cultura e permite reorganizar formas de relação anterior a que é dada continuidade, além de permitir lutar contra motivos de exclusão por parte da cultura receptora (MONTEIRO, 1996). Mantém-se contactos, fazem-se alianças e exprimem-se conflitos, reafirmam-se antigas ou novas lideranças. Tudo isto tem por base processos altamente enraizados na estrutura das terras de origem. Por estas razões é que se formam concentrações de tipo regional, mas acima de tudo, de tipo urbano, o que traduz a necessidade de uma estabilidade psicossocial compensadora da insegurança dada por um “mundo novo”. Neste sentido, o sentimento de

pertença é quase sempre muito mais idealizado do que aquilo que se verifica na prática, é ele que constitui a motivação para ocasiões de encontro e construção de melhorias.

A cidade confere uma dimensão sistemática à cultura regional circundante; podendo ser também pelo contrário em certos momentos um lugar de ruptura e de inovação, o que confere um problema que pode ser resolvido pelas associações culturais e recreativas que prestam um importante papel no sentido de desenvolver actividades culturais aos mais diversos níveis de modo a consolidar o espaço como uma referência cultural e simbólica (VILAÇA et al). A cultura vai funcionar como um elemento fundamental de coesão sócio-espacial.

Contudo, o movimento associativo tem de ser um interlocutor privilegiado e um agente dinâmico da concepção, execução e avaliação das intervenções culturais na cidade em particular nos espaços públicos. (VILAÇA et al).

5.2. Associações Desportivas

As associações desportivas apresentam-se hoje como uma das associações mais importantes na sociedade e a que mais voluntários detêm. Segundo SOUSA (1988) que faz uma caracterização deste tipo de associações, podemos dizer que há uma evolução que remonta desde as sociedades primitivas até à nossa sociedade.

Sendo assim, nas sociedades primitivas a vida em sociedade é uma das características da condição humana. Nestas sociedades a caça colectiva é o exemplo mais vulgar do associativismo. Já na Grécia Antiga, o associativismo é gerado pelas práticas físicas em ginásios, palestras e estádios, característicos do Antigo Mundo Grego. Praticavam no ginásio os mesmos exercícios que na palestra ficando o estádio para competição dos desportos mais atléticos.

Na Roma Antiga, a actividade desportiva toma um sentido de espectáculo que se realiza no circo e no anfiteatro, nas *naumaquias* e nas *venationes*. As

actividades desportivas começam também a ser encaradas como uma prática essencialmente higiénico terapêutica, consolidada pela construção de termas que ainda hoje podem ser vistas as ruínas no nosso país como é o caso das ruínas de Conímbriga. As associações desportivas em Roma aparecem ligadas à exploração dos balneários e às escolas de gladiadores.

Segue-se o período da Idade Média, onde o desporto aparece ligado às actividades militares mais propriamente ao nível da cavalaria. A cavalaria constituía uma associação por si só denominada de Ordem dos Cavaleiros. Neste período, são realizados torneios que se disputam em grupo, sendo o que hoje designamos de equipa e que implicavam algumas relações como amizade, espírito de grupo. Os jogos que se praticavam na cidade ou no campo contribuíram para cimentar as solidariedades provinciais.

Por fim na Idade Moderna, próxima das actuais associações desportivas, o desporto surge como uma forma de introduzir na educação da criança os exercícios corporais. Nesta época é valorizada a ginástica e o desporto escolar.

Segundo o autor citado anteriormente, acerca da evolução das associações desportivas e considerando os diferentes espaços, verifica-se que a cultura física tem cumprido diferentes papéis conforme o ideal do homem que se pretende formar como: o caçador, o militar, o atleta, o gladiador, o cavaleiro, o recordista, o profissional.

As associações desportivas não se ocupam somente de actividades desportivas ainda que essa seja a sua maior prioridade, levam também, a que os cidadãos se filiem nas “*associações somente como associados e não como associados praticantes*” (SOUSA 1988:72). Neste sentido questiona-se o porquê das pessoas se associarem a associações que têm actividades, essencialmente físicas? Como resposta apontam-se as principais motivações as necessidades motoras; a procura do risco; procura da aventura; o desejo de ganhar; a busca de vantagens; a imitação; a competição; a segurança; a busca da compensação; a procura de grupo (socialização) e o desejo de pertença a uma associação. Por outro lado é explicado porque é que as pessoas se associam sem que seja o seu primeiro objectivo praticar as actividades

desportivas desenvolvidas por este tipo de associação, apontando como principais razões as seguintes motivações: atracção do espectáculo que o desporto proporciona; com o desejo de ganhar e conseqüentemente uma identificação com o campeão e também com o sentimento de defesa do clube ou associação, denominada por “clubite”.

A associação implica um misto de dar e receber, ou seja, qualquer associado tem de ter uma participação activa e dinâmica na sua associação (SOUSA,1988). Este tipo de associação leva a que se constitua pólos de afirmação de uma consciência comum da identidade local, despertando sinergias que o poder político dificilmente pode mobilizar e às quais parece estar particularmente atento (FERNANDES, 2003). São estas associações que produzem espectáculo e que conseguem mover os cidadãos para o assistirem, contudo ligada a este tipo de associação, está também as questões de saúde como veremos no ponto a seguir.

5.2.1. As Associações Desportivas e a Saúde

Numa cidade saudável, reparamos que as associações desportivas são importantes, dado que a cidade saudável tem como prioridade fazer uma promoção da saúde e uma prevenção da doença para ajudar as pessoas a maximizar as suas capacidades físicas, mentais e sociais (ROMEIRO, 2002). As associações estando localizadas num determinado espaço podem e devem ajudar as pessoas quanto à saúde proporcionando uma série de actividades físicas e desportivas para potenciar em cada pessoa as suas capacidades físicas e também mentais que serão extremamente importantes para o seu dia-a-dia e para uma melhor qualidade de vida.

Presentemente, vive-se uma fase de absentismo quanto ao desporto uma vez que há uma constante desmotivação e crescentes dificuldades económicas. Nesta linha há determinados territórios na cidade que têm mais carências e são mais problemáticos, sofrendo de muitas privações como os bairros sociais, territórios marginalizados onde as associações desportivas têm uma grande importância dado que proporcionam um combate à delinquência juvenil e criam

uma ambiente de entreatajuda no bairro estimulando para a preservação e valorização daquele espaço. As associações desportivas ao promoverem a actividade física estão a contribuir para uma saúde melhor dos praticantes. Neste sentido, “o movimento da actividade física para a saúde tem uma influência benéfica sobre algumas variáveis, nomeadamente nas alterações dos padrões de vida na idade adulta e na acção profiláctica de algumas patologias” (ROMEIRO, 2002:13). Assim a actividade física associada à saúde permite prevenir algumas patologias como doenças cardiovasculares, ortopédicas, a obesidade e o stress emocional.

Segundo BENTO (1995) citado por ROMEIRO (2002) a ligação entre a actividade física e a saúde atinge novas proporções nos últimos anos devido a “doenças da civilização” como é o caso da obesidade. As pessoas sedentárias devem praticar actividades físicas, formais e informais², de modo a recuperarem, melhorarem e manterem uma vida saudável.

5.3. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)

As instituições particulares de solidariedade social aparecem em maior número num contexto, segundo NUNES et al (2001) em que há o regresso dos portugueses das ex-colónias, a perda simultânea desses mercados e posteriormente a adesão de Portugal a uma comunidade económica europeia fortemente desenvolvida provocam movimentos de exclusão social a vários níveis que serão agravados pela falta de apoio na resolução desses problemas pelo Estado – Providência. Neste sentido, numa forma de tentarem atenuar estes problemas surgem as organizações de solidariedade social em expressão dos novos movimentos sociais.

² Segundo COSTA (1986:14) “a actividade formal é um fluxo contínuo de acções com componentes estáveis, aos quais se aplicam os propósitos fundamentais de standardização, sincronização e maximização. Actividades não formais são versões complementares e descontínuas de eventos formais com diferentes graus de utilização de seus componentes originais”.

As IPSS, segundo o Decreto-lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro assumem várias formas jurídicas como associações de solidariedade social, associações de voluntários de acção social, associações de socorros mútuos, fundações de solidariedade social e misericórdias. Estas desenvolvem a maioria das suas actividades no campo da acção social e em menor escala, noutros campos como a saúde. As principais valências são a infância e juventude, velhice, família e comunidade e invalidez e reabilitação.

Segundo FERREIRA (2004), Portugal, Espanha e Itália são os países que menos gastam em bens e serviços de apoio à deficiência, velhice, infância e família (entre 1 a 5 % do total das despesas da protecção social). Com estes dados podemos observar que a grande maioria das IPSS existentes em Portugal actuam nos domínios anteriormente referidos e que tentam diminuir as desigualdades e a exclusão social.

5.4. Associações de Pais

O movimento associativo de pais, em Portugal, é relativamente recente, aparecendo associado a um contexto ideológico e sociopolítico, subjacente às alterações provocadas pela revolução de 25 de Abril de 1974. As primeiras associações de pais ganham expressão somente a partir do período 1974/75, onde surgem como resposta a uma situação de grande instabilidade que está instalado no sistema educativo e particularmente nas escolas. (FERNANDES, 2003). A partir de 1976 e nos seguintes anos surgiu um grande número de associações de pais por todo o país, que de modo activo fomentam a participação dos seus membros e experimentam formas de democracia directa. As associações de pais apareceram, em muitos casos, porque pairava no ar a ameaça de fecho das escolas ou porque faltavam infra-estruturas e ainda porque faltavam meios de transporte. (FERNANDES, 2003)

Contudo, o aparecimento de “novos actores no seio das escolas, estruturas marcadas por uma longa tradição centralista e espaço por excelência do domínio dos professores trouxe ainda à superfície todo uma série de dilemas e

receios” (FERNANDES, 2003:110) Segundo, LIMA (1986), citado por FERNANDES (2003), a relação institucional entre as escolas e as associações de pais foi algo marcado por desconfianças e receios mútuos.

As associações de pais têm como principais linhas de intervenção questões como as infra-estruturas educativas, a saúde escolar, a segurança escolar, o aproveitamento escolar, a reforma educativa, conteúdos programáticos, a acção social, transportes escolares, entre outras. (FERNANDES, 2003) Este tipo de associação traduz uma imagem de pressão, por vezes, capaz de intervir e mudar questões educativas.

5.5. Associações de Moradores

As associações de moradores têm a sua génese nos movimentos reivindicativos aquando do derrube do Estado Novo. A este movimento aderiram principalmente moradores que viviam em condições precárias em bairros de lata, nas ilhas e em casas subarrendadas³. Neste contexto, surgem, primeiramente, as Comissões de Moradores que tinham como tema principal nas suas reivindicações o direito à habitação e ainda questões como: os transportes, a saúde, o desporto e equipamentos sociais e de consumo colectivo (VILAÇA, 1991).

As comissões de moradores no período de 1974/75 passam a ser institucionalizadas de forma jurídica passando a ser denominadas por associações de moradores. Com esta institucionalização, as associações foram obrigadas a elaborar estatutos a que se propunham atingir sendo eles: a melhoria de condições de habitação dos seus associados; a defesa dos interesses dos associados perante as autarquias locais e o desenvolvimento do espírito associativo através de actividades de índole cultural, recreativa, social,

³ Segundo FERREIRA (1987), citado por VILAÇA (1991), estima-se que até ao 25 de Abril haveria cerca de um quarto da população a viver em bairros de lata, ilhas, prédios antigos, fogos superlotados sem condições de habitabilidade.

sanitária, económica e de apoio à infância. Para acompanhar as associações de moradores, o Estado criou a SALL⁴ que apoiava as associações ao nível da habitação. Todavia, em 1976, o Estado procede a uma série de mudanças que contam com: a diluição da SALL, alterações legislativas e o fim da concessão de verbas para as associações de moradores. Todas estas medidas implicaram que muitos projectos das associações ficassem por concluir e muitas das associações extinguiram-se, sendo que outras conseguiram construir algumas habitações mas não na sua totalidade. Em outros casos, as associações transformaram-se em cooperativas de habitação. (VILAÇA, 1991)

Para que uma associação de moradores funcione, em primeiro, as pessoas que a formam têm de tomar consciência no território em que estão envolvidas e quais as necessidades que apresenta e também quais as potencialidades que podem ser aproveitadas e desenvolvidas dando uma boa imagem a quem desconhece esse território e principalmente para melhorar a qualidade de vida da sua população, criação de uma identidade com aquele território, um sentimento de pertença e uma boa imagem afastando sentimentos e imagens nefastas que são criadas acerca de determinados territórios que implicam conseqüentemente a sua marginalização. Uma associação tem de ter um conjunto de princípios e de objectivos que tem de se prestar para cumprir, sendo também importante a pessoa que é escolhida para dirigente tendo este responsabilidades não só com os associados mas também como sendo um meio de comunicação entre a autarquia e os interesses da população que estão na associação; por outro lado, e que tem uma importância extrema e sem eles não seria possível constituir a associação, que são as iniciativas para agregar associados e inculcar-lhes o sentido da associação, como a democracia, solidariedade e liberdade, de modo a que hajam de maneira participada e dinâmica na Associação (VILAÇA, 1991).

As Associações de Moradores são importantes porque são conotadas, muitas vezes, como entidades prestadoras de serviços de apoio à população daquela

⁴ Serviço de Apoio Ambulatório Local.

área de residência, como por exemplo no âmbito da assistência à terceira idade e infância (FERNANDES, 2003).

5.6. Associações de Desenvolvimento Local

As associações mencionadas anteriormente reportam-nos para o desenvolvimento local.

O desenvolvimento local segundo MELO (1998) citado por COSTA (2002) pode ser definido como vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos endógenos e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um melhor futuro. O desenvolvimento local vai permitir que cada habitante daquele lugar possa contribuir para melhorar o futuro e assim constituir-se como actores e actrizes. Nesta linha, este conceito pressupõe alguns princípios como: a identidade comum, a participação de todos os actores na construção dessa mesma identidade, a iniciativa, a inovação, a criação de mais-valias humanas e materiais para um determinado território que sofre de problemas e carências e qual tem sido marginalizado.

As associações surgem, então, como uma possibilidade para o desenvolvimento local de um determinado território no momento em que se reúnem todo um conjunto de indivíduos voluntários que se prestam a serviços em prol de alcançar um bem comum. As associações de desenvolvimento local expandem-se na década de noventa, são constituídas por iniciativas de grupos de cidadãos ou entidades públicas regionais que privilegiam os recursos endógenos (patrimoniais, ambientais, humanos) e adoptam uma racionalidade de parceria e rede. Estas associações constituem grupos de pressão que enfrentam o isolamento (áreas rurais), despovoamento demográfico e pretendem contrariar a desigual distribuição dos fundos comunitários entre o litoral e interior (FERNANDES, 2002).

Consideram-se associações de desenvolvimento local as associações que estão em actividade que cumulativamente: primeiro, tenham como objectivo estatutário o desenvolvimento local; segundo, intervenham numa área

geográfica definida; terceiro, realizem actividades de desenvolvimento local (NEVES, 1995, citado por MONTEIRO, 2004).

De um modo geral, as ADL intervêm na comunidade local ou na região, mobilizam as pessoas e os agentes para intervenções mais alargadas, promovem o estudo das potencialidades e recursos do território, dinamizam iniciativas de carácter económico, social, cultural, ambiental, executam projectos de educação e formação, gerem programas nacionais e europeus (BRÁS, 2000, citado por MONTEIRO, 2004).

Como nota conclusiva sobre este ponto podemos referir que associações desportivas, de moradores, culturais e recreativas, de apoio social, entre outras podem funcionar, num determinado espaço geográfico delimitado como impulsionadoras do desenvolvimento local contribuindo para a valorização e expansão destas a novas áreas e segundo FONSECA (2005:36) “uma das mais valias das associações locais pode residir nas redes de cooperação locais, nacionais, ou mesmo internacionais, como veículo de concertação de esforços e valorização das estratégias de desenvolvimento, dando a abertura a novos recursos, maior vitalidade, eficiência e eficácia às estruturas associativas locais”.

5.7. Escutismo e novas formas educativas

O escutismo é uma das formas associativas que tem mais impacto a várias escalas, desde a intervenção com a comunidade local, passando pelo nacional até ao internacional. Este tipo de associação tem como base um método educativo e formativo dos jovens, exercendo uma ocupação dos seus tempos livres (AEP⁵, 1982). Este método é conhecido por *SCOUTING* e foi desenvolvido por Robert Baden-Powell, em Inglaterra primeiramente.

Em Portugal, o escutismo começou em 1911 com a organização de uma grupo em Macau, seguiu-se posteriormente a constituição da AEP em 1913, em

⁵ Associação de Escuteiros de Portugal

Lisboa. Com a rápida expansão deste movimento houve necessidade de tornar este movimento uno e preservar os seus princípios, sendo assim constitui-se a Organização Escutista Mundial, que congregava 150 países.

O escutismo tem como princípios fundamentais o voluntariado quer para se inscrever quer para aceitar as regras do escutismo; a existência de uma hierarquia que todo o escuteiro tem de percorrer; a vivência em conjunto de agregados jovens e tomada de decisões em regime democrático e que constitui o SISTEMA de PATRULHAS; contacto com a natureza para o fortalecimento da capacidade física e adaptação às condições adversas do meio ambiente utilizando para isso os seus próprios meios e, por fim, inculcar o sentido de amizade e fraternidade exercido entre todas as raças, credos religiosos, condições socioeconómicas e ideias políticas tendo sempre o serviço ao próximo em especial atenção (AEP, 1982).

5.8. O aparecimento das Associações Ambientalistas

O aparecimento dos movimentos sociais como tema e objecto de interesse verifica-se com os movimentos de contestação ao longo da década de 60, denunciando as limitações dos sistemas políticos das democracias europeias (RODRIGUES, 2000). Com a crise económica e a dificuldade de apoio do Estado-Providência, há uma contribuição para o aumento das lutas colectivas.

A questão ambiental, em Portugal tem um passado recente e é no pós 25 de Abril que esta se torna uma questão social (RODRIGUES, 2000). Contudo, até 1974, as iniciativas que terão influenciado a emergência dos temas ambientais em Portugal foram pouco significativas e a única organização associativa fundada no período salazarista foi a Liga para a Protecção da Natureza (fundada em 1948) como resposta às ameaças de destruição da Serra da Arrábida.

Depois do 25 de Abril surgem as organizações de defesa do ambiente, em sintonia com os movimentos populares. Há uma clara integração das questões ecológicas na problemática mais ampla do movimento social popular (RODRIGUES, 2000). Dada a grande variedade de movimentos populares em marcha na sociedade, as organizações ecologistas que conseguiram alguma expressão social foram aquelas que não se limitaram a uma mera preocupação conservacionista mas orientaram a sua acção para a causa social e política. Neste contexto, surge o Movimento Ecológico Português que tinha como princípios os seguintes: críticas ao industrialismo e à ideologia da sociedade de consumo; revolta contra os sistemas alienantes e dominadores e combate à proliferação dos poluentes e de resíduos industriais (RODRIGUES, 2000).

No ano de 1975 continuaram as lutas ecológicas, apesar de muitos não aderirem porque tinham outras preocupações como “o pão, trabalho, habitação, saúde e educação” (RODRIGUES, 2000:67). No fim dos anos 70/80, ganham relevo os movimentos de defesa das energias alternativas contra projectos de instalação em Portugal de centrais de energia nuclear e o movimento pacifista pelo desarmamento. Neste período, assiste-se ainda a fortes debates em torno de aspectos como as diferentes tendências e concepções de ecologia, as diversas propostas sobre estratégias de organização e coordenação de estruturas, o âmbito nacional ou local de intervenção, o interesse ou não de uma politização do movimento.

Contudo, na viragem da década de 70, segundo RODRIGUES (2000), há uma série de estruturas que se ligam a partidos políticos, nomeadamente o PCP (partido político de extrema esquerda), o que causa uma polémica, colocando em causa a autonomia das associações. Já no final da década surge um partido político com orientações de defesa e conservação do ambiente, denominado pelo partido “Os Verdes”.

As tentativas de organização e autonomização de um movimento associativo onde o principal objectivo era o ambiente começam a adquirir novos contornos nos meados dos anos 80 e estendem-se até à actualidade (RODRIGUES, 2000). Com a entrada de Portugal na CEE, em 1986 surge outra sensibilidade para as questões ambientais, pois aparecem novos actores na cena do

ambientalismo e começam a emergir as grandes associações voltadas para a pressão institucional. Assim aparece a Quercus (fundada em 1985) que começa com uma campanha contra a “eucaliptização” e contra a acção das indústrias de celulose. Ainda surgem outras associações como por exemplo a LPN⁶, já referida sendo a primeira a ser fundada, e a GEOTA⁷.

Ainda é de salientar que em 1991, surge a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, sendo uma estrutura nacional de coordenação das associações e que tem como objectivo harmonizar a defesa do ambiente com o desenvolvimento socioeconómico, sem prejudicar a sociedade actual e futura.

⁶ Liga para a Protecção da Natureza.

⁷ Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente.

CAPITULO 6

Estudo de Caso: associativismo urbano em Coimbra

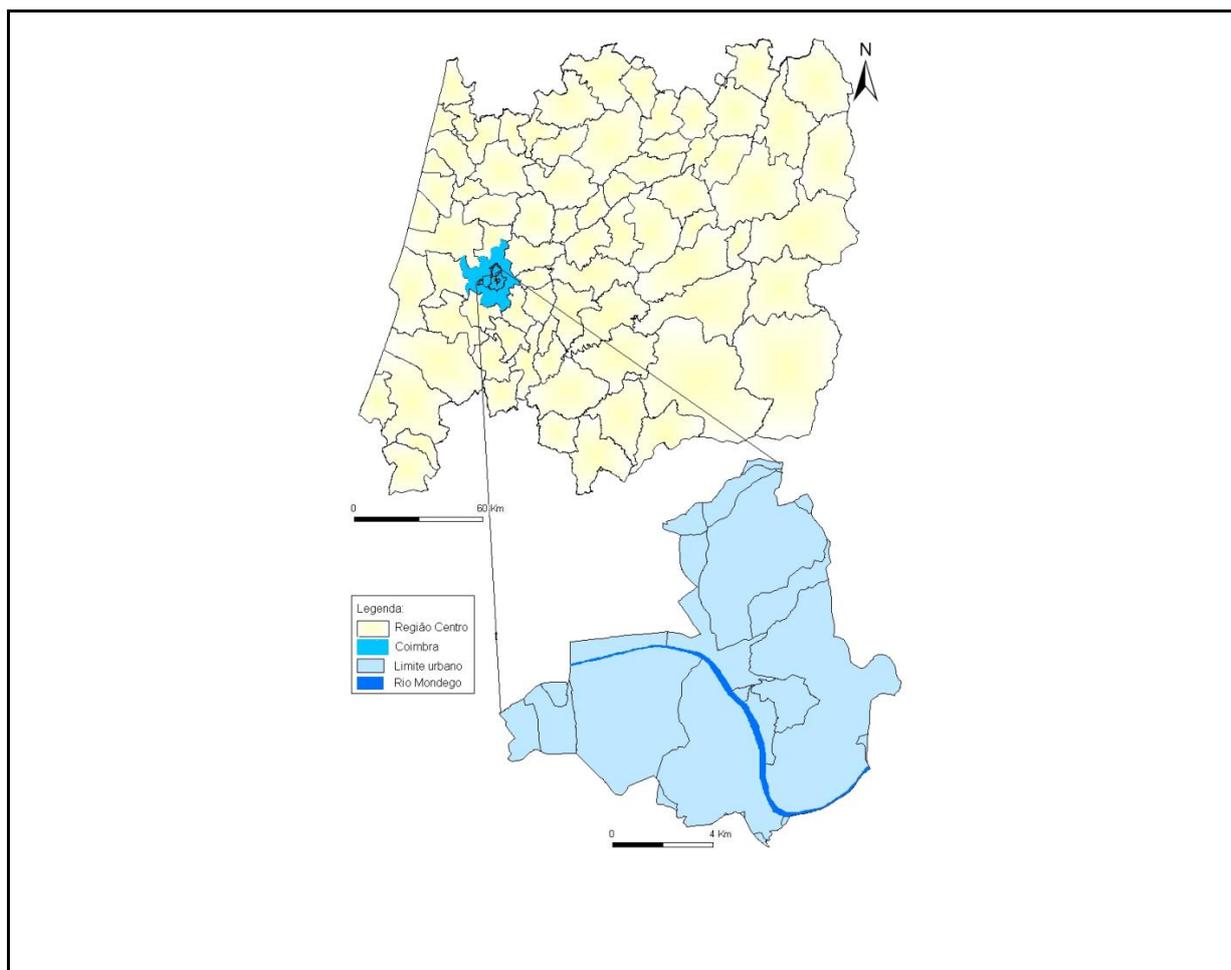
No âmbito do projecto das cidades saudáveis portuguesas pretende-se que se desenvolva o conceito de saúde para todos e como já referimos anteriormente o associativismo está nesse caminho, contribuindo assim para a sustentabilidade da cidade.

A cidade de Coimbra faz parte dessa rede e nesse sentido quisemos saber como é que se distribui a rede associativa na área urbana e como é que contribui para a melhor qualidade de vida dos seus habitantes.

6.1. Enquadramento da área de estudo

O concelho de Coimbra tem uma área de cerca de 319, 4 Km², inserindo-se na Nut II Centro e Nut III Baixo Mondego, sendo também capital de distrito. Tem como concelhos limítrofes a norte os concelhos da Mealhada e Cantanhede; a este Penacova e Vila Nova de Poiares; a sul Penela e Condeixa – a – Nova e por fim a oeste Montemor – o – Velho.

O concelho de Coimbra é constituído por trinta e uma freguesias, sendo que dezoito delas fazem parte do limite urbano e por conseguinte da área em estudo (Almedina, Antanhol, Assafarge, Brasfemes, Castelo Viegas, Eiras, Ribeira de Frades, Santa Clara, Santa Cruz, Santo António dos Olivais, São Bartolomeu, São Martinho do Bispo, São Paulo Frades, Sé Nova, Taveiro, Torre de Vilela, Torres do Mondego, Trouxemil).



Fonte: Elaboração própria com base em INE/2004

Figura 1. Localização da área de estudo

6.2. Dinâmica populacional: principais indicadores

A dinâmica de crescimento da cidade de Coimbra remonta ao tempo romano. Coimbra, primeiramente começou por se organizar em duas áreas: Almedina e o Arrabalde sendo que à sua volta começavam pequenos núcleos habitacionais. No século XVI, com a fixação da universidade, esta sofre grandes alterações e em termos populacionais, duplica passando de 5200 habitantes em 1557 para 10 000 habitantes em 1570. É no século XIX que o crescimento urbano se acentua quer para as áreas norte da cidade quer para a margem esquerda do rio Mondego e a população tem um crescimento de cerca de 42%.

Contudo, com a melhoria das acessibilidades ferroviárias e rodoviárias, o sector industrial desenvolve-se, originando o prolongamento da baixa pelo Arnado, Avenida Fernão Magalhães até ao Bairro do Loreto. Ainda hoje podemos ver o que restou dessa evolução, ou seja fábricas abandonadas na Avenida Fernão Magalhães, e junto à Rotunda da Casa do Sal.

No século XX, há uma alteração no interior da cidade com a construção dos primeiros bairros, como por exemplo o Bairro Norton de Matos e o bairro de Celas. Neste século ocorre um grande crescimento urbano e no período de 1979 a 1999 há um crescimento de 54% (perímetro urbano) e de 6,85% em termos de população. Continuando a crescer, a área urbana de 1999 a 2006 aumentou 30%, reflectindo a dispersão do edificado e por conseguinte da população o que originará uma maior proliferação das vias de comunicação e acessibilidades.

Este crescimento populacional pode ser observado pela variação da população, onde se denota que as freguesias se encontram com um crescimento populacional nos últimos dois períodos censitários.

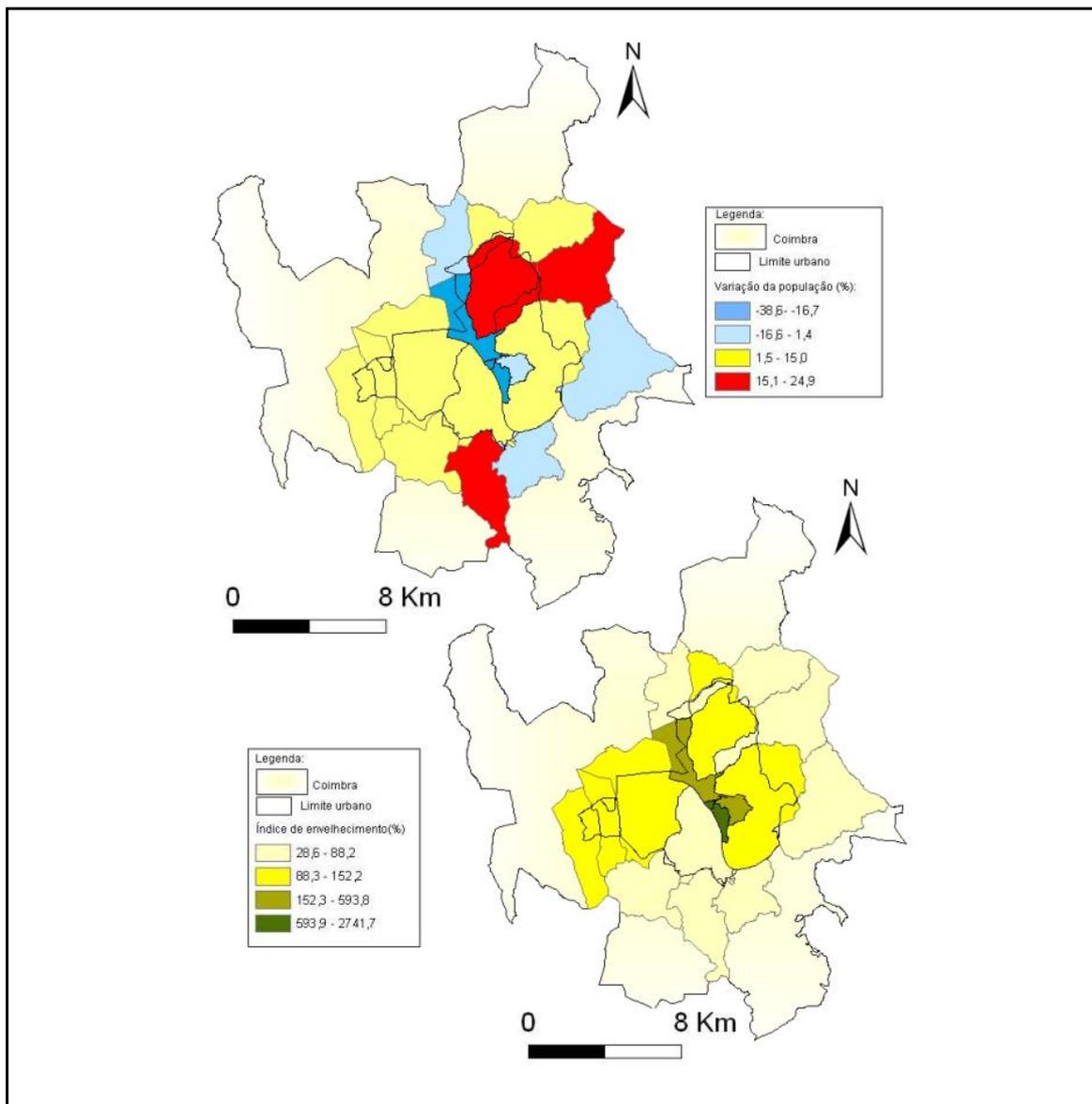
A população do concelho de Coimbra é de 148443 habitantes em 2001, sendo que 101069 habitantes residem na área em estudo, o que corresponde a 68% da população total do concelho.

Numa análise diacrónica verificamos que nos últimos períodos censitários de 1991 e 2001 há uma variação negativa da população nas freguesias que são totalmente urbanas como é o caso de São Bartolomeu, Santa Cruz, Almedina e Sé Nova (figura 2). Se compararmos como o índice de envelhecimento⁸ observamos que é nestas áreas onde se regista um índice elevado. Concluímos em primeira instância que estas áreas serão áreas onde as associações de solidariedade social actuarão em valências de apoio a idosos e temos o exemplo do ATENEU de Coimbra que apesar de ser uma associação

⁸ Segundo o INE, trata-se da relação existente entre o número de idosos e a população jovem, ou seja o número de residentes com 65 e mais anos por 100 habitantes residentes com menos de 15 anos.

cultural, recreativa e desportiva tem também o Centro 25 de Abril que dá apoio domiciliário a idosos, localizando-se na freguesia da Sé Nova.

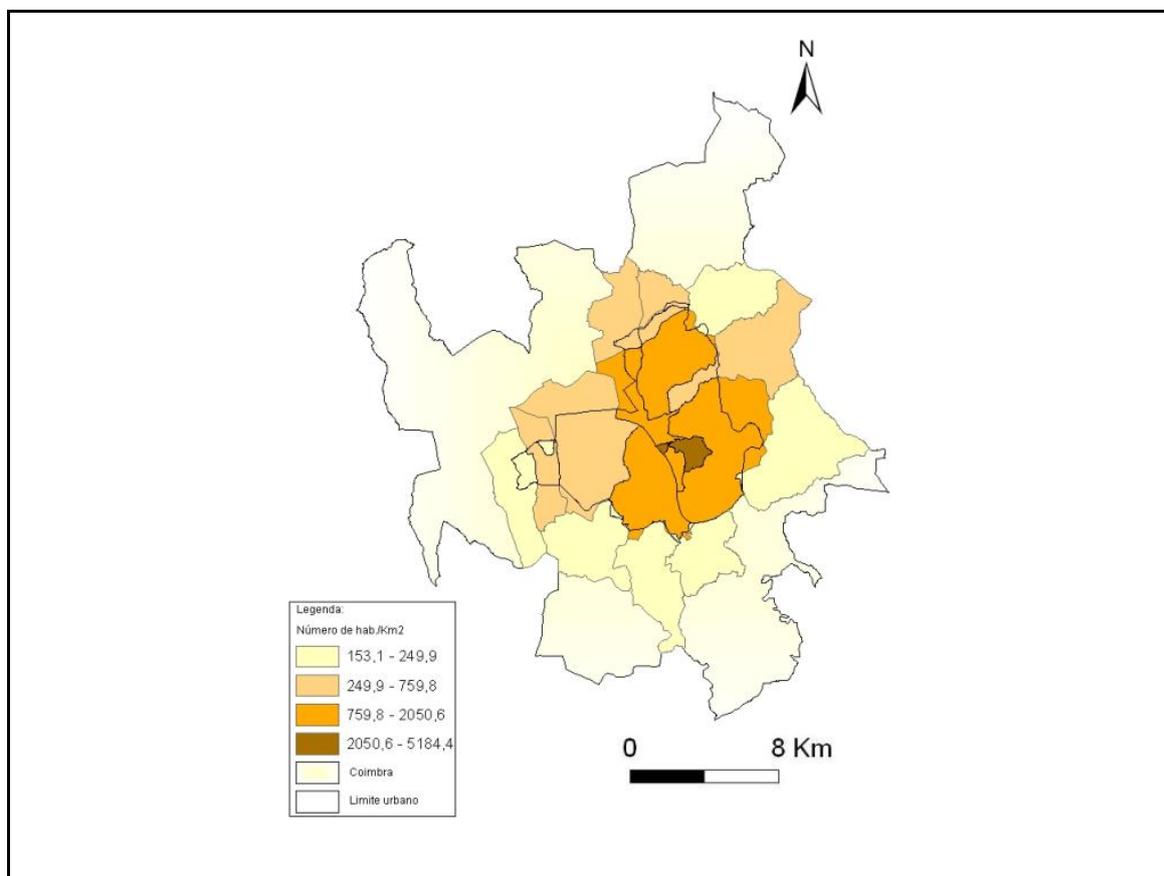
Por outro lado, as freguesias como Eiras, São Paulo Frades e Assafarge tiveram uma variação da população positiva, o que traduz a expansão da cidade para sul e norte, com a perda de população no centro.



Fonte: Elaboração própria com base em INE/2004

Figura 2. Variação da população 1991/2001 e índice de envelhecimento em 2001

Segundo os dados provisórios do Censos de 2011, o concelho de Coimbra, perdeu população (cerca de 3,6%), tendo actualmente 143052 habitantes. Os dados Censos de 2011, indicam-nos que há uma variação negativa (entre 10%-20%) da população nas freguesias que são totalmente urbanas; Santa Cruz, São Bartolomeu, Sé Nova e Almedina.



Fonte: Elaboração própria com base em INE/2004

Figura 3. Densidade populacional nas freguesias da área em estudo em 2004

A densidade populacional torna-se também um indicador importante porque nos mostra onde há mais concentração populacional o que influenciará os movimentos associativos, na medida em que será onde há mais concentração de população que se fixará mais associações como verificaremos mais adiante. Neste sentido é nas freguesias de centrais de São Bartolomeu e Sé Nova, seguindo-se Almedina e Santo António dos Olivais onde há uma maior concentração da população, podendo este resultado ser interpretado segundo

a dinâmica de expansão da cidade, dado que as freguesias que são totalmente urbanas detêm mais população ao contrário daquelas que são mais periféricas como é o caso de Torres do Mondego, Brasfemes, Taveiro e que só actualmente ganham população (figura 3). Na área em estudo a densidade populacional chega aos 1721,7 habitantes por km².

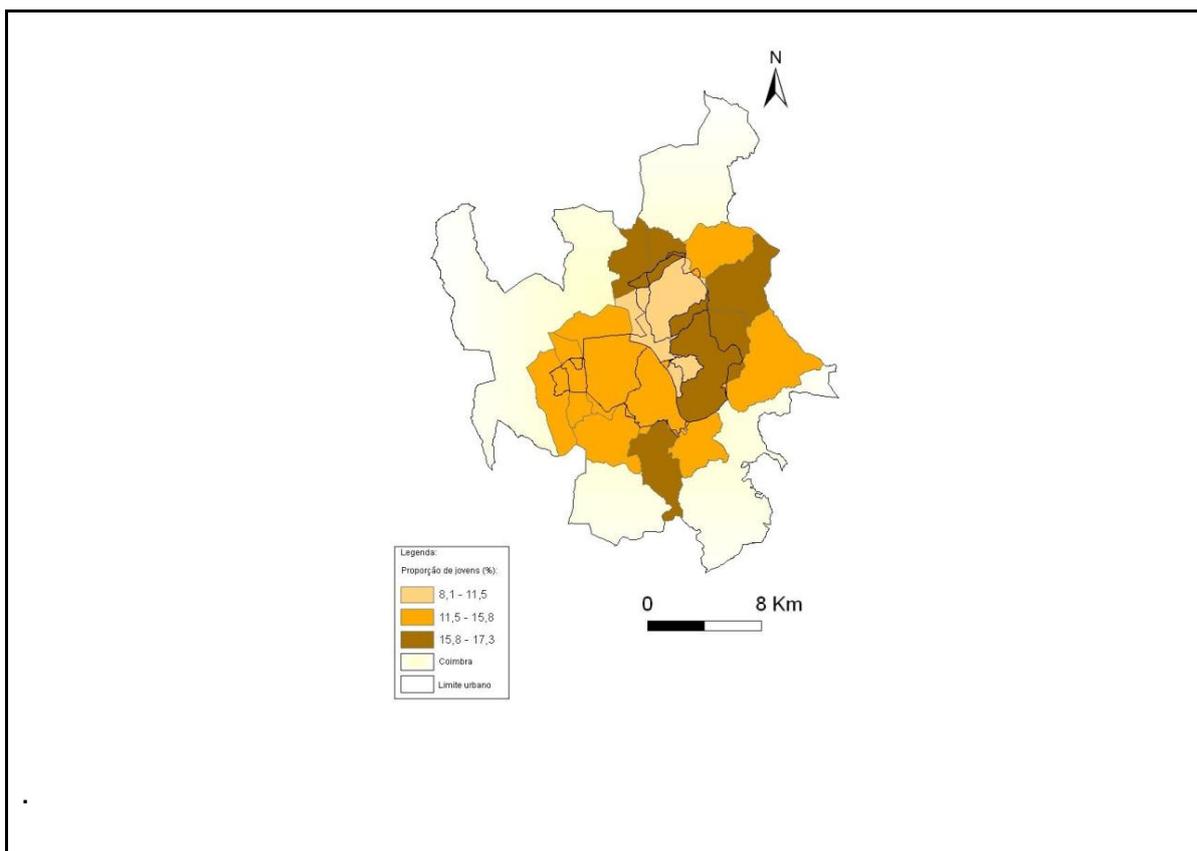
Na composição populacional da área em estudo encontramos um aumento geral do número de idosos, ou seja há um envelhecimento da população e como observamos anteriormente pelo índice de envelhecimento, há uma maior concentração de idosos nas freguesias centrais da cidade.

A par com este indicador salientamos a descida das taxas de natalidade e quando observamos a figura 4 constamos que em termos de proporção de jovens⁹, as freguesias centrais de São Bartolomeu, Santa Cruz e Sé Nova detêm as percentagens mais baixas, tendo valores que variam entre os 8,1% aos 11,5% (figura.4).

Por outro lado, freguesias como São Paulo Frades, Eiras e Assafarge detêm os maiores valores, situando-se entre os 15, 9% aos 17,3%.

Estes indicadores são importantes porque influenciam o tipo de actividades que as associações desenvolvem, pois nas áreas onde há um índice de envelhecimento maior haverá uma maior presença de actividades relacionadas com o apoio de idosos, ao contrario das áreas onde há uma maior proporção de jovens, onde as actividades vão estar relacionadas com actividades culturais e desportivas. Com isto não quer dizer que as camadas mais idosas da população não participem nestas actividades, estando em dependência com as necessidades de cada território.

⁹ Segundo o INE, é a população residente com menos de 15 anos sobre a população residente total multiplicado por 100.



Fonte: Elaboração própria com base em INE, País em números 2004

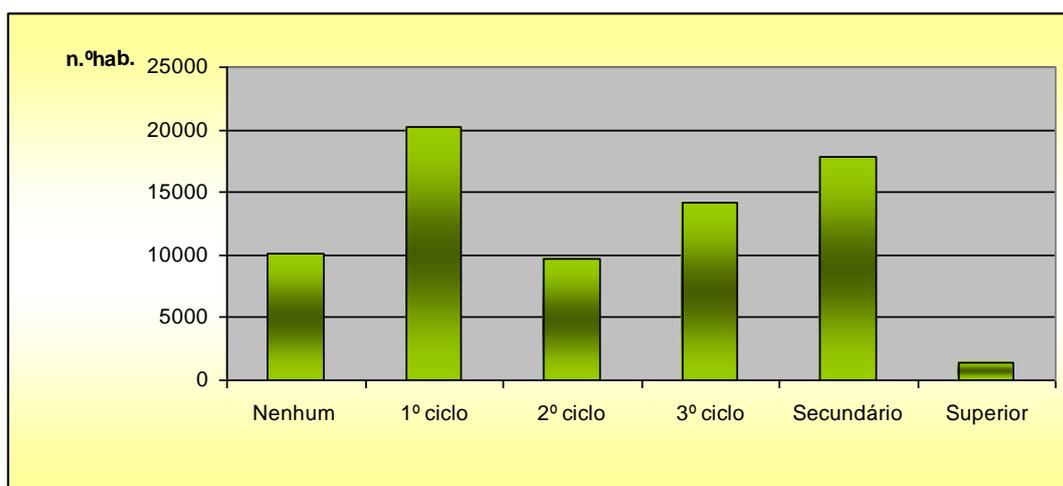
Figura 4. Proporção de jovens (%) nas freguesias da área em estudo em 2001 e estrutura etária da população, na área em estudo, em 2001

Na área em estudo, ao analisarmos o nível de instrução¹⁰ atingido pela população verificamos que há um grande número de habitantes apenas com o primeiro ciclo, ultrapassando os vinte mil habitantes. Os indivíduos com o ensino secundário têm também um grande número e ultrapassam os quinze mil habitantes (figura 5). Ainda salientamos o facto de existir um número elevado de pessoas sem nenhum nível de instrução atingido, andando à volta dos dez mil habitantes.

De facto, esta cidade desenvolveu-se através de uma relação muito intensa com a universidade como já referimos anteriormente, no entanto a população

¹⁰ Segundo o INE, o nível de instrução é o grau de ensino mais elevado atingido pelo recenseado, completo ou incompleto.

com o ensino superior (1473 pessoas) é relativamente baixa. Este facto, quanto ao associativismo implica no tipo de associações que se criam, ou seja as maiores e mais activas na cidade possuem dirigentes com ensino superior. Por outro lado, quando se trata de associações de áreas mais periféricas com características rurais, é normal que os dirigentes possuam habilitações mais baixas.



Fonte: Elaboração própria com base em INE, País em números 2004

Figura 5. Nível de instrução atingido em 2001

6.3. Dinâmica económica: principais indicadores

Coimbra na primeira metade do século XIX era uma cidade pequena, localizada no meio das duas grandes cidades (Lisboa e Porto) do país. Com uma sociedade tradicionalista que vivia à mercê da Universidade e de tudo o que se passava nela detinha uma economia precária (ACIC, 2003).

As grandes mudanças começam-se a sentir a partir de 1880, com o alargamento da cidade para lá das suas muralhas, com o desenvolvimento dos transportes dentro da própria cidade e fora com o caminho-de-ferro.

Contudo esta cidade não apresentava grande desenvolvimento económico. Ao nível industrial, no início do século XIX, eram poucas e muito tradicionais com um carácter organizacional familiar. Só na segunda metade do século XIX é que se deu o arranque das principais indústrias ligadas à cerâmica, à metalurgia, ao têxtil, ao sabão e aos alimentos.

Por outro lado, ao nível do comércio, na segunda metade do século XIX revela-se um aumento do número de estabelecimentos de venda que se localizavam preferencialmente na Baixa, Couraça de Lisboa e Santa Clara (ACIC, 2003). O comércio desta época tinha um carácter misto, ou seja, num mesmo sítio vendiam-se vários produtos.

Contudo, o comércio tem vindo a modificar-se ao longo dos tempos devido a uma crescente globalização das actividades económicas. Este facto, desde sempre se manifestou em movimentos sociais e a criação de associações ligadas às actividades económicas, portanto achamos importante analisar a dinâmica económica da área em estudo, dado que se torna um indicador directamente relacionado com o associativismo.

A população da área em estudo está empregada maioritariamente no sector terciário o que é importante dado que as associações constituem uma fonte de emprego e este insere-se neste sector. As associações primeiramente eram de carácter voluntário e ainda o são mas com o seu crescimento, muitas delas têm funcionários contratados em regime salarial.

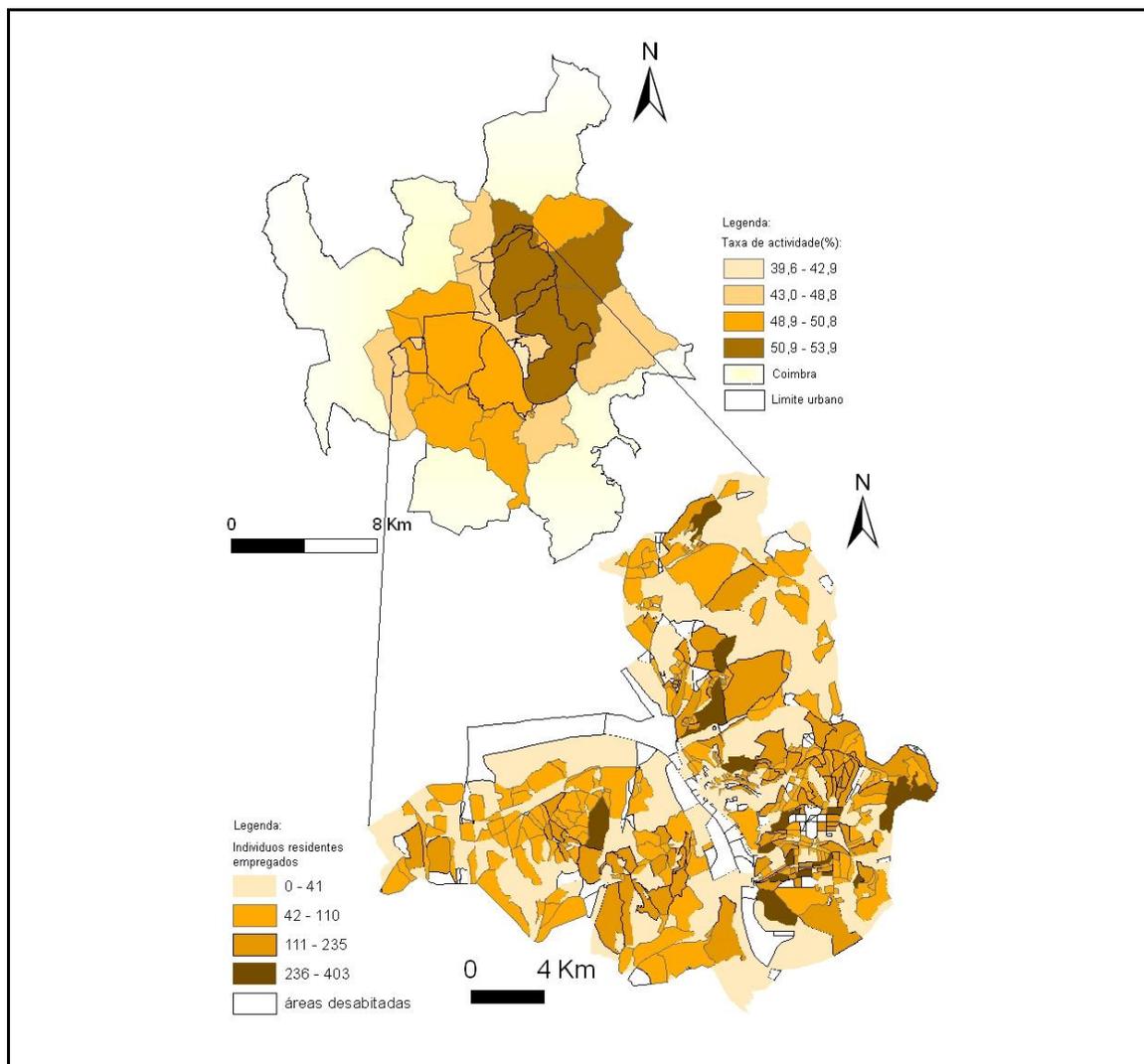
Na figura 6 observamos que a taxa de actividade¹¹ é maior nas freguesias de Santo António dos Olivais, Eiras e São Paulo Frades. Na freguesia de Santo António dos Olivais os maiores valores correspondem às áreas de Sólum, Tovim e Bairro Norton de Matos.

Por outro lado, os menores valores de pessoas empregadas estão presentes nas freguesias mais centrais como São Bartolomeu, Santa Cruz e ainda nas

¹¹ Segundo o INE, a taxa de actividade resulta da população activa sobre a população com 15 anos ou mais multiplicada por 100.

freguesias periféricas como é o caso Taveiro, Torres do Mondego e Castelo Viegas.

Quando analisamos a população residente empregada nas subsecções verificamos que estas correspondem ao que anteriormente se mencionou, com a excepção de Santa Cruz, onde estão presentes valores elevados.

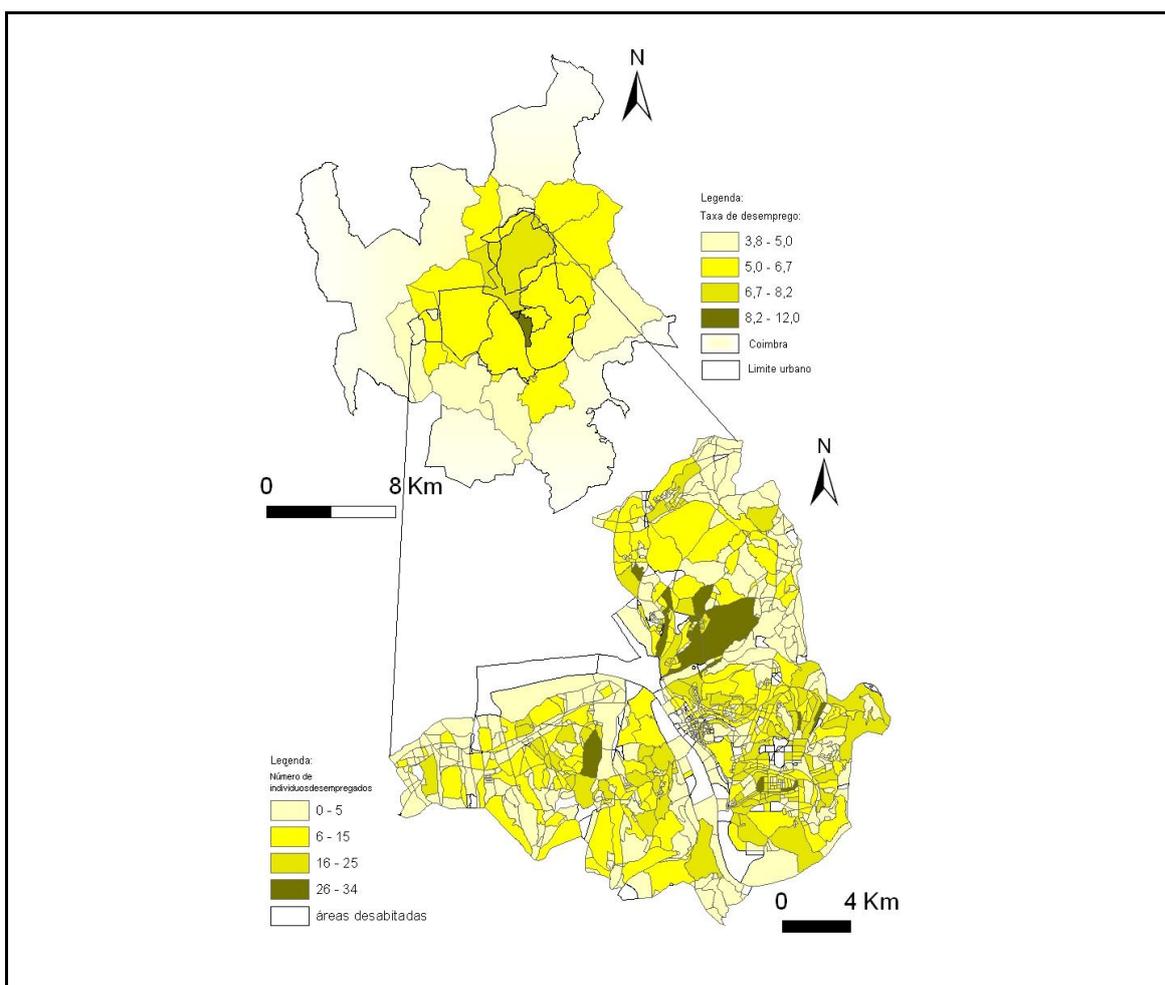


Fonte: Elaboração própria com base em INE, País em números 2004

Figura 6. Taxa de actividade (%) e indivíduos residentes empregados em 2001

Por outro lado, a taxa de desemprego¹², revela-se maior nas freguesias centrais correspondentes a São Bartolomeu, Almedina, seguindo-se Santa Cruz e Eiras (figura.7.)

Nas subsecções podemos registar que as áreas com maior número de desempregados correspondem à área do Ingote, na freguesia de Eiras. Ainda podemos registar valores elevados na Quinta da Maia e Tovim do Meio, freguesia de Santo António dos Olivais.

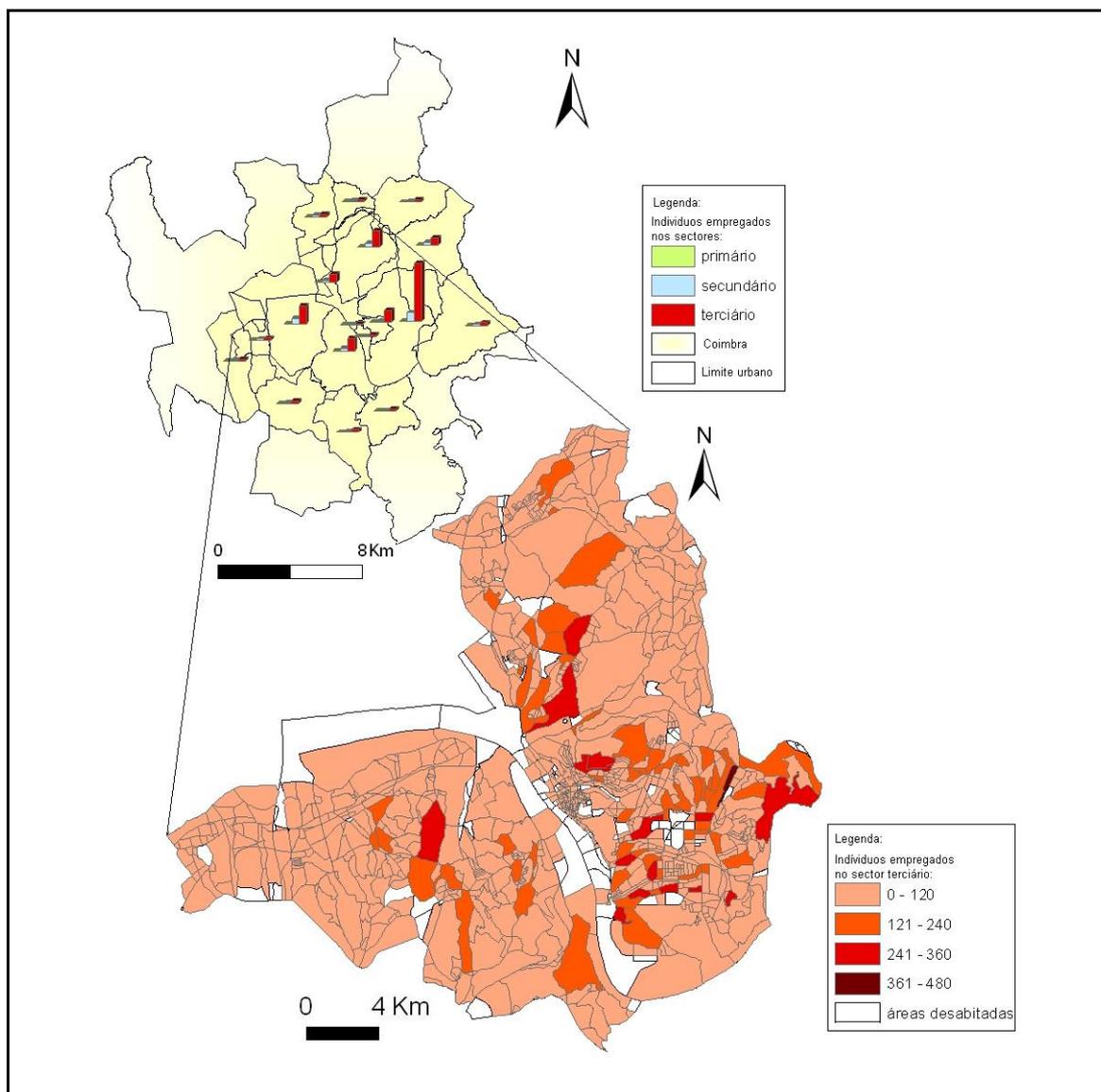


Fonte: Elaboração própria com base em INE, País em números 2004

Figura 7. Taxa de desemprego (%) e indivíduos residentes desempregados em 2001

¹² Segundo o INE, a taxa de desemprego resulta da população desempregada sobre a população activa multiplicada por 100.

Quando fizemos a pesquisa das associações comerciais, percebemos que algumas delas estavam ligadas aos vários sectores, e nesse sentido procuramos entender como é que se distribuem os vários sectores de actividades nas freguesias em estudo.



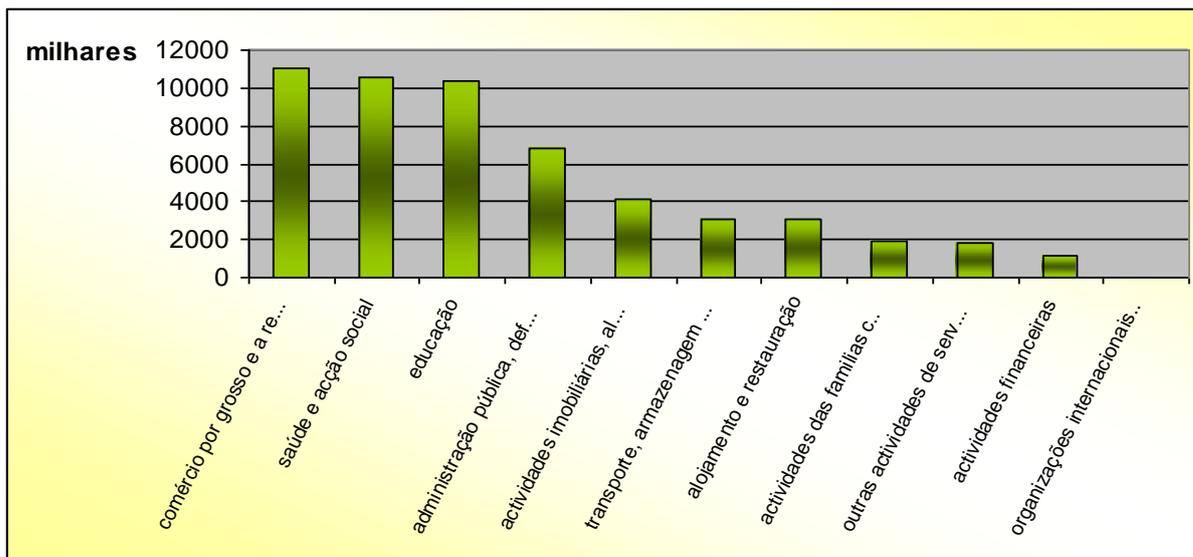
Fonte: Elaboração própria com base em INE, País em números 2004

Figura 8. Distribuição da população empregada por sectores nas freguesias e os indivíduos empregados no sector terciário nas subsecções em estudo, em 2001

Na figura 8 percebemos que a maior parte nas freguesias em estudo tem um claro domínio do sector terciário, com os maiores valores a registarem-se na freguesia de Santo António dos Olivais. Reparamos ainda nas freguesias periféricas que detêm um fraco desenvolvimento económico, tendo valores baixos em todos os sectores de actividade, reflectindo o baixo desenvolvimento económico.

Ainda na mesma figura, percebemos que o maior número de pessoas empregadas no sector terciário nas subsecções pertence a Santo António dos Olivais e Eiras e ainda Santa Clara e São Martinho do Bispo, na margem esquerda do rio. Na freguesia de Santo António dos Olivais, as subsecções com mais população empregada no sector terciário correspondem ao Tovim do Meio, mais propriamente junto à Avenida Elísio de Moura, Vale das Flores e Sólum. Ainda, nas subsecções, e no que respeita ao sector terciário, podemos observar a área do Ingote (Eiras) e São Simão (Santa Cruz), na margem direita do rio, e na margem esquerda, Alto de Santa Clara (Santa Clara) e Póvoa, Ribeira de Póvoa e o sul de São Martinho (São Martinho do Bispo), onde também se verifica que a maioria da população residente, está empregada no sector terciário.

Concluimos que a cidade de Coimbra tem a sua economia ligada ao sector dos serviços e por isso salientamos a distribuição da população empregada no sector de actividade terciário pelos diferentes ramos e observamos que a maior parte da população está empregada em actividades ligadas ao comércio por grosso e a retalho, seguindo-se a saúde e acção social e a educação. Os ramos de actividade com menos população empregada são os ramos de actividades ligados às actividades financeiras e organizações internacionais (figura.9).



Fonte: Com base no PDM de Coimbra

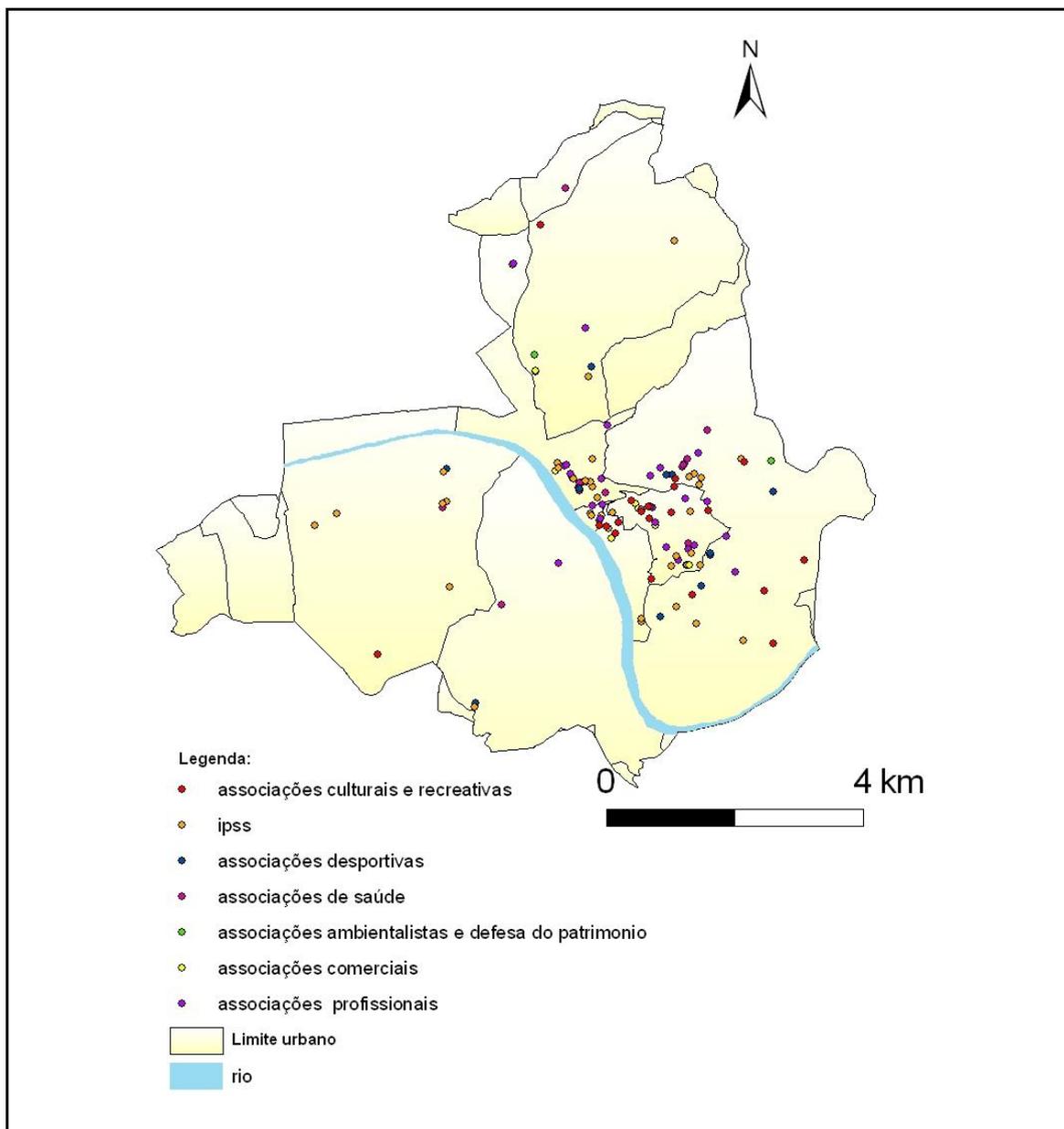
Figura 9. População empregada pelos ramos de actividade do sector terciário no concelho, em 2007

Sendo assim, e por estes serem os ramos de actividade que mais emprego gera na cidade, as associações existentes ligam-se a este facto como veremos mais adiante.

6.4. A cidade e as várias associações: o seu posicionamento na área em estudo

O tema do presente trabalho apresenta-se com uma delineação no território claramente centralizada nas freguesias inteiramente urbanas e mais antigas. Para ser mais fácil a análise agrupamos as várias associações encontradas mediante as características comuns, tendo em conta as tipologias referidas no segundo capítulo. Contudo acrescentamos ainda as associações de profissionais, associações ligadas à saúde e ainda associações ligadas às actividades comerciais, apesar de não as termos referido anteriormente.

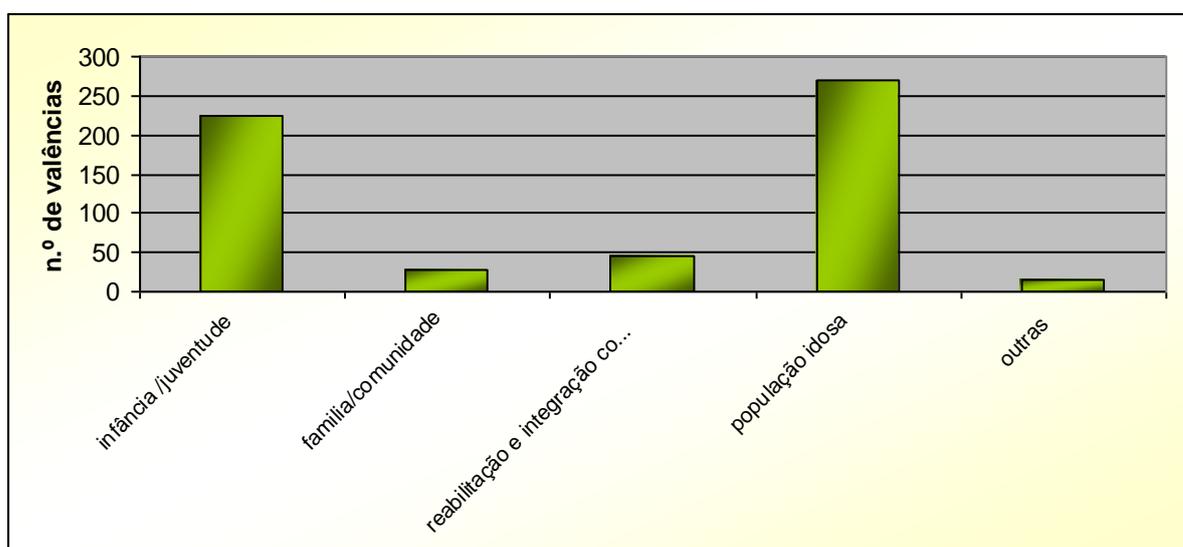
Como já referimos, numa análise geral, há uma concentração das várias associações nas áreas centrais da cidade que correspondem às freguesias de Santo António dos Olivais, Sé Nova e Almedina e uma maior dispersão nas áreas periféricas (figura.10).



Fonte: Elaboração própria

Figura 10. Localização dos vários tipos de associações na área de estudo, em 2011

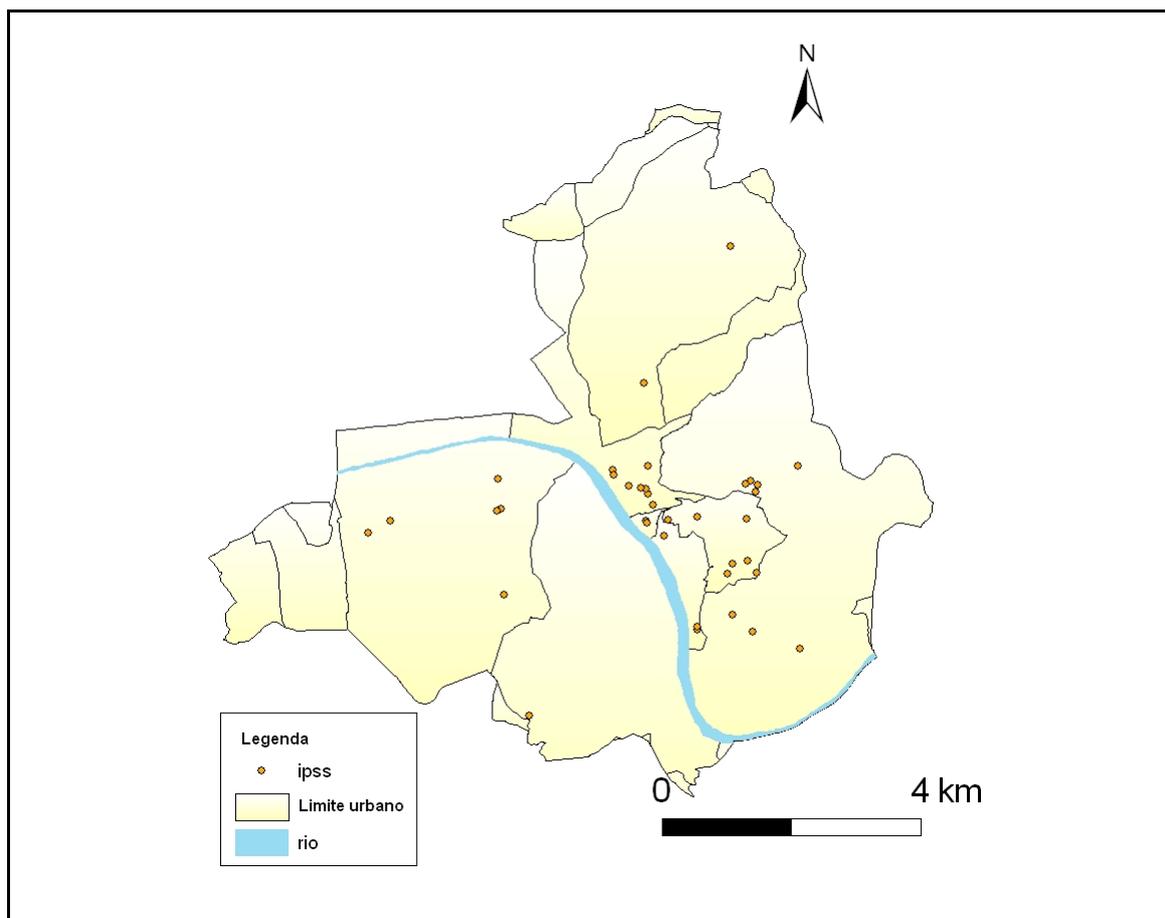
Numa geografia de apoio social, caracterizamos anteriormente as instituições portuguesas de solidariedade social e sobre o papel importante que desempenham na sociedade actual pelo apoio à infância e a idosos principalmente, assim como outras causas como a toxicodependência. Ao consultarmos a Carta de Equipamentos Sociais de 2000, tendo acesso somente a dados ao nível distrital verificamos que, as IPSS têm como principais valências o apoio à infância e juventude e também à população idosa, como mostra a figura 11.



Fonte: Com base na carta de 2000

Figura 11. Valências das IPSS, no distrito de Coimbra em 2000

Ao analisarmos a distribuição das IPSS na nossa área de estudo verificamos que estas têm uma localização centralista, com maior número nas freguesias da Sé Nova Santa Cruz e Santo António dos Olivais. Nas freguesias mais periféricas como Taveiro, Ribeira de Frades, São Paulo Frades não temos a presença de nenhuma associação de solidariedade.

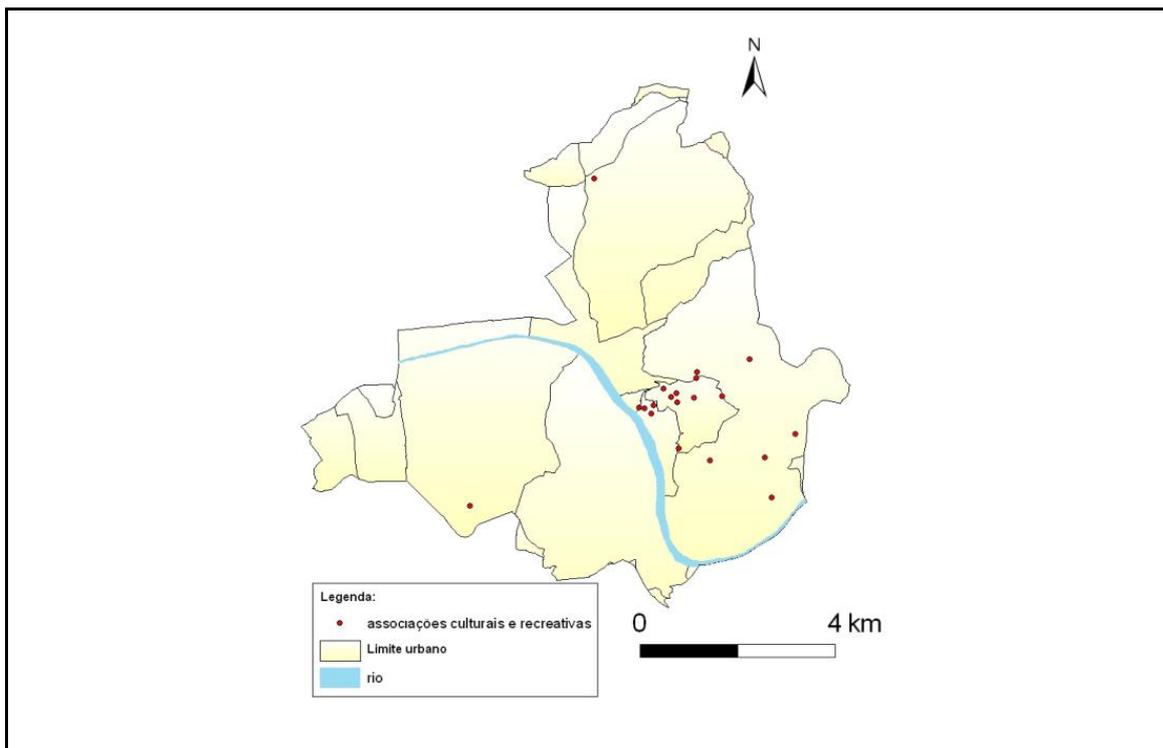


Fonte: Elaboração própria

Figura 12. Localização das IPSS nas áreas de estudo

As IPSS aqui analisadas dedicam-se ao apoio à infância, apoio a idosos e ainda a pessoas com deficiências e ainda a grupos sociais carenciados em minoria como é o caso dos sem-abrigo.

Numa outra análise, as associações culturais e recreativas distribuem-se pelo território em estudo numa concentração nas freguesias de Santo António dos Olivais, Sé Nova e na parte norte de Almedina. Nas outras freguesias não encontramos associações deste tipo, com excepção de São Martinho do Bispo e Eiras (figura.13).



Fonte: Elaboração própria

Figura 13. Localização das associações culturais e recreativas na área em estudo

Estas associações têm valências que vão desde actividades culturais, nomeadamente teatro, música, cinema; actividades recreativas; actividades desportivas e também de apoio social. Uma associação cultural e recreativa pode englobar diversos tipos de actividades e gerar por isso muitas valências, o que torna por vezes difícil estabelecer uma tipologia.

Na análise deste tipo de associações e consultando alguma bibliografia, estabelecemos um breve resumo sobre as valências de algumas associações culturais e recreativas.

Quadro 2. Características de algumas associações culturais e recreativas de Coimbra

Designação	Fundação	N.º de Sócios	Valências	Algumas notas:
Antigos Orfeonistas do Orfeon académico de Coimbra	1986			Exclusivamente masculino
Associação Académica de Coimbra	1887	Todos os estudantes universitários da Universidade de Coimbra.	Pelouros: cultura, desporto, ambiente, entre outros.	Intervêm na vida civil, política, científica, cultural e desportiva.
Associação Cristã Mocidade de Coimbra	1918	2.830	Desporto, animação cultural, intercâmbio em campos de férias, programas de luta contra a pobreza e combate à toxicodependência.	Tem como objectivo a promoção do desenvolvimento intelectual, espiritual e físico dos jovens e do bem geral dos seus associados.
Associação Cultural e Artística de Coimbra	1996	50	Promoção cultural em áreas como artes plásticas, música, literatura, teatro, artesanato, organiza espectáculos, exposições e seminários.	Destina-se a ser um espaço dinâmico e plural, aberto e todas as iniciativas, promovidas pelos seus associados de forma isolada ou em cooperação com outras associações ou organismos públicos de carácter artístico cultural, nacionais ou estrangeiros.

Associação Cultural e Recreativa de Coimbra	1979	200	Escola de musica e dança.	Tem um conjunto musical, um grupo de dança-jazz e a orquestra típica juvenil.
Associação Cultural e Recreativa Desportiva	1983	250	Futebol ginástica aerobica, pesca e pingue-pongue e teatro.	
AFERM-Freguesia de Almedina	1985	27 Agrupamentos de folclore associados	Realização de colóquios e encontro de agrupamentos filiados; Salvaguardar o património cultural da região do Mondego.	Sensibilizar os jovens para a cultural popular.
ATENEU de Coimbra – Freguesia de Almedina	1940	1339	Oito secções: Fantoches Cultural Desportiva Tertúlia Policiaria , Musica, Biblioteca, Foto-video e Campismo	Possui o Centro 25 de Abril que dá apoio domiciliário a idosos.
CASA DE TRÁS OS MONTE – Freguesia de Sé Nova	1970	950	Assistência a estudantes -excursões, divulgação da gastronomia e artesanato de trás os montes.	

CENTRO NORTON DE MATOS – freguesia de Santo António dos Olivais	1951		Escolas de dança, música Natação, karaté, ginástica, judo, voleibol, e futebol	Centro de convívio e ATLI
CENTRO SOCIAL DE S.JOÃO – freguesia de São Martinho do Bispo	1990		Actividades culturais, desportivas e lazer.	Centro de dia, ATL, infantário e um centro de convívio.

Designação Fundação N.º de Sócios Valências Algumas notas:

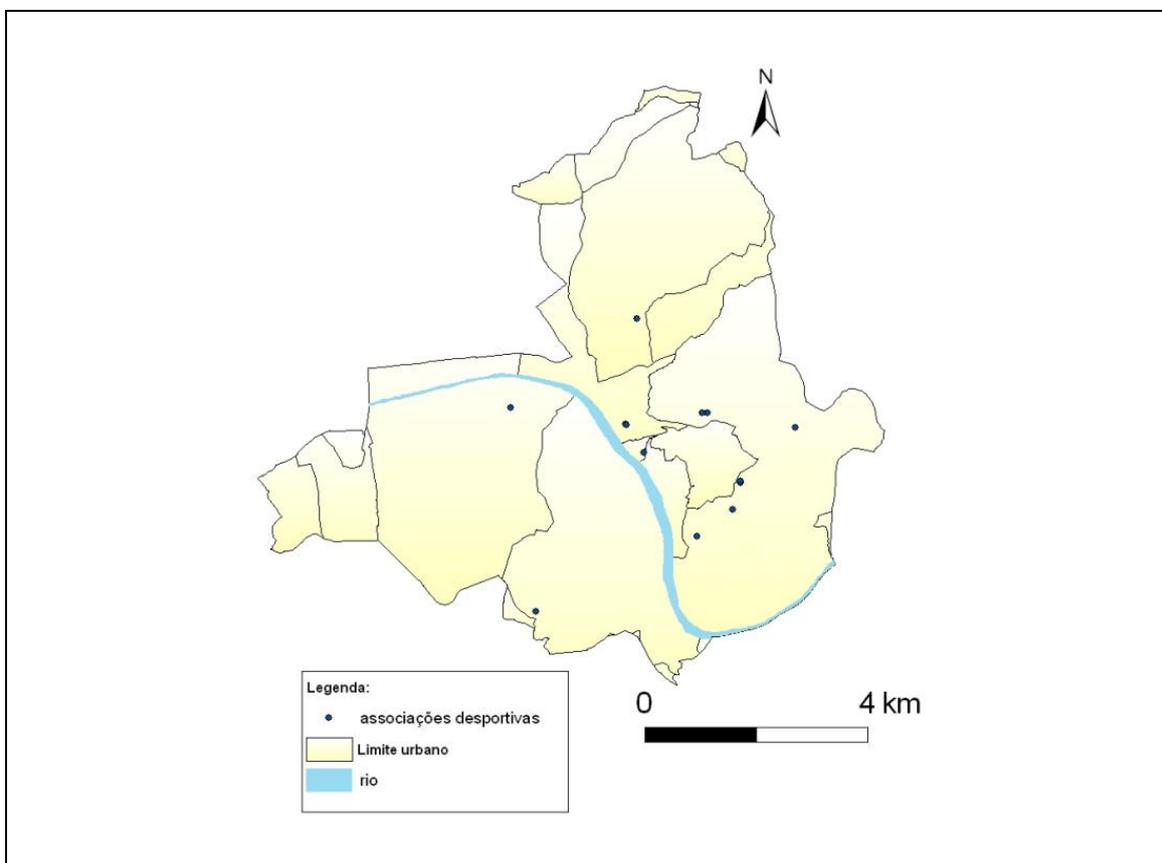
SOL-EIRAS – freguesia de Eiras	1995		Promoção social no âmbito da segurança sócia, o apoio ao desenvolvimento local e endógeno da região de influência e a melhoria das condições de vida da população, designadamente a promoção cultural, recreativa e desportiva.	Tem uma escola de música e evento; investigação e preservação da história e cultura de Eira
--------------------------------	------	--	---	---

Fonte: Elaboração própria com base no “Associativismo Cultural: Coimbra ano 2000”

Como reparamos no quadro anterior, apesar das associações terem um carácter cultural e recreativo, muitas delas estão ligadas também ao desporto e ainda a solidariedade social, o que torna difícil estabelecer uma tipologia devido às inúmeras valências que podem possuir, sendo de várias ordens.

Na área em estudo observamos a presença de associações apenas de carácter desportivo, tendo uma abrangência regional ou distrital, e ligam-se

muitas vezes a um só tipo de desporto como por exemplo o voleibol, futebol, ginástica, basquetebol, judo entre outros. Este tipo de associações, estão localizadas em maior número na margem direita do rio Mondego mas não têm uma concentração nas freguesias (figura 14).



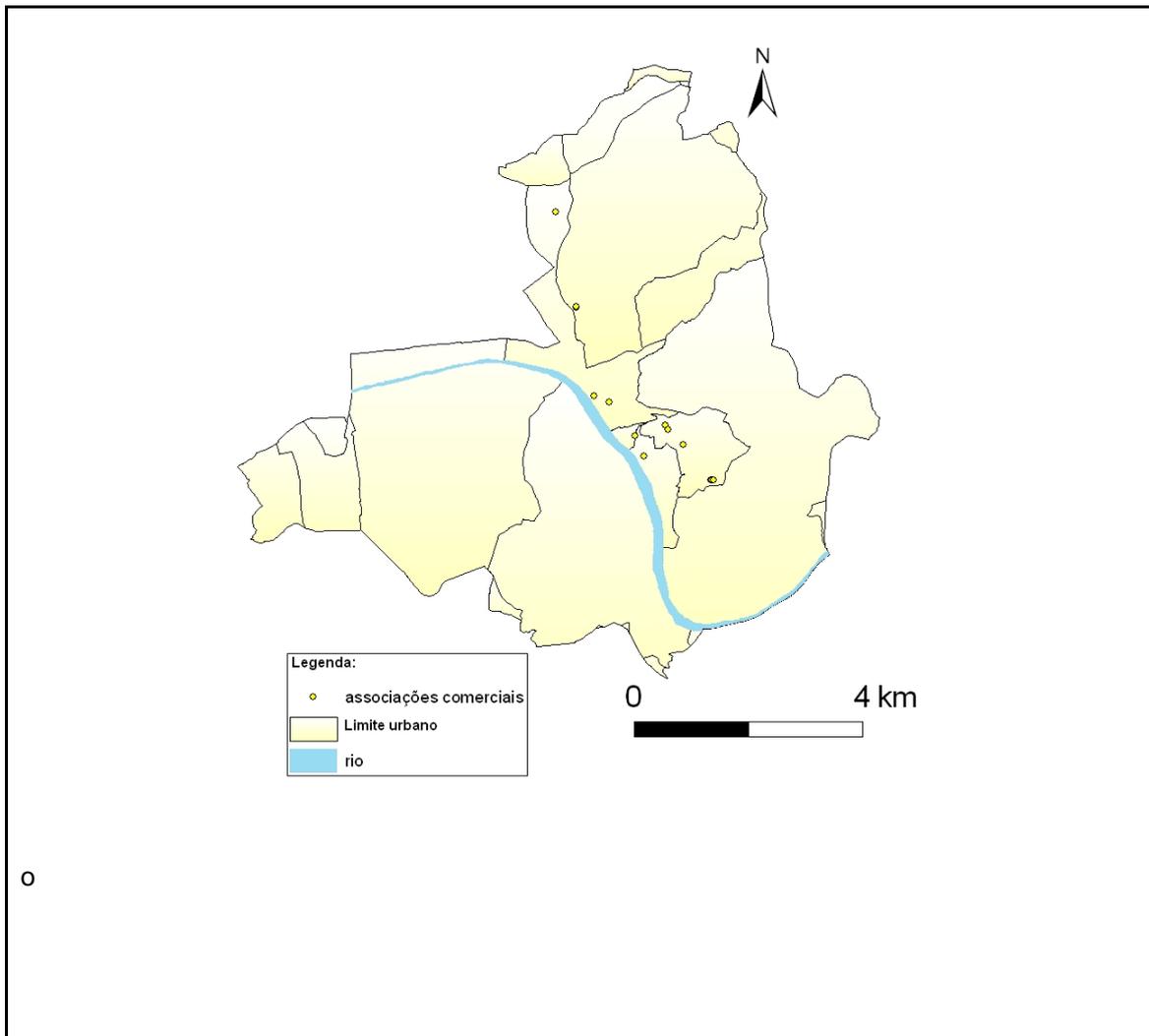
Fonte: Elaboração própria

Figura 14. Localização das associações desportivas na área de estudo

Coimbra e como referimos anteriormente é uma cidade ligada essencialmente ao sector terciário, especialmente ao comércio, tendo uma percentagem baixa de população empregada no sector secundário.

Neste sentido para o desenvolvimento das actividades económicas são criadas associações comerciais ligadas a todo comércio ou os empresários de um mesmo ramo de actividade.

Na área em estudo observamos que estas associações estão presentes nas freguesias centrais e totalmente urbanas (figura 15).

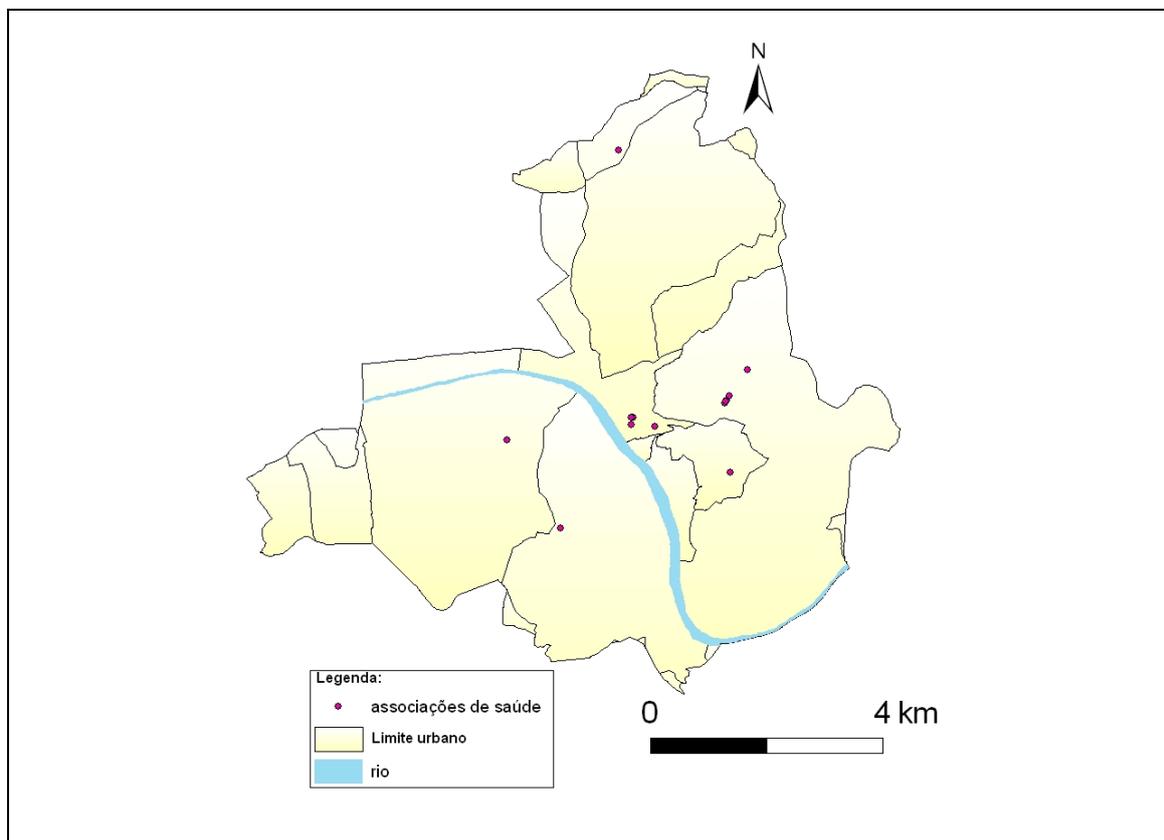


Fonte: Elaboração própria

Figura 15. Localização das associações comerciais na área de estudo

Outras das características que marca Coimbra é a sua ligação com a saúde, devido à presença de vários hospitais, inúmeras clínicas e pessoal empregado neste ramo da actividade terciária, sendo o segundo como vimos anteriormente. Assim, surgem também associações ligadas a este ramo de actividade e não só, algumas delas surgem devido a um grande número de população portadoras de doenças crónicas, como é o caso da Associação de diabéticos da Região Centro. Muitas destas associações têm uma abrangência regional.

Estas associações não têm uma localização vinculada com o espaço ao contrário das associações culturais e recreativas ou das IPSS, dado que absorvem pessoas de várias áreas residenciais. Estas localizam-se como todas as outras preferencialmente nas freguesias centrais, como Santa Cruz e Santo António dos Olivais (figura 16).



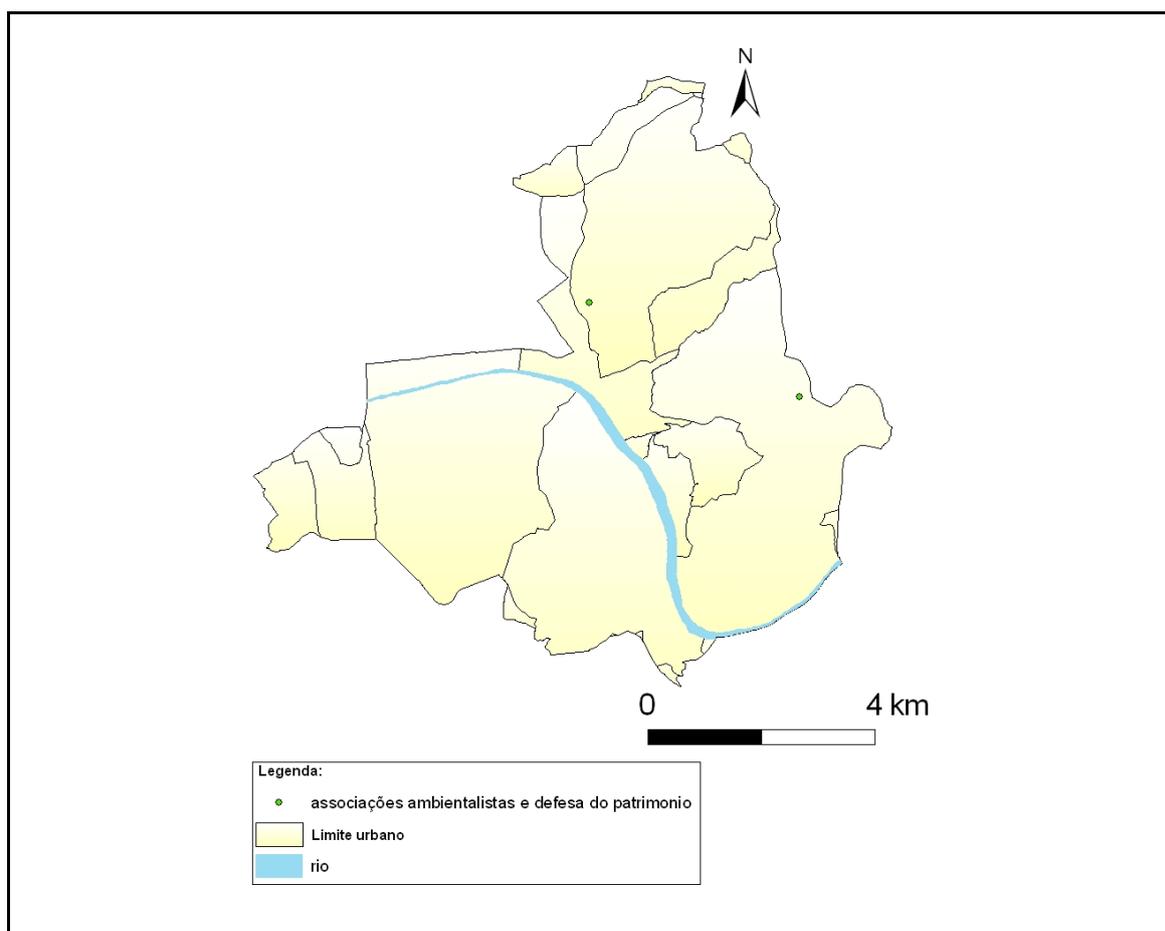
Fonte: Elaboração própria

Figura 16. Localização das associações de saúde na área de estudo

Ao referirmos anteriormente as várias associações e as suas principais características percebemos que as associações ambientalistas, apesar de terem um papel importante e de actuarem como grupos de pressão junto das instituições políticas, não são em grande número e na área de estudo a sua localização está afastada do centro (figura 17).

Na actualidade, uma das maiores associações ligadas ao ambiente é a Quercus, que será objecto de estudo adiante e devido ao seu carácter descentralizado tem um núcleo que abrange os distritos de Coimbra e Viseu.

Estas associações pretendem desenvolver actividades que consciencializem a sociedade civil sobre a degradação ambiental, para isso utilizam campanhas de sensibilização, organizam manifestações e actividades vinculadas à natureza como percursos pedestres.

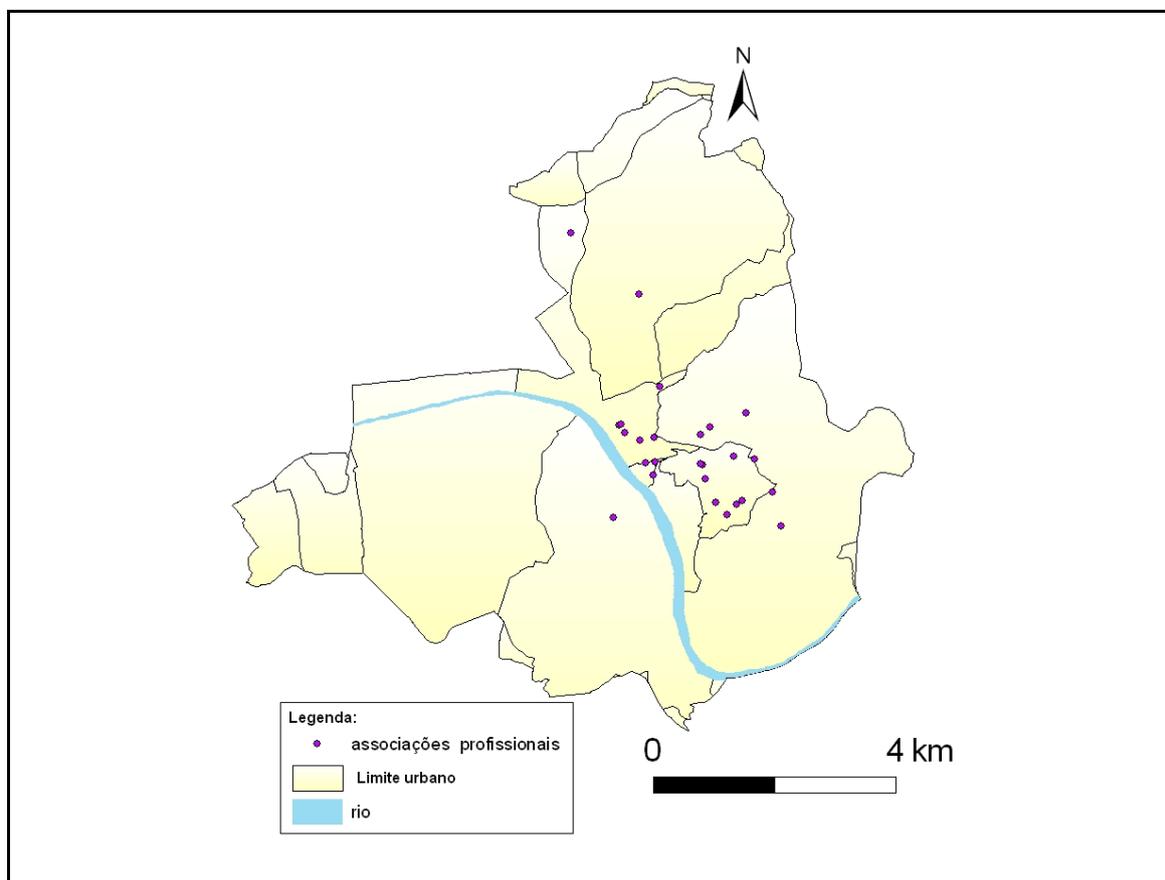


Fonte: Elaboração própria

Figura 17. Localização das associações ambientalistas e defesa do património

Em última análise, observamos as associações de profissionais, as quais se localizam na margem direita do rio e têm uma concentração nas freguesias de Santo António dos Olivais, Sé Nova e Santa Cruz (figura 18).

Estas associações estão ligadas à organização de grupos de pessoas do mesmo ramo de actividade como por exemplo advogados, farmacêuticos, engenheiros, aqui presentes nas associações representadas.

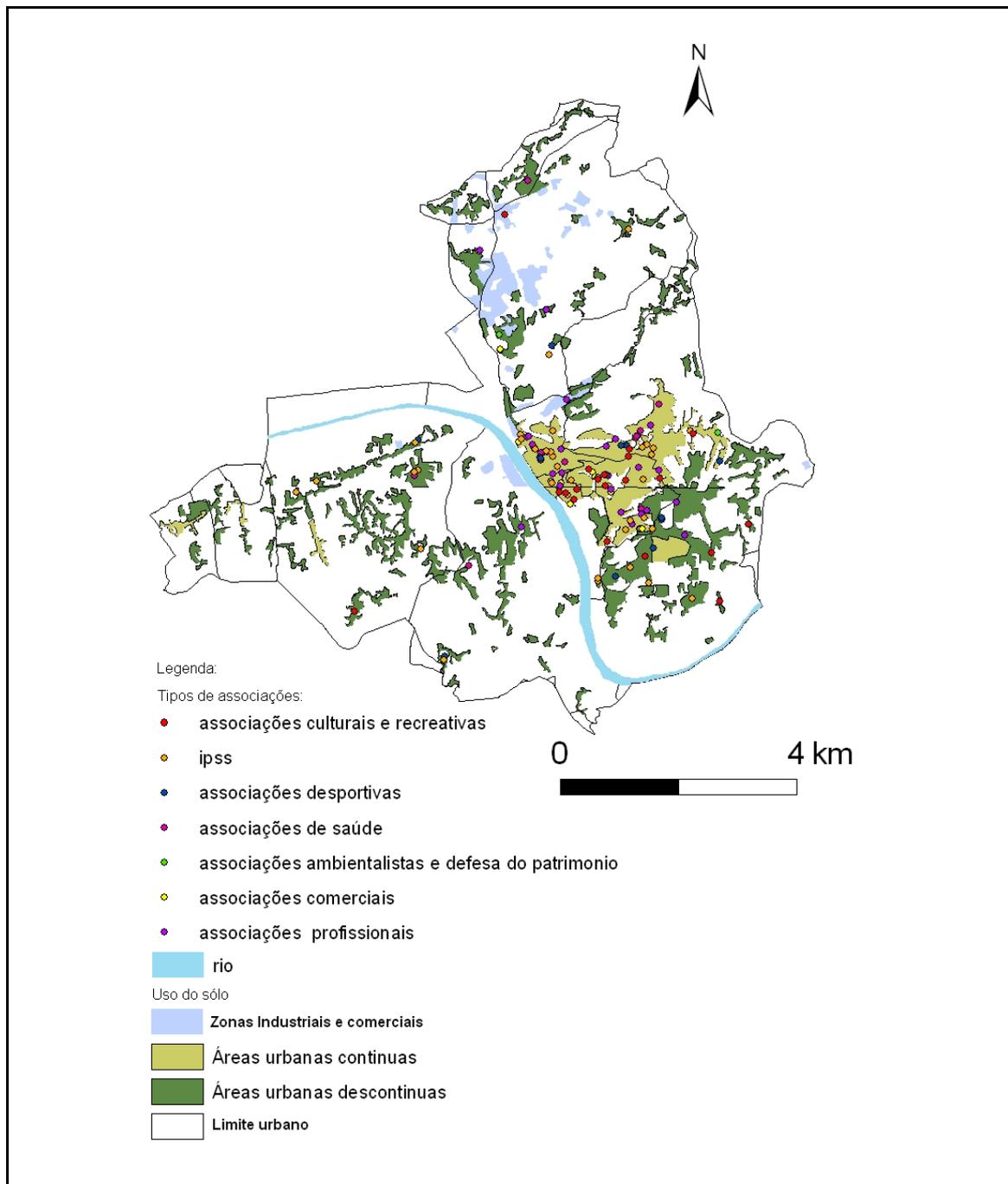


Fonte: Elaboração própria

Figura 18. Localização das associações profissionais na área de estudo

Se comparamos a localização das várias associações, segundo o tipo de áreas urbanas, verificamos que a maior parte se localiza em áreas contínuas urbanas. As associações ligadas às actividades comerciais presentes neste estudo, têm a sua localização total em áreas urbanas contínuas, assim como a grande parte das associações profissionais, as IPSS e as associações culturais e recreativas. Nas áreas urbanas descontínuas vemos que as IPSS, são aquelas que mais se descentralizam das áreas centrais e que constroem um maior vínculo com o território, pois actuam segundo as necessidades daquela

população. Também as associações desportivas e culturais e recreativas, contudo são em menor número (figura.19).

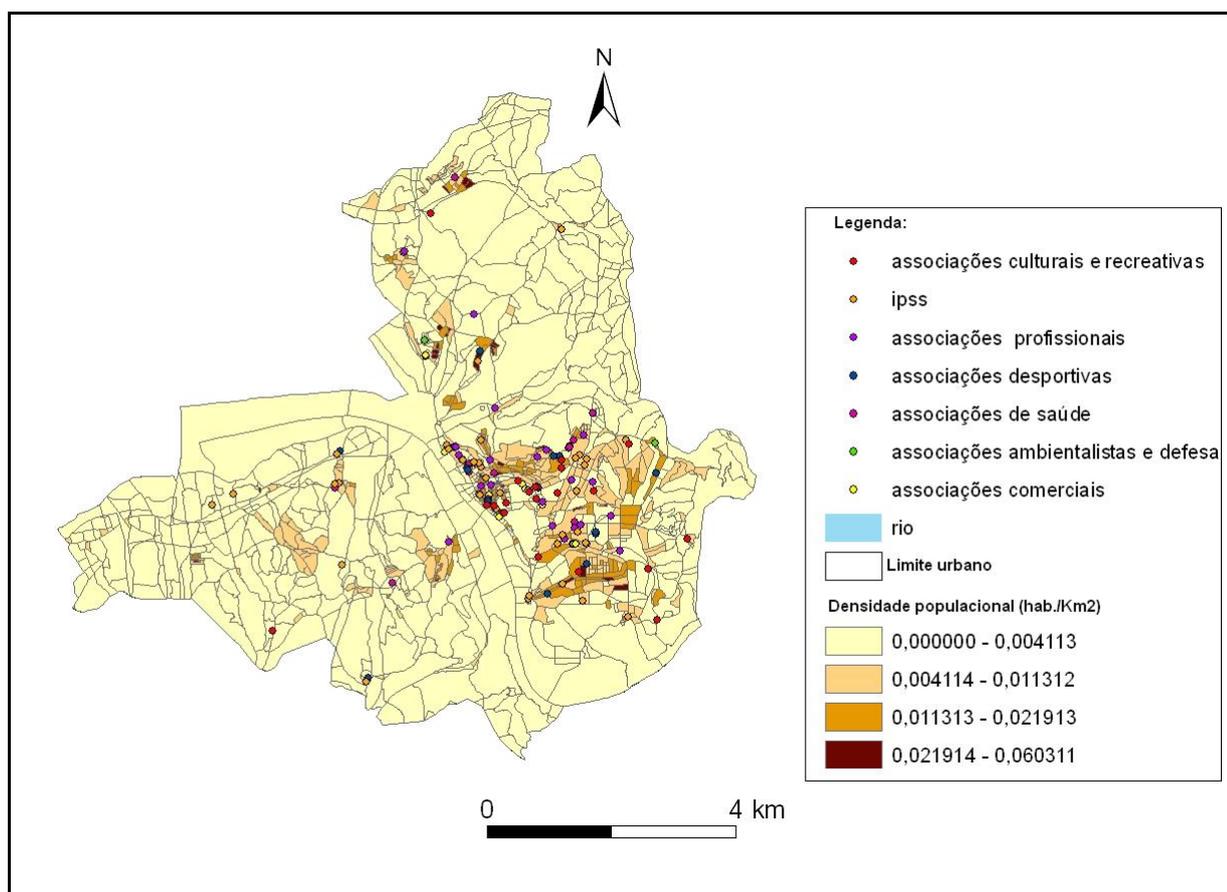


Fonte: Elaboração própria com base em trabalho de campo e nas cartas de uso do solo de Coimbra

Figura 19. Relação entre o tipo de áreas urbanas e a localização das várias associações

Noutra análise reconhecemos que as áreas mais densamente povoadas revelam um maior número de associações. Damos especial atenção às áreas centrais da área em estudo onde se localizam o maior número de associações de todos os tipos. Isto deve-se especialmente ao carácter de abrangência territorial que muitas delas têm, ou seja, ao nível regional ou distrital.

No entanto é de salientar o carácter de dormitório que muitas as freguesias periféricas apresentam dado que a maior parte da população que aqui vive trabalha no centro de Coimbra e devido aos seus movimentos pendulares, muitas das localidades destas freguesias são essencialmente dormitórios. Neste sentido, será difícil a construção de associações nestes locais porque as pessoas conhecem pouco a realidade do espaço onde estão inseridas e das necessidades (figura 20).



Fonte: Elaboração própria

Figura 20. Relação da localização das associações com a densidade populacional

6.5. Inquérito realizado à população de Coimbra: análise de resultados

Para o presente trabalho de investigação procedeu-se à realização de um inquérito à população da área em estudo com o objectivo de obter a opinião individual da população sobre diversos assuntos, relacionados com o nível de instrução, situação profissional, como ocupa o tempo livre, se pratica desporto, estado de saúde, etc. Para isso, foi calculada uma amostra representativa da área em estudo e que teve em conta a representatividade de cada freguesia. Esta amostra foi calculada tendo em atenção, a população residente das subsecções pertencentes à área em estudo, segundo o escalão etário e o género.

No total foram realizados 357 inquéritos para a área em estudo tendo sido agrupados no seguinte quadro.

Quadro 3. Resultados do inquérito realizado à população de Coimbra

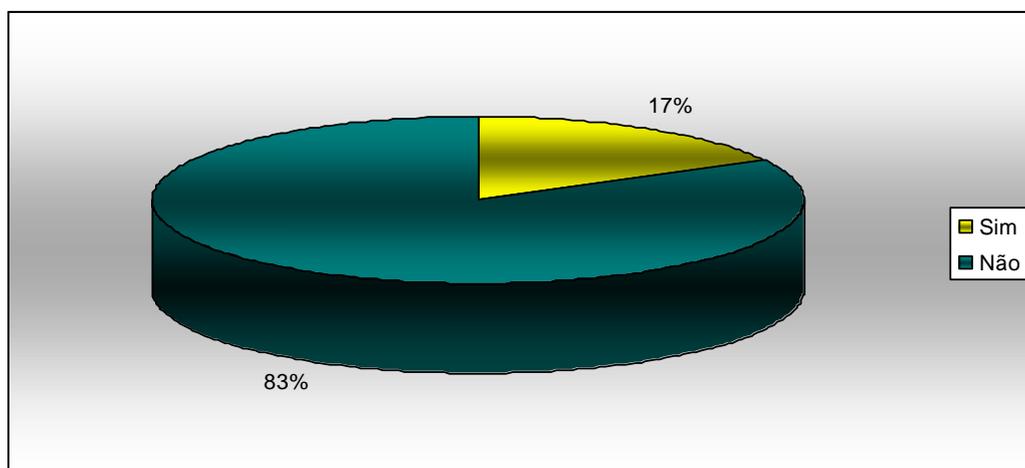
Freguesias	Masculino	Feminino	Total de inquiridos
Antanhol	1	0	1
Almedina	3	6	9
Assafarge	0	0	0
Brasfemes	0	1	1
Castelo Viegas	0	1	1
Eiras	16	18	34

Ribeira de Frades	3	3	6
Santa Clara	11	15	26
Santa Cruz	25	27	52
Sé Nova	12	16	28
Santo António dos Olivais	55	70	125
São Bartolomeu	4	5	9
São Martinho do Bispo	15	20	35
São Paulo Frades	3	2	5
Taveiro	2	2	4
Torre de Vilela	0	1	1
Torres do Mondego	1	3	4
Trouxemil	3	3	6

Fonte: Elaboração própria

Relativamente ao tema analisado neste trabalho, a população foi questionada quanto à frequência de actividades associativas. Pela figura seguinte percebemos que a grande maioria dos inquiridos não frequenta actividades associativas. Assim, obtivemos um total de 357 respostas, dos quais 296

inquiridos, ou seja 83% responderam não frequentar actividades associativas e somente 61, ou seja 17% afirmou frequentar.



Fonte: Elaboração própria

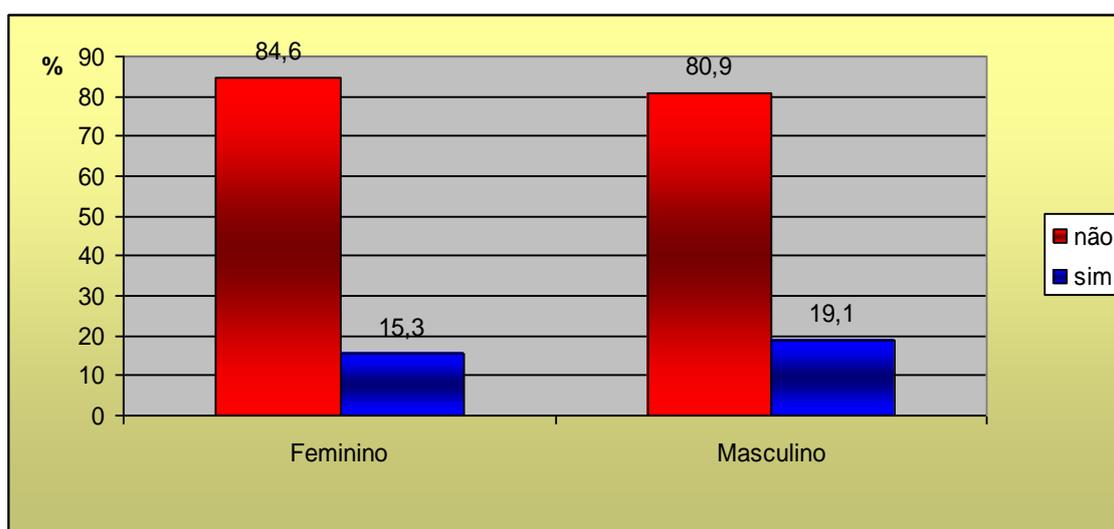
Figura 21. Frequência de actividades associativas pelos inquiridos

Posto isto, procedemos à análise dos inquéritos utilizando o método estatístico do qui-quadrado que nos dá uma relação entre duas variáveis nominais, permitindo-nos saber se há uma diferença significativa entre elas. A relação entre as variáveis é tida em conta quando o valor obtido ultrapassa os 0,05.

6.5.1. Relação entre o género e frequência de associações

Ao analisarmos a relação entre o género e a participação em actividades associativas e do total de 357 inquéritos, observamos que foram inquiridas 195 mulheres que correspondem a 84,6%, que afirmaram não participar em actividades associativas, pelo contrário 15,3% disseram que participavam. Relativamente aos homens, dos 142 inquiridos, 80,9% não participam em actividades associativas, contra 19,1% que afirmaram participar (figura 22). Concluimos que em relação aos inquiridos há mais homens a participarem em actividades associativas.

Por outro lado, ao analisarmos a relação estatística entre estas duas variáveis pelo método do qui-quadrado verificamos que não há dependência entre elas, ou seja, a participação em actividades associativas não depende do género, sendo o valor do qui-quadrado 0,179 muito superior ao valor que é tido como limite.



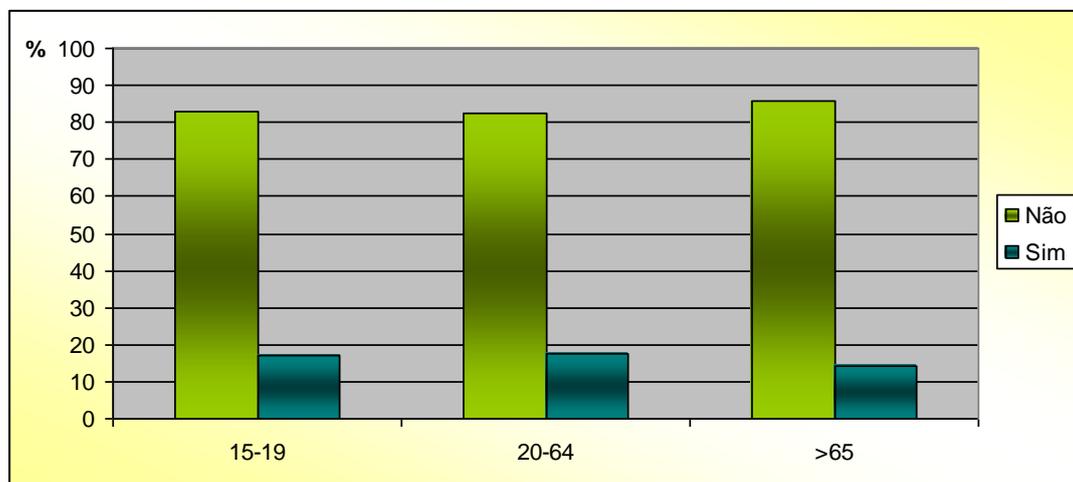
Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

Figura 22. Frequência de actividades associativas, segundo o género

6.5.2. Relação com os grupos etários e a frequência de associações

Nesta análise foram utilizados 357 inquiridos, os quais se dividem pelos grupos etários. No primeiro grupo, dos 15 aos 19 anos, temos uma total de 34 inquiridos, dos quais 82,9% não participam em actividades associativas e somente 17,1% é que participam. No grupo etário dos 20 aos 64 anos foram inquiridos 263 pessoas, das quais 82,3 % não participam em actividades associativas e somente 17,7% é que participa. Por fim, no grupo etário dos inquiridos com mais de 65 anos, somente 14,2% é que participam, contra os 85,8%.

Em relação ao valor do qui-quadrado depreendemos que não existe nenhuma relação entre estas duas variáveis, sendo que o valor obtido ultrapassa o valor limite.



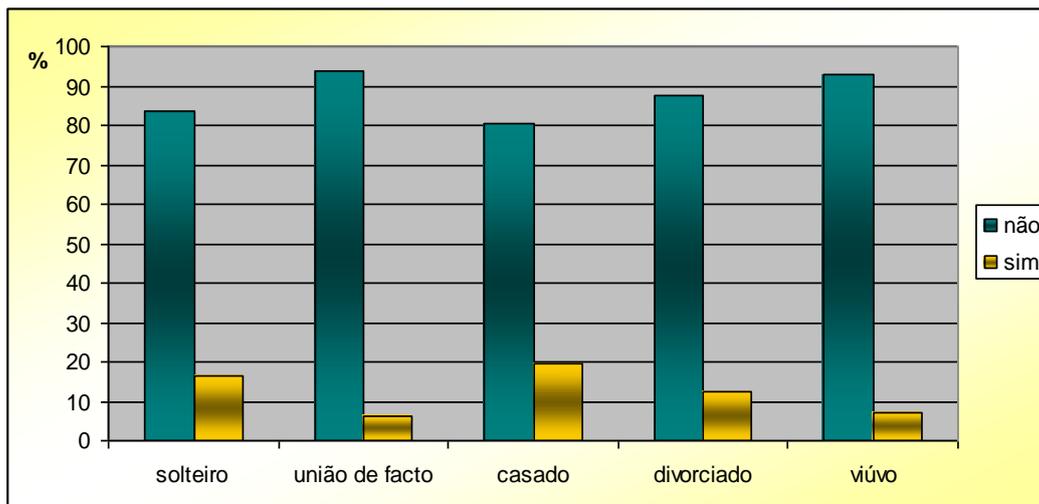
Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

Figura 23. Frequência de actividades associativas, segundo o grupo etário

6.5.3. Relação da frequência de associações com o estado civil

Em relação à análise com o estado civil obtemos resultados que mostram que a percentagem de pessoas que não participa em actividades associativas, segundo o seu estado civil é maior nos grupos dos viúvos e os que vivem em união de facto.

Por outro lado, as pessoas que participam em actividades associativas revelam que é nas pessoas solteiras e nas casadas que se atingem os maiores valores, rondando os 20%. Observamos que apesar de a amostra de solteiros ser superior à dos casados, estes participam com uma maior percentagem (figura 24).



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

Figura 24. Frequência de actividades associativas, segundo o estado civil

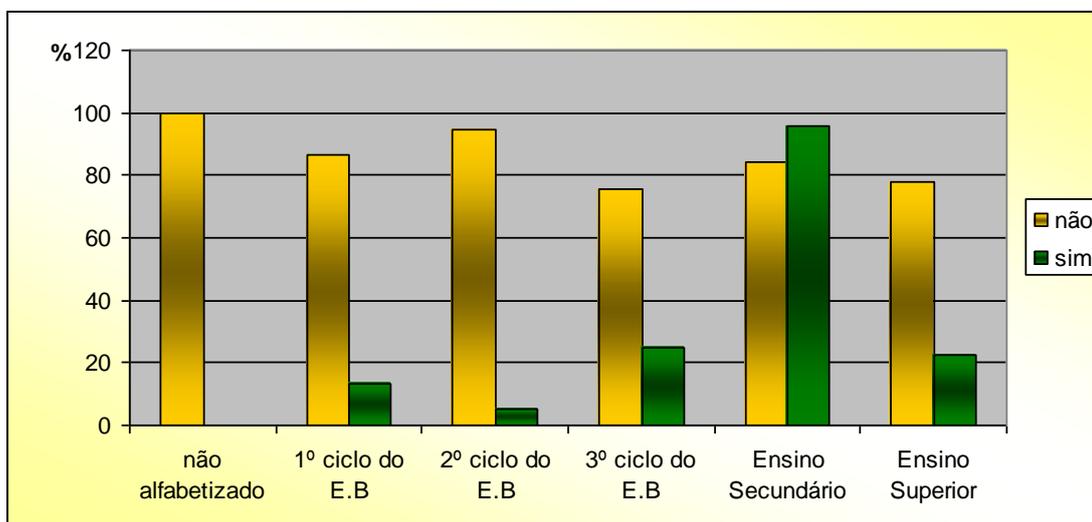
Em relação à relação estatística entre as duas variáveis, pelo resultado do qui-quadrado verificamos que não há uma relação entre ambas, pois o valor (0,248) é superior ao valor limite.

6.5.4. Relação entre a frequência de associações e o nível de instrução

O número de participantes em actividades associativas tendo em conta a sua relação com o nível de instrução varia consoante o grau de ensino obtido. Na figura seguinte verificamos que há uma maior percentagem de população com o ensino secundário que participa em associações e que ultrapassa os inquiridos que disseram que não participavam, seguindo-se as pessoas com o terceiro ciclo e ensino superior, que rondam os 20%.

Pelo contrário observamos, que a população com os graus mais baixos de qualificação são aqueles que menos participam em actividades associativas. Isto poderá ser explicado quando fazemos a relação entre a idade e a

escolarização e verificamos que as classes etárias com maior idade são aquelas que apresentam um menor grau de escolarização o que influenciará a sua participação em actividades associativas.



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

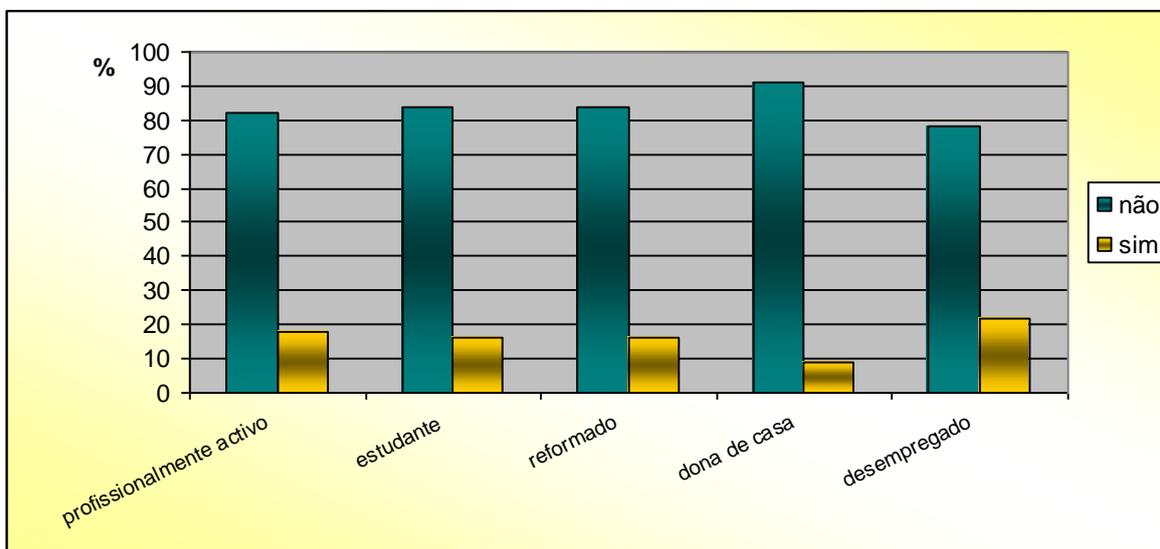
Figura 25. Frequência de actividades associativas, segundo o nível de instrução

Esta relação estatística entre estas suas variáveis é comprovada pelo valor do qui-quadrado, sendo este de 0,005, ou seja, inferior ao limite estabelecido, o que revela uma diferença significativa entre as variáveis.

6.5.5. Relação da frequência de associações com a situação profissional

A relação entre a frequência de actividades associativas e a situação profissional reflecte que a população que está desempregada é a que mais participa, seguindo-se a profissionalmente activa. Como vemos na figura 26 todos as situações profissionais participam em actividades associativas,

contudo o número de pessoas que não frequenta associações é sempre superior.



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

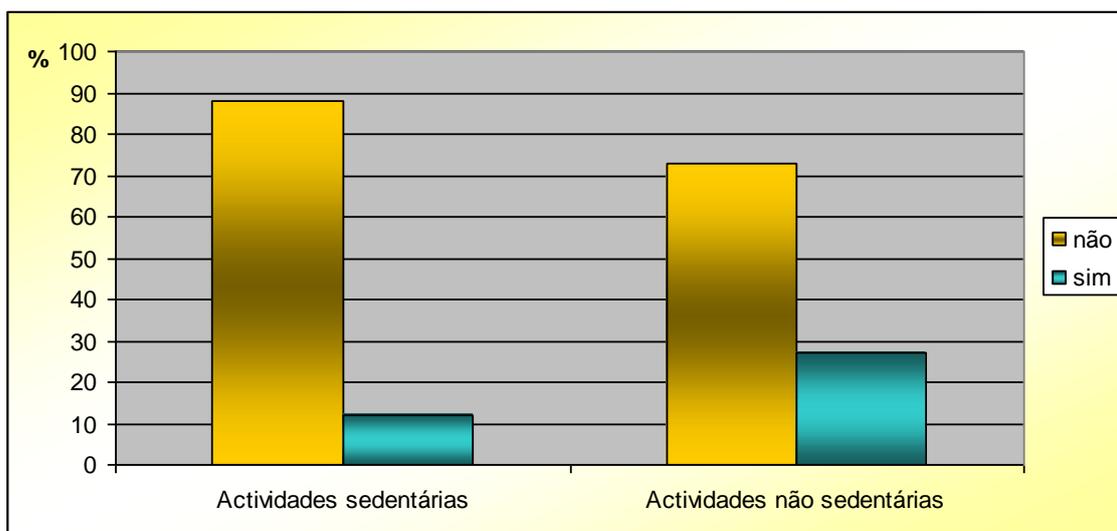
Figura 26. Frequência de actividades associativas, segundo a situação profissional

Posto isto, a relação entre estas duas variáveis não apresenta uma dependência ao contrário do que era esperado, pois o valor do qui-quadrado é superior ao valor limite.

6.5.6. Relação ocupação do tempo livre com a frequência de associações

Quando analisamos a relação entre a frequência de actividades associativas e o tipo de actividades exercidas pela população inquirida verificamos que a maior parte da população que respondeu que frequentava associações não tem uma vida sedentária.

Pela figura seguinte observamos que a maior parte dos inquiridos que não tem uma vida sedentária é aquela que mais frequenta actividades associativas. Por outro lado, a população que tem uma vida sedentária é aquela que não frequenta associações, chegando próximo dos 90%. Ainda salientamos o facto de cerca de 10% dos inquiridos responderem que frequentam associações mas têm uma vida sedentária.



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

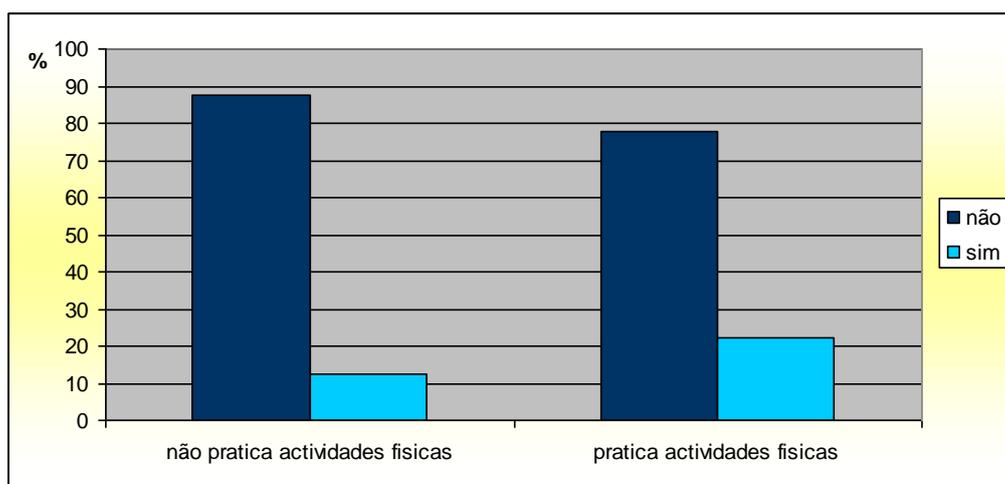
Figura 27. Frequência de actividades associativas, segundo a ocupação do tempo livre

6.5.7. Relação com a prática de actividades físicas e a frequência de associações

Os inquiridos que frequentam actividades associativas praticam exercício físico regularmente, revelando uma relação entre estas duas variáveis. Os inquiridos que mais actividades associativas frequentam são aqueles que praticam actividades físicas regulares, estando ligado ao facto de as praticarem em

associações. Por outro lado as pessoas que nos frequentam associações são aquelas que não fazem exercício físico regularmente.

Na figura seguinte verificamos que há uma pequena percentagem de inquiridos que frequenta associações mas não pratica actividades desportivas regulares, o que revela a prática de outro tipo de actividades ligadas à cultura e recreação.

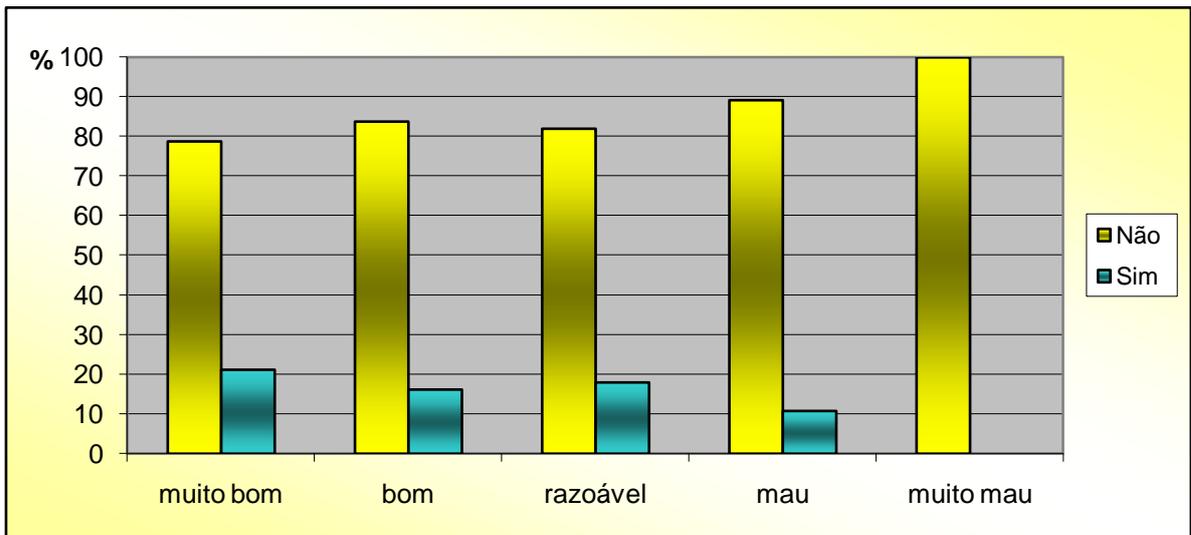


Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

Figura 28. Frequência de actividades associativas segundo a prática de actividades físicas

6.5.8. Relação com o estado de saúde e a frequência de associações

O estado de saúde da população e a frequência de associações revela-nos que os inquiridos que participam em actividades associativas afirmam que o seu estado de saúde é muito bom. Por outro lado, as pessoas que não frequentam associações têm um estado de saúde mau a muito mau (figura 29).



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

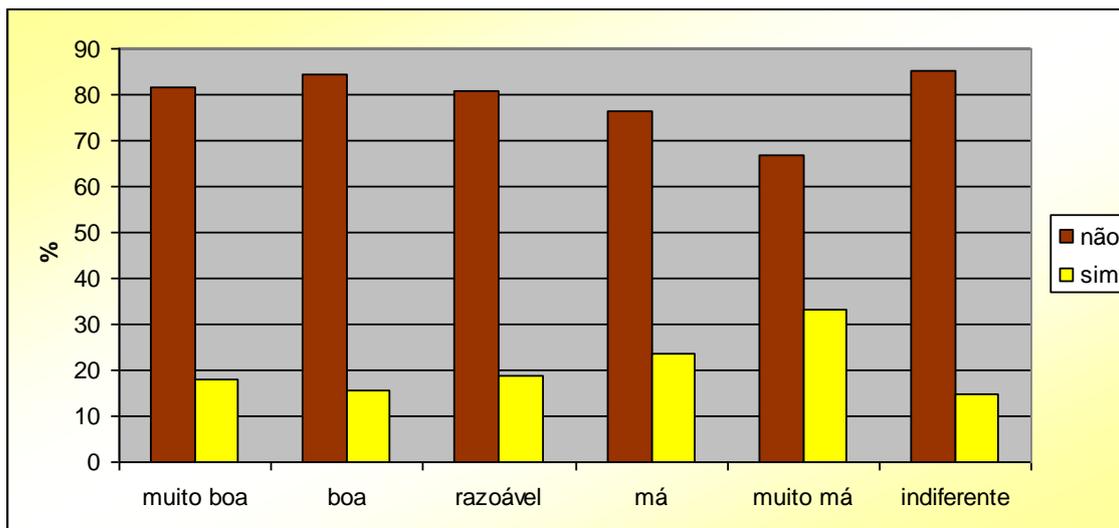
Figura 29. Frequência de actividades associativas, segundo o estado de saúde

Ao observarmos a figura 29 percebemos que há uma certa relação entre estas duas variáveis mas pela análise do resultado do qui-quadrado depreendemos a não existência de uma dependência, dado que o valor é superior ao valor limite.

6.5.9. Relação com a vizinhança e a frequência de associações

Uma percentagem significativa dos inquiridos que frequentam associações afirmam ter uma relação má ou muito má com os vizinhos, como podemos observar na figura.30 que nos demonstra que esse resultado se situa acima dos 55%.

Pela análise do qui-quadrado não se estabelece uma relação entre estas duas variáveis porque o valor obtido ultrapassa o valor limite e também como podemos observar na figura anterior, existe uma relação negativa entre a frequência de associações a relação com a vizinhança.

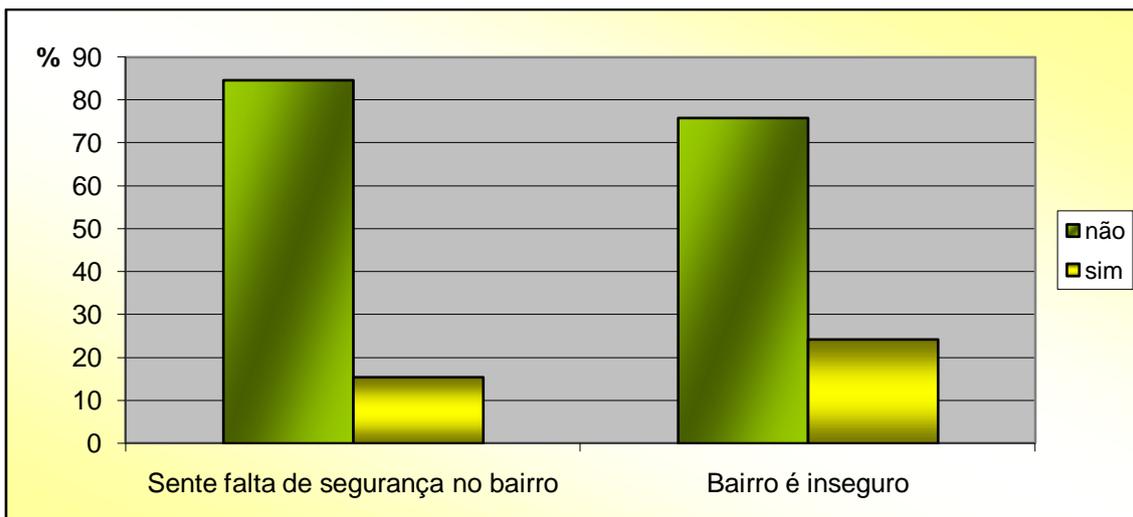


Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

Figura 30. Frequência de actividades associativas, segundo a relação de vizinhança

6.5.10. Relação com a insegurança e a frequência de associações

Ao relacionarmos a frequência de actividades associativas com a questão se acha que um dos problemas do seu bairro é a insegurança, observamos na figura seguinte que as pessoas que responderam que frequentavam actividades associativas revela uma maior percentagem quando respondem que a insegurança não é um dos principais problemas do seu bairro (figura 31). Por outro lado, o maior número de pessoas que responderam que sim, que o seu bairro é inseguro, têm uma percentagem mais baixa na adesão em actividades associativas.



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

Figura 31. Frequência de actividades associativas, segundo o problema da insegurança no bairro

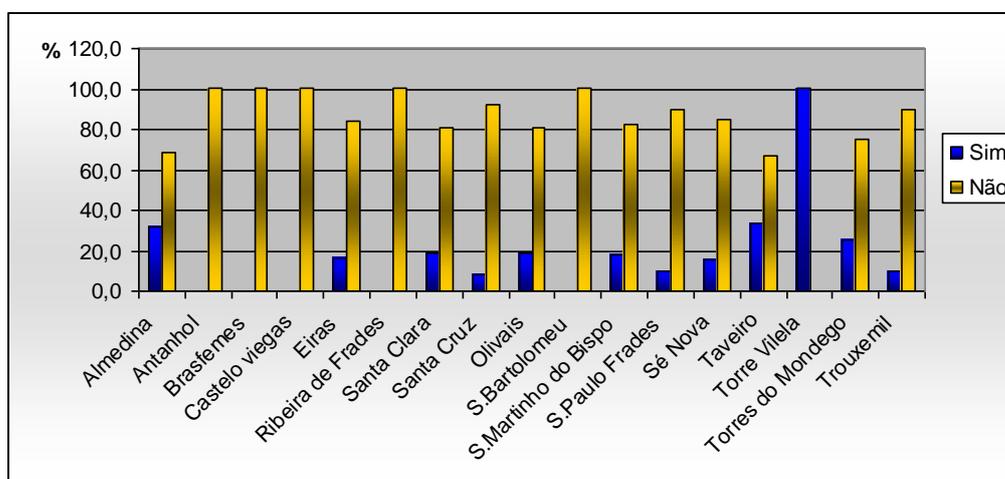
Pelo valor do qui-quadrado que é inferior a 0,05 depreendemos que há uma diferença significativa entre estas duas variáveis, estando assim relacionadas.

6.5.11. Frequência de actividades associativas segundo a sua distribuição pelas freguesias

Ao analisarmos cada freguesia observamos que a relação entre pessoas que não participam é sempre superior às que participam em actividades associativas. Pela figura seguinte verificamos que é nas freguesias de Almedina, Torre de Vilela, Taveiro e Torres do Mondego que há a maior participação, contudo e quando consultamos o quadro II, a freguesia de Torre de Vilela e Torres do Mondego têm pouca representatividade para a área de estudo, pois somente um pessoa é que foi inquirida o que toma valores de 100%.

Ainda na figura seguinte, as freguesias que têm uma maior percentagem de inquiridos que não participa em actividades associativas são Antanhol, Castelo

Viegas, Brasfemes e São Bartolomeu. Contudo, é de salientar que as primeiras três freguesias referidas não são representativas para a área de estudo.



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

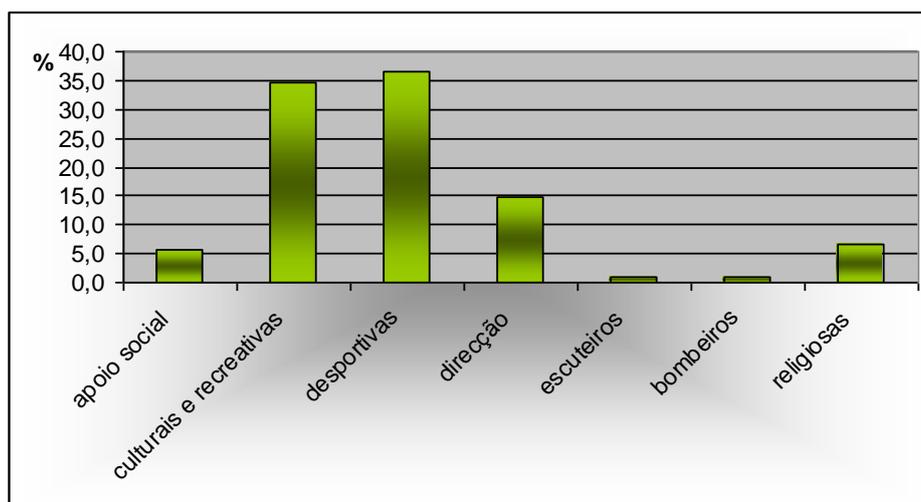
Figura 32. Frequência de actividades associativas pelas freguesias

6.6. As diferentes actividades associativas frequentadas pela população

Como referimos anteriormente apenas 61 dos inquiridos responderam que frequentavam actividades associativas e numa segunda questão quisemos saber que tipos de actividades que exerciam na associação.

Na figura seguinte podemos verificar que as maiores percentagens se relacionam com actividades desportivas e culturais e recreativas, chegando aos 36,4% e 34,6% respectivamente. As actividades menos praticadas são os escuteiros e bombeiros¹³.

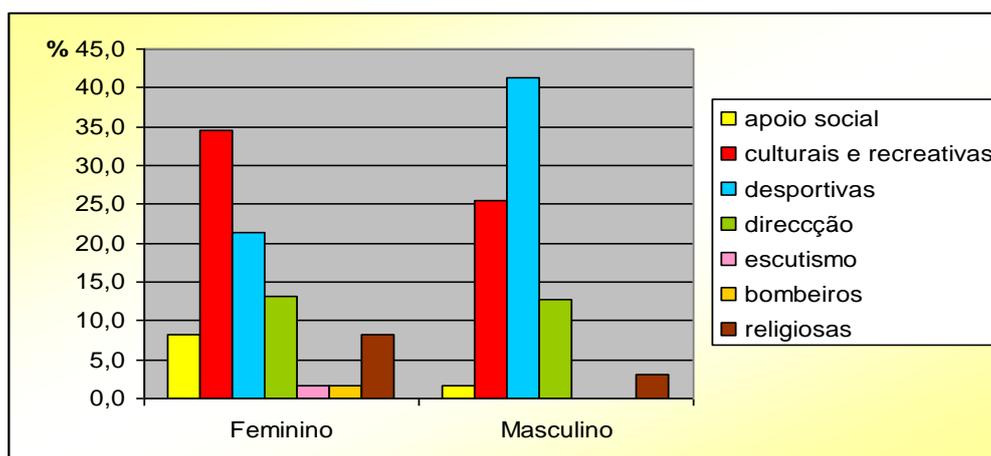
¹³ Ao agruparmos as actividades exercidas por tipos para ser mais fácil de analisar, decidimos isolar os escoteiros e bombeiros, uma vez que são associações com actividades muito próprias e não se enquadravam nos outros grupos.



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

Figura 33. Distribuição da frequência das várias actividades associativas

Os 61 inquéritos realizados à população, onde esta respondeu que frequentava actividades associativas, revelam a sua distribuição segundo o género (figura 34).



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

Figura 34. Frequência dos vários tipos de actividades, segundo o género

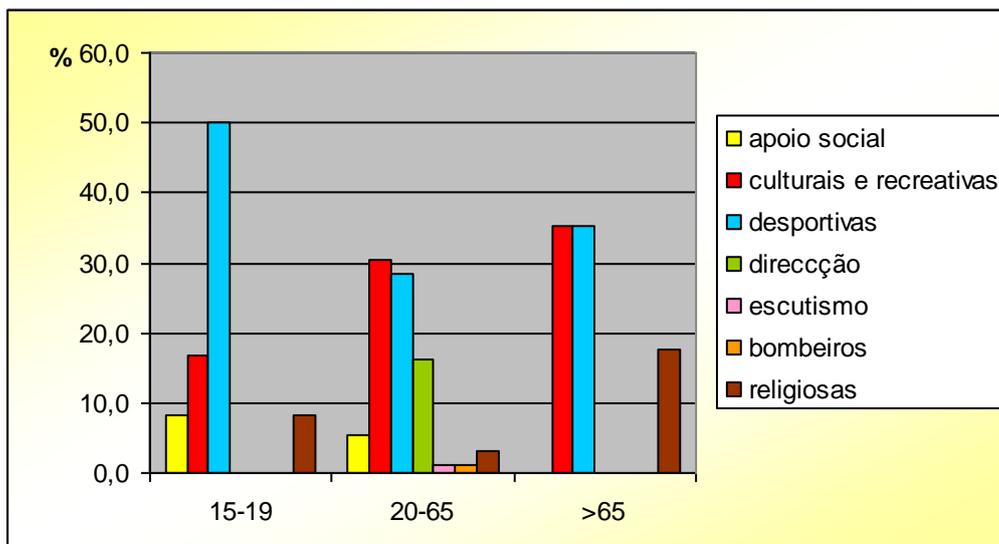
No que respeita ao género feminino, as actividades mais praticadas são as culturais e recreativas (34,4%), seguindo-se as desportivas e de direcção das associações. Também neste género verifica-se que é onde existem as actividades de escutismo e bombeira. Ainda numa última análise, as actividades de apoio social são em maior percentagem comparativamente com o género masculino. No género masculino, as actividades mais praticadas são as actividades desportivas com mais de 40% de adesão.

Numa outra análise, segundo a estrutura etária dos inquiridos, verificamos que os inquiridos estão agrupados em três estruturas etárias. A primeira agrupa indivíduos dos 15 aos 19 anos onde se realizaram 6 inquéritos. Neste grupo as actividades mais praticadas são as desportivas com 50%.

A segunda estrutura agrupa indivíduos dos 20 aos 65 anos a quem se fizeram 46 inquéritos. As actividades mais realizadas neste grupo são as culturais e recreativas e as desportivas.

Por fim, no último grupo que corresponde aos indivíduos com mais de 65 anos observamos que foram inquiridos 9 pessoas. As actividades mais exercidas neste escalão são actividades culturais e recreativas e as actividades desportivas com a mesma percentagem.

Numa última conclusão, quanto a esta relação vemos que as actividades de apoio social têm uma maior percentagem no primeiro grupo do que no segundo. Por outro lado, é no segundo grupo onde estão presentes as actividades de escutismo e bombeiros (figura 34).



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

Figura 35. Frequências dos vários tipos de actividades, segundo o escalão etário

Por outro lado, segundo o nível de instrução dos inquiridos, observamos que os indivíduos sem alfabetização responderam que não frequentavam actividades associativas.

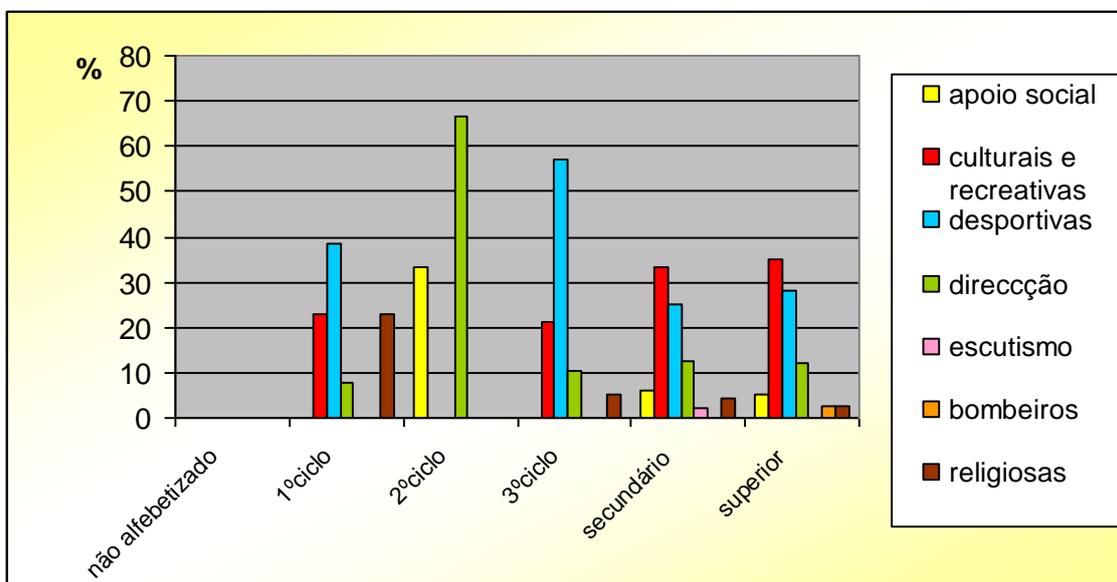
Em relação aos indivíduos com o primeiro ciclo obtivemos 6 respostas, sendo que neste grupo as actividades mais frequentadas são as desportivas.

No que diz respeito aos indivíduos com o segundo ciclo obtivemos 2 respostas, sendo que neste nível de instrução, as actividades mais praticadas são as de direcção e de apoio social.

Relativamente aos indivíduos com o terceiro ciclo (9 inquiridos), as actividades mais praticadas são as desportivas.

No ensino secundário foram inquiridos 25 indivíduos, com as actividades mais praticadas por estes indivíduos são as culturais e recreativas. Também é neste grupo onde está presente a única actividade de escutismo.

Por fim, no ensino superior inquirimos 19 pessoas, sendo que as actividades frequentadas por estes indivíduos são as culturais e recreativas. Também é neste nível de instrução que existe a única actividade de bombeiro.



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

Figura 36. Frequência dos vários tipos de actividades, segundo o nível de instrução

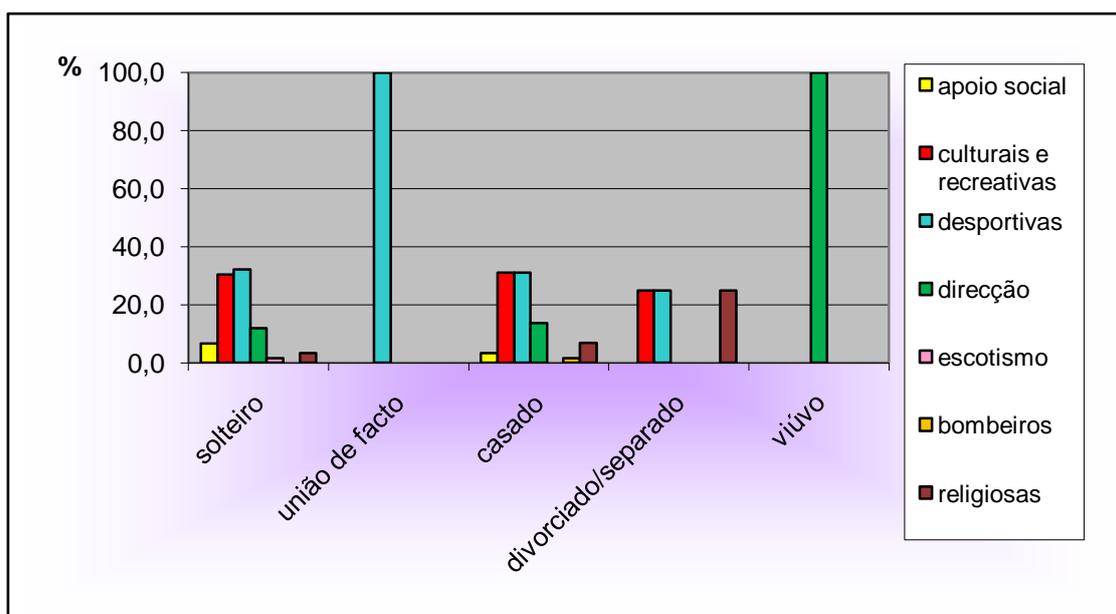
De outro modo, a análise dos inquiridos quanto ao seu estado civil (figura 37) permite verificar que no grupo dos solteiros (com 29 inquiridos), as actividades mais praticadas são as desportivas e as culturais e recreativas, verificando-se aqui a única actividade de escutismo.

Nos inquiridos que disseram estarem em união de facto, apuramos um único indivíduo que participava em actividades associativas sendo estas desportivas.

Quanto aos indivíduos que são casados realizámos 28 inquéritos, sendo que as actividades mais praticadas por este grupo são culturais e recreativas e desportivas. Aqui é também onde se verifica a única actividade de bombeiro.

Quanto aos indivíduos com o seu estado civil de separados/divorciados apuramos 2 inquéritos, sendo as actividades praticadas são culturais e recreativas, desportivas e religiosas.

Por fim, na última categoria do estado civil, que é viúvo apuramos 1 inquérito, com a actividade exercida ligada à direcção associativa.



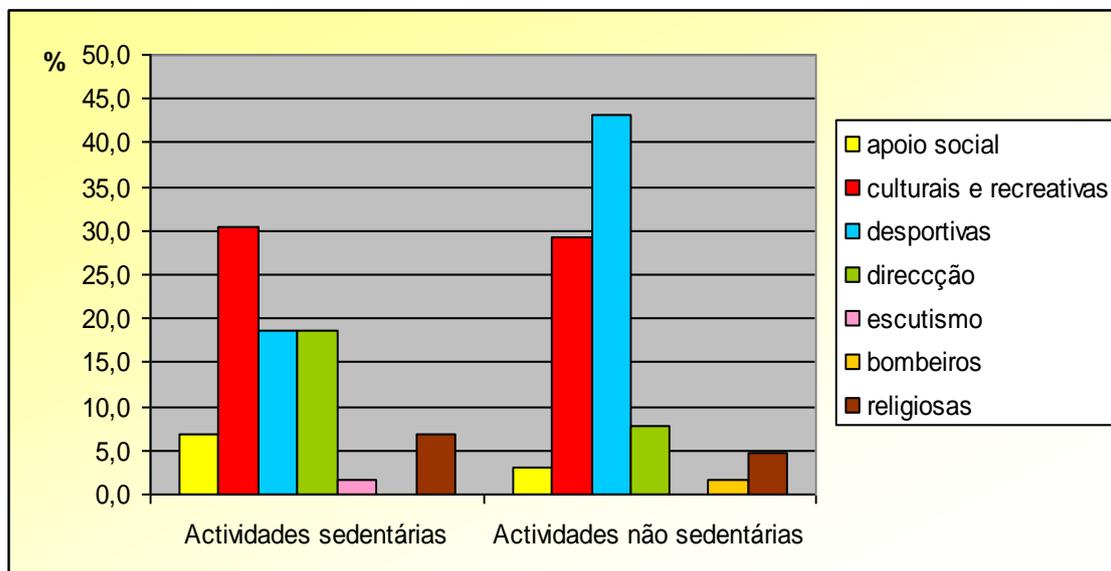
Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

Figura 37. Frequência dos vários tipos de actividades, segundo o estado civil

Como na primeira pergunta há uma relação de dependência entre a ocupação dos tempos livres e a participação em associações, quisemos saber quais as actividades praticadas segundo o tipo de vida dos inquiridos, se sedentária ou não.

Nesta questão foram inquiridos 29 pessoas que afirmam ter uma vida sedentária. Sendo assim, verificamos que a maior parte das pessoas participa em actividades culturais e recreativas, tendo também a única actividade de escutismo (figura.38).

Os inquiridos que responderam que tinham uma vida não sedentária perfazem 32. Estes inquiridos praticam actividades desportivas com um valor destacado das outras, seguindo-se as actividades culturais e recreativas.



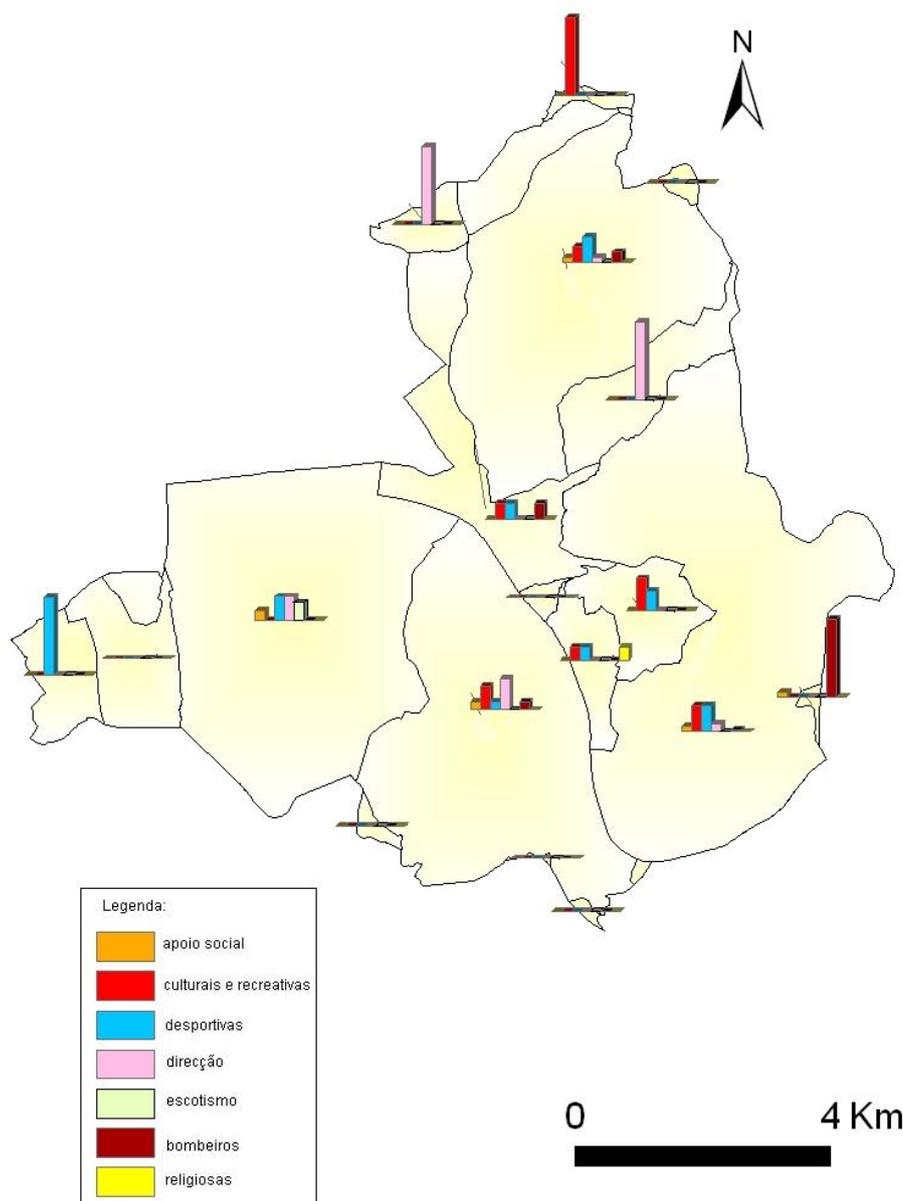
Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

Figura 38. Frequência dos vários tipos de actividades, segundo a ocupação do tempo livre

Por fim analisamos a distribuição da prática das várias actividades pelas diferentes freguesias em estudo.

Na figura seguinte verificamos que nas freguesias centrais como Santa Cruz, Almedina, Sé Nova e Santo António dos Olivais as actividades que dominam são as desportivas e culturais e recreativas

Nas freguesias mais periféricas como São Martinho do Bispo e Eiras, as actividades que dominam são as desportivas, ao contrário de Santa Clara, onde os inquiridos participam em actividades relacionadas com a direcção das associações.



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do inquérito à população de Coimbra de 2010/2011

Figura 39. Frequência dos vários tipos de actividades, segundo a distribuição pelas freguesias

CAPITULO 7

Associativismo como um caminho para o desenvolvimento sustentável na cidade de Coimbra: análise exploratória

Os vários tipos de associativismo aparecem conforme as necessidades da sociedade contemporânea, procurando ajudar e fazendo muitas vezes o papel que o Estado se deixava de exercer. Como referimos no primeiro capítulo, o associativismo evoluiu ao longo do tempo e foram surgindo vários tipos mediante aos novos problemas como a exclusão social de minorias étnicas, a degradação do ambiente, as actividades comerciais, entre outros que se relacionam com o conceito de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento é muito falado na actualidade e, para além de um crescimento económico, implica também diversos aspectos relacionados com o bem-estar da população como a redução das iniquidades, a satisfação das necessidades básicas de toda a população, a melhoria da qualidade de vida, o respeito pelo ambiente e pelas gerações vindouras, entre outros.

Se fizermos uma retrospectiva podemos perceber que o conceito de desenvolvimento é relativamente recente. Assim, foi no pós Segunda Guerra Mundial (décadas de 50 e 60) que as preocupações começaram a surgir, no entanto, o desenvolvimento estava ainda muito relacionado com as questões económicas. O modelo difusionista preconizou mudanças e conduziu a uma uniformização territorial, o que provocou novas territorialidades (FERNANDES, 2003). Este modelo com características economicistas contribuiu para alguns desastres ecológicos como caso do Mar Aral. Neste sentido são criadas assimetrias territoriais e desigualdades de vária ordem. O desenvolvimento é questionado quanto à necessidade de se ajustar às realidades locais com a participação da população local, de forma a ser praticada uma cidadania

participativa (como dissemos anteriormente isto é um dos pressupostos para o fim da exclusão social).

Assim desenvolve-se outro modelo de desenvolvimento com um carácter territorialista, descentralizado e que valoriza cada realidade local. Este modelo implica mudanças sociais e económicas, fazendo despertar o interesse pelo sector da educação, pois cada vez mais se valoriza o capital humano (FERNANDES, 2003). Nos anos 70, surge uma preocupação ligada ao ambiente fruto de muitas medidas praticadas com vista ao desenvolvimento e que resultaram em desastres ambientais. Esta preocupação é tornada consciente com o contributo dos *media*, alertando a sociedade civil.

Então surge uma nova concepção do desenvolvimento que irá integrar os factores ecológicos. A promoção do bem estar deve atender às necessidades e solicitações do presente mas a estas deve acrescentar-se a necessária garantia da não degradação dos recursos e dos quadros de vida futura (FERNANDES, 2003). Estes princípios figuram o conceito de desenvolvimento sustentável¹⁴. Este conceito de desenvolvimento conjuga três vectores, como mostra a figura seguinte.



Figura 40. Principais vectores do desenvolvimento sustentável

¹⁴ Este conceito aparece pela primeira vez no Relatório de Brundtland “O Nosso Futuro Comum” em 1987, que identificou os principais problemas ambientais dos países meridionais e conferiu ao ambiente uma prioridade internacional.

É nesta lógica de pensamento que entra o associativismo como um potencial meio para se integrar em cada vector do desenvolvimento sustentável, podendo estabelecer uma relação entre as instituições governamentais e a sociedade civil. O associativismo como já foi referido é um conjunto de pessoas que se une de forma a atingir um objectivo delineado primeiramente e que trará benefícios a essas pessoas ou a outras que necessitem.

Em Portugal, o Estado-Providência tem-se afastado de algumas das suas obrigações para com a sociedade o que influenciou a união da sociedade civil em grupos/associações, com o intuito de atenuar essas desigualdades e alertar a sociedade civil para a prática de uma cidadania participativa.

Posto isto, quisemos em última análise aliar o desenvolvimento sustentável e o associativismo e ao reflectirmos sobre os vectores que compõem este conceito, percebemos que a nossa área de estudo tem associações que podem alcançar esse objectivo e escolhemos três delas, uma relacionada com cada vector.

As associações escolhidas devem-se num primeiro ponto à análise do resultado dos inquéritos nomeadamente o facto de as actividades mais praticadas pelos inquiridos (que participam do movimento associativo) configurarem actividades desportivas e culturais e recreativas. Contudo pensamos que actualmente e para conseguir uma sustentabilidade urbana teremos de focar outros vectores que não os lúdicos e desportivos. No entanto não queremos retirar a importância das associações e por isso escolhemos a Associação Académica de Coimbra para representar o vector social. Um dos pressupostos deste vector é a educação e aposta desta para estabelecer a cidadania em cada indivíduo. E o porquê desta associação? Onde quer que estejamos, se pensarmos em Coimbra vem-nos à ideia a UNIVERSIDADE DE COIMBRA e tudo o que ela representa para a cidade.

A implantação da Universidade na cidade de Coimbra vem consolidar a dicotomia entre a Alta e a Baixa (CRAVIDÃO *et al*, 1999). A primeira estava ligada ao poder administrativo e aos colégios e a segunda correspondia a áreas de comerciantes e artesãos. Com isto é proporcionada uma complementaridade entre estas duas áreas, ou seja, a alta com a presença de

números estudantes dinamiza o comércio e a vida social da cidade e a baixa fornece serviços para o funcionamento da Universidade. Contudo, esta relação vai abrandando ao longo do tempo e nos anos 80 deixa de fazer sentido por causa da expansão da cidade para áreas cada vez mais afastadas do centro e com a massificação do ensino universitário.

Apesar da Universidade ter vindo a perder importância para a cidade e para o país, dado que surgem muitos outros centros urbanos circundantes de Coimbra com ensino superior, a imagem da cidade estará sempre ligada à Universidade a tudo o que ela promove, sendo nesse sentido que salientamos a importância da Associação Académica de Coimbra e todas as suas acções em prol de uma comunidade estudantil universitária.

Neste sentido a Associação Académica de Coimbra é a maior associação estudantil do país que tem como objectivo primordial defender os interesses de todos os estudantes da Universidade de Coimbra. Para isso integra vários pelouros que se dedicam a temas específicos, os quais mencionamos resumidamente. O pelouro da política educativa que procura defender os direitos dos estudantes em terem direito a um ensino superior gratuito e de qualidade. Em segundo, o pelouro da administração que tem como competências gerir todo o património da associação. Em terceiro, os núcleos que são constituídos por estudantes das várias faculdades para fazerem a ponte entre a Direcção Geral e os problemas das faculdades e cursos. Em quarto, o pelouro da informação que se destina a informar todos os estudantes das actividades realizadas pela publicação da “*InforAcção*”, cartazes e *flyers*. Em quinto, o pelouro da pedagogia que tem como objectivo identificar situações de desigualdades de aprendizagem e apresentar um modo de eliminá-las. Em sexto, o pelouro do desporto, sendo uma das características mais importantes desta associação. Este pelouro coordena as 25 secções desportivas que vão desde o futebol, andebol, voleibol, entre outros e que têm como objectivo promover o desporto de lazer, formação e competição. Em sétimo, o pelouro da cultura, também considerado como um dos mais importantes e caracterizadores desta associação encarrega-se da organização de actividades culturais como festas (a mais antiga e célebre: “*Queima das*

Fitas”), *workshops*, feiras do livro, entre outras. Em oitavo, o pelouro da acção social que dá apoio aos estudantes carenciados de modo a promover a sua melhor qualidade de vida. Em nono, o pelouro das saídas profissionais que conta com a disponibilização de toda a informação sobre ofertas de emprego para os recém-licenciados. Em décimo, o pelouro do GAPE (Gabinete de Apoio Psicológico ao Estudante) que se destina a auxiliar os estudantes com apoio de psicólogos. Em décimo primeiro, o pelouro da formação cívica e ambiente que para nós é também dos mais importantes para o presente trabalho porque é partir daqui que percebemos como é que esta associação tem um papel importante no desenvolvimento sustentável. Este pelouro pretende fomentar a participação cívica e solidária dos estudantes, desenvolvendo o voluntariado. Ainda promove actividades como as “*Jornadas do Ambiente*” com o intuito da preservação do ambiente e de alcançar o desenvolvimento sustentável. Em décimo segundo, o pelouro das relações externas que tem como objectivo a criação de protocolos com outras entidades, a fim de divulgar a associação. Em último, o pelouro das relações internacionais que tem como principio explorar a dimensão internacional, contando para isso com o contacto com as associações de estudantes internacionais.

Pretendemos com esta análise verificar em que medidas, é que esta associação irá contribuir para o desenvolvimento sustentável, salientando os seus pontos fortes (quadro 4).

No quadro 4, podemos ver de forma resumida algumas das actividades desenvolvidas em distintos sectores, dos quais destaco a solidariedade e o ambiente, pois em anos passados esta AAC realizou a Feira da Solidariedade que contou com a presença de vinte instituições que assim tiveram oportunidade de divulgar o trabalho realizado e as suas áreas de intervenção, bem como angariar alguns fundos através da venda de merchandising. No que respeita ao ambiente, a preservação ambiental e a procura de Desenvolvimento Sustentável são premissas essenciais no desenvolvimento humano, e a AAC, como estrutura da vanguarda estudantil, não é alheia às transformações no meio que nos rodeia e tem obrigação de informar e sensibilizar os estudantes do que se pode fazer para preservar o Ambiente,

organizando diversos eventos quer de componente teórica, quer com uma componente mais prática e apelativa.

Após uma análise de todas as valências e características da Associação Académica de Coimbra, não conseguimos deslindar algo que se pudesse representar como sendo pontos fracos.

Quadro 4. Resumo dos pontos fortes da Associação Académica de Coimbra

Pontos Fortes:
<ul style="list-style-type: none">• Engloba todo um conjunto de actividades dos mais diversos sectores: cultura, recreação, desporto, ambiente, solidariedade, entre outros;• Tem um espírito de iniciativa e de apoio para toda a comunidade estudantil, a quem se destina sem criar excepções e de uma forma gratuita¹⁵;• Alerta a sociedade civil para as políticas educativas.

Esta associação é de extrema importância para a cidade uma vez que actua em diversos níveis, na comunidade estudantil que tem uma grande presença nesta cidade para as actividades económicas.

No vector económico escolhemos a Associação Comercial e Industrial de Coimbra, dado que esta cidade tem como principal recurso económico todas as actividades terciárias, especialmente como vimos na caracterização da área de estudo, a actividade ligada ao comércio. Para Coimbra conseguir atingir um desenvolvimento sustentável tem de ter em conta todo o sector económico e para isso esta associação tem vindo a desempenhar a sua função de ajuda para pequenos empresários comerciantes e também ligados à indústria.

¹⁵ Qualquer estudante pertencente à Universidade de Coimbra é sócio da associação académica. Nesta associação não existem quotas.

Esta associação está ligada ao sector económico, actuando ao nível distrital, apesar de ter sede em Coimbra. Esta associação tem como principal objectivo promover acções de modo a alcançar o desenvolvimento económico, técnico e social para os seus associados e actua aos mais diversos níveis tendo como valências para os seus associados, prestar apoio social, jurídico, contabilístico e fiscal; promover eventos socioculturais onde os associados intervenham; apoio técnico e económico à nova implantação de empresas; apoio na formação profissional e inovação empresarial.

No quadro 5, podemos ver os pontos fortes da ACIC, que assentam na base de objectivos desta Associação e passam pela defesa dos interesses dos seus Associados e pela melhoria do desenvolvimento económico da Região

Quadro 5. Resumo dos pontos fortes da Associação Comercial e Industrial de Coimbra

Pontos Fortes:
<ul style="list-style-type: none">• Apoio aos empresários no sentido de nova fixação de indústrias e comércio;• Actuação com outras entidades;• Organização de actividades que publicita a cidade de Coimbra para o resto do país.

Como aspecto menos positivo da ACIC, aponto para o aspecto da instabilidade que actualmente atravessa, relacionada com a situação financeira que atravessa, levando mesmo à demissão de um dos seus dirigentes nos últimos meses, o que cria ainda uma maior insegurança, e poderá comprometer os seus propósitos, que é o de ajudar os empresários e as suas empresas.

Por último temos o vector do ambiente para o qual escolhemos o Núcleo Regional da Quercus, uma associação de carácter ambientalista que visa a protecção do ambiente. Esta associação tem um carácter nacional, chegando a actuar internacionalmente e a designar-se também por uma ONGA¹⁶. Mas devido à sua característica de descentralização, actua também em regime de núcleos que estão espalhados por todo o país [Algarve, Aveiro, Beja e Évora, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra-Viseu, Cova da Beira e Covilhã, Guarda, ilha Terceira (Açores), Lisboa, Litoral Alentejano, Madeira, Portalegre, Porto, Ribatejo e Estremadura, São Miguel (Açores), Setúbal, Viana do Castelo e Vila Real].

No quadro 5, podemos ver os pontos fortes da Quercus, que passam essencialmente pela descentralização da Associação e pela promoção de iniciativas ligadas à protecção do ambiente, à valorização dos ecossistemas, sustentabilidade, etc.

Quadro 6. Resumo dos pontos fortes da Quercus

Pontos fortes:
<ul style="list-style-type: none">• Descentralização da associação o que a coloca a par das diversas realidades;• Eventos ligados à protecção do ambiente que alertam a sociedade civil

¹⁶ Organização Não Governamental para o Ambiente

7.1. Comparação entre as três associações em estudo, segundo um pequeno inquérito realizado a cada uma delas

A primeira questão que se colocou foi a data da fundação da associação para percebermos o contexto em que se geraram e obtivemos os seguintes dados expressos no quadro 7 e que nos mostram que as duas primeiras associações surgem na segunda metade do século XIX (em 1863 e 1887, respectivamente) e a última teve a sua génese em 1985 (próximo da entrada de Portugal na União Europeia).

Quadro 7. Fundação das associações

Associações	Fundação (Data)
ACIC	1863
AAC	1887
Quercus	1985

Fonte: Elaboração própria
com base nos inquéritos

A segunda questão deteve-se com o facto de a associação estar ou não filiada em outras organizações e somente a Quercus respondeu negativamente. Apesar da Associação Académica responder afirmativamente, esta não esclareceu a que outra organização estava filiada.

A terceira questão prende-se com a contabilização do número de sócios e os respectivos escalões etários. Observamos que a Associação Académica tem

como sócios todos os estudantes universitários e vão desde os 15 aos 64 anos. A ACIC tem cerca de 2000 sócios, os quais são inteiramente empresários e pagam uma quota mensal dependendo do número de trabalhadores da empresa, sendo o mínimo, uma pessoa com uma quota mensal de cerca de quatro euros. Os sócios inserem-se nos escalões etários dos 15 aos mais de 65 anos. Por fim, a Quercus tem cerca de 5000 associados (quadro 8), que pagam uma quota mensal entre os oito e quarenta e cinco euros. Os sócios inserem-se em todos os escalões etários disponíveis.

Quadro 8. Número de sócios e escalão etário

Associações	Número de sócios	Escalão etário
AAC	Todos os estudantes universitários	15 - 64
ACIC	2000	15->65
Quercus	5000	0->65

Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos

Na pergunta seguinte, pretendíamos saber qual o funcionamento da associação e todas as associações têm um funcionamento diário. Ainda quanto ao funcionamento procuramos saber se a associação funcionava como um local de actividades recreativas e de convívio e somente a Associação Académica respondeu que sim e quanto à frequência das instalações, respondeu muito frequentada. Concluímos que esta pergunta depende das valências de cada associação e somente a AAC é que tem esse tipo de actividades.

Na décima questão do inquérito, quisemos averiguar que tipo de actividades é que são proporcionadas pelas associações e concluímos as actividades divergem porque são associações com estatutos diferenciados. A AAC como já referimos anteriormente tem vários pelouros, os quais promovem várias actividades, sendo os mais importantes e considerados no inquérito, o desporto, a cultura, o gape, intervenção cívica e ambiente e relações externas. A ACIC promove actividades ligadas a eventos promocionais de empresas associadas, como a *Coimbra Fashion*, a *Feira da CIC*, entre outros. Por fim a Quercus promove actividades relacionadas com a protecção e conservação da natureza, em várias vertentes.

Na questão seguinte quisemos perceber qual a relação entre a associação e a autarquia, quanto à sua frequência e concluímos que a AAC tem uma contacto semanal, a ACIC mensalmente e a Quercus ocasionalmente.

Questionamos as associações sobre se possuíam veículos próprios, aos quais todas responderam que sim e no seguinte quadro podemos ver os veículos de cada uma (quadro 9). Podemos observar através do quadro que todas possuem veículo misto, nenhuma associação tem veículo de passageiros, e somente a AAC possui carrinha e autocarro.

Quadro 9. Tipos de veículos que possuem

Veículos	AAC	ACIC	Quercus
Carrinha	sim	não	não
Autocarro	sim	não	não
Veículo comercial	sim	não	não
Veículo de passageiros	não	não	não
Veículo misto	sim	sim	sim
Outros	não	não	não

Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos

Nas próximas questões procuramos saber o estado das instalações das associações e verificamos que todas têm sede própria. Apenas a AAC considera o estado das instalações bom, as outras associações inquiridas consideram um estado razoável.

Ainda quisemos saber quais as instalações de cada associação e no quadro seguinte podemos verificar que todas as associações têm gabinete de direcção, serviços administrativos e instalações sanitárias (quadro 10). A salientar que nenhuma delas possui refeitório e área de saúde.

Quadro 10. Tipo de instalações nas várias associações

Instalações	AAC	ACIC	Quercus
Gabinete de Direcção	sim	sim	sim
Serviços Administrativos	sim	sim	sim
WC	sim	sim	sim
Bar	sim	sim	não
Arquivo	sim	sim	sim
Refeitório	não	não	não
Serviços de Apoio	sim	sim	não
Área de saúde	não	não	não
Área de convívio	sim	não	não
Área de instalações para o	sim	não	não
Sala de formação	sim	sim	sim
Área exterior de lazer	sim	não	não
Não tem instalações	não	não	não

Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos

Na questão seguinte quisemos saber se a associação recebia ajudas financeiras, logísticas ou materiais de alguma entidade, sendo que a única que respondeu que não foi a Quercus. As outras duas responderam que sim e no caso da Associação Académica de Coimbra, esta recebe ajudas financeiras da Câmara Municipal de Coimbra e da Universidade de Coimbra. No caso da ACIC, esta recebe apoios financeiros do PRIME¹⁷ e do POEFDS¹⁸.

De igual modo procuramos saber informações sobre o dirigente associativo, nomeadamente em relação às suas habilitações e ao escalão etário em que se insere e concluímos que todos os dirigentes têm formação do ensino superior, sendo a Associação Académica, onde o escalão etário do dirigente associativo se insere nos 18 aos 24 anos e os outros dirigentes inserem-se no escalão etário dos 25 aos 45 anos (quadro 11).

Quadro 11. Habilitações e escalão etário dos dirigentes

Associações	Habilitações do dirigente associativo	Escalão etário
AAC	Superior	18-24
ACIC	Superior	25-45
Quercus	Superior	25-45

Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos

¹⁷ Programa de Incentivos à Modernização da Economia.

¹⁸ Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento.

Por fim, e como este trabalho tem um carácter geográfico, não poderíamos deixar de saber qual o território que a associação abrange e quais os projectos em voga na actualidade. Ao nível de abrangência territorial estas associações têm características diferentes. A Associação Académica actua ao nível do concelho de Coimbra, dedicando-se a uma comunidade estudantil universitária. Esta associação tem projectos na área do desporto e cultura tendo como população alvo os estudantes universitários. A ACIC abrange o distrito de Coimbra, tendo projectos dentro da formação profissional, no associativismo e URBCOM¹⁹. Como população alvo, esta associação conta com, como já referimos os empresários associados. A Quercus tem a sua sede em Lisboa e por isso abrange todo o país, contudo apenas analisamos um dos núcleos, neste caso, o de Coimbra-Viseu, o que direcciona as actividades para estes dois distritos. Actualmente não tem nenhum projecto em curso.

¹⁹ URBCOM (Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial) é uma medida do Programa de Incentivos à Modernização da Economia, inserido no QCA III.

Considerações Finais

O presente trabalho estudou o Associativismo Urbano, mais concretamente, o modelo da Cidade de Coimbra, numa óptica também de uma cidade saudável, pois a cidade de Coimbra faz parte do projecto cidades saudáveis portuguesas, e nesse sentido quisemos saber como é que se distribui a rede associativa na área urbana e como é que contribui para a melhor qualidade de vida dos seus habitantes.

Ao longo deste projecto foram surgindo alguns contratemplos, uns que conseguimos ultrapassar, outros que nos foi impossível. Dado isto, a minha investigação ficou um pouco aquém do pretendido, pois tinha um plano ambicioso, mas as entidades/associações não colaboraram de maneira a obter os resultados ambicionados.

O associativismo é uma expressão da organização da sociedade civil que apela à responsabilização e intervenção dos cidadãos em conjunto tendo um objectivo comum para alcançar. As associações relacionadas com a cultura, recreio e desporto tem vindo a desenvolver acções de valor social incalculável ao longo do tempo junto da sociedade portuguesa. As associações não pararam de aumentar até aos dias de hoje, mesmo a seguir ao estado de euforia associativista que caracterizou Portugal no seguimento da revolução do 25 de Abril de 1974. O associativismo popular é uma área da vida social muito vasta e com uma intervenção de “veras” importante, embora ainda pouco compreendida na classe dos autarcas e em partes da sociedade portuguesa.

Na cidade são importantes todo um conjunto de associações diversas para melhor responderem às necessidades da população e assim contribuir para a coesão social e também para a formação de uma cidadania democrática e participativa.

Contudo percebemos que a cidade de Coimbra tem uma distribuição da rede associativa muito concentrada no centro da cidade, que corresponde às freguesias mais antigas e uma grande dispersão nas áreas mais periféricas.

Através da distribuição da prática das várias actividades pelas diferentes freguesias em estudo., vimos que nas freguesias centrais como Santa Cruz, Almedina, Sé Nova e Santo António dos Olivais que as actividades desportivas e culturais e recreativas predominavam, e que nas freguesias mais periféricas como são os casos de São Martinho do Bispo e Eiras, as actividades que predominam são as desportivas, caso diferente em Santa Clara, onde os inquiridos participam em actividades relacionadas com a direcção das associações.

Concluimos que a população desta cidade está muito afastada do movimento associativo dado os resultados dos inquéritos onde mais de 80% dos inquiridos afirmou não participar em actividades associativas. Através da análise dos resultados percebemos que os indivíduos que participam em actividades associativas são do género masculino, estão compreendidos no grupo etário dos vinte aos sessenta e quatro anos, maioritariamente pertencem ao estado civil dos casados e solteiros, são profissionalmente activos e alguns são também desempregados, possuem o ensino secundário, não têm uma vida sedentária, praticam actividades físicas regulares, o seu estado de saúde é bom e não se sentem inseguros no seu bairro.

Pelo contrário os indivíduos que não participam em actividades associativas são na sua maior parte do género feminino, com idade superior a 65 anos, pertencem aos estado civil dos viúvos e em união de facto, não têm nenhum grau de instrução, são reformados, possuem um vida sedentária e não praticam actividades físicas regulares, o seu estado de saúde é muito mau, a sua relação com os vizinhos é indiferente e sentem-se inseguros no seu bairro.

Sendo assim será importante incentivar a participação dos indivíduos que têm estas características para melhorarem a sua saúde que é o que pretende o projecto da rede de cidades saudáveis. Para isto é necessário que se criem actividades direccionadas a estes grupo e com um sistema de não pagamento de quotas.

Ainda de acordo com resultado dos inquéritos concluimos que a maioria da população que frequenta associações pratica actividades desportivas e

culturais e recreativas. Sendo assim, estas serão uma boa opção para sensibilizar a população de Coimbra a frequentar este tipo de associações porque são aquelas que melhor ajudam ao nível emocional e por conseguinte físico as pessoas contribuindo para uma melhoria da saúde.

Por fim ao nível da população em geral e para o desenvolvimento da cidade de Coimbra reflectimos sobre a importância de três associações de carácter distinto e que actuam de diferentes formas no território por causa da sua abrangência. Concluimos que a Associação Comercial e Industrial coloca Coimbra com uma permanente inter-relação concelhia e cria eventos para dinamizar a economia da cidade e de todo o distrito. Por outro lado a Quercus devido ao seu carácter descentralizador e porque as questões ambientais são de índole local, promove eventos para a defesa da natureza e protecção do ambiente na cidade de Coimbra e em todo o distrito. Por fim a Associação Académica pela dinamização das suas actividades culturais e desportivas promove a imagem de Coimbra para o resto do país, potenciando o prestígio da Universidade de Coimbra o que influenciará a vinda de estudantes.

Assim, estas associações actuam ao nível económico, ambiental e social o que potencia a melhor qualidade de vida dos habitantes da cidade de Coimbra em geral, porque apesar destas associações actuarem para grupos específicos (com excepção da Quercus), acabam por influenciar o desenvolvimento de toda a cidade e da população em geral. Neste sentido, torna-se fulcral que se incremente o associativismo e que se promovam relações entre associações.

Referências bibliográficas

ABRAÃO, Costa (2002) – “*Cavaleiros do poder.*” Projecto de investigação-acção do 4º ano da licenciatura de animação socioeducativa. Escola Superior de Educação, 2002 Coimbra.

ALVES, Sandra (1996) – “*Os sem-abrigo: (sobre)vivências de rua*” in “Exclusão Social - Rotas de Intervenção.” Coordenação de Hermano Carmo. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa

ASSOCIAÇÃO DOS ESCOTEIROS DE PORTUGAL (1982) – “*O que é o escotismo e como organizar um grupo de escoteiros*”. Lisboa

Associativismo Cultural: Coimbra Ano 2000 – ed. Câmara Municipal de Coimbra

Associativismo em Águeda: a força do concelho / coord. Nair Barreto de Carvalho Alves da Silva; redacção e textos Carlos Manuel Almeida dos Reis; colab. António Pinho. Águeda: Câmara Municipal, D.L. 2003.

ASSOCIATIVISMO: pilar de coesão social e do desenvolvimento local – entrevista com Alcides Monteiro, docente na Universidade da Beira Interior in *Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader+* – “Pessoas e Lugares”. II Séries, nº 34, Novembro 2005.

CAPUCHA, L. M. Antunes (2000) – “*Territórios da pobreza, onde é preciso voltar.*” In *Sociedade e Território*, nº30, 2000.

CARVALHO, A. Melo de (2002), *Associativismo, Inovação Social e Desenvolvimento*, Algés, Confederação do Desporto de Portugal.

CARVALHO, Paulo (2005) – “*Património Cultural e trajectórias de Desenvolvimento em áreas de Montanha – o exemplo da Serra da Lousã*”.

Tese de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CAVACO, Cristina (2005) – “*Associativismo*” in *Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader+ – Pessoas e Lugares. II Séries*, nº34, Novembro 2005.

COSTA, Lamartine Pereira da (1986) – “*Actividades de lazer e de desporto para todos em abordagens de rede e de baixo custo.*” Ministério da Educação e Cultura. Lisboa. Pp. 3- 36

Decreto – lei n.º 47344, de 25 de Novembro de 1966 (Código Civil).

Decreto- lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro (Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social).

ESTANQUE, Elísio (2006) – A questão social e a democracia no início do século XXI – Participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo: In: *Revista Finisterra*, vol. 55-56-57. Lisboa, 2006 (pp. 77-99).

FERNANDES, Ernesto (2002) – “O associativismo no tempo da globalização. Voluntariado e cidadania democrática.” In *Intervenção Social*, nº 25/26, 2002.

FERNANDES, J. C. Gomes (2003) – “O associativismo de pais: no limiar da virtualidade?” Ministério da Educação. Lisboa. Pp. 64-147

FERREIRA, Sílvia (2004) – “O papel do movimento social das organizações do terceiro sector em Portugal”. Comunicação apresentada no V Congresso de Sociologia, Universidade do Minho, Braga.

FONSECA, J. M. Coelho (2005) – “ Agitar depois de abrir: participação e associativismo – impulsionadores de desenvolvimento local.” - Projecto de Investigação-Acção no âmbito da Licenciatura em Animação Socioeducativa. Escola Superior de Educação de Coimbra, 2005.

FONSECA, João, coordenador (2000) – “Associativismo cultural – Coimbra Ano 2000). Edição da Câmara Municipal de Coimbra.

GUERRA, Isabel Carvalho (2002) – “Fundamentos e processos de uma sociologia de Acção – o planeamento em ciências sociais.” Principia, Publicações Universitárias e Científicas, 2ª edição. Cascais. Pp. 91 – 122.

JANUÁRIO, Susana (2000) – “ Organizações de solidariedade social radicadas na comunidade. A diversidade do terceiro sector em Portugal. Estudo de casos”. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

MONTEIRO, Alcides (2004) – “ *Associativismo e novos laços sociais.*” Quarteto, 1ª edição. Coimbra.

MONTEIRO, Susana (1996) – “*O Clube de Jovens do Bairro Da Cruz Vermelha*” in “Exclusão Social – Rotas de Intervenção.” Coordenação de Hermano Carmo. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.

NUNES, Francisco, RETO, Luís, CARNEIRO, Miguel (2001) – “ *O terceiro sector em portugal: delimitação, caracterização e potencialidades*”. Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo. Lisboa.

PARTIDÁRIO, Mª do Rosário (1999) – “ *Introdução ao Ordenamento do Território*”. Universidade Aberta. Lisboa. Pp. 111- 120.

PINHEIRO, João (2005) – *Associativismo cultural em Cascais*/João Pinheiro, Rui Telmo Gomes; colab. Sara Cristina Duarte. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

PUIG, Toni (1994) – “*La ciudad de las asociaciones: dirigir, gestionar y animar las asociaciones de los ciudadanos desde el marketing de servicios*”. Popular, DL 1994. Madrid.

RÊGO, Patrícia Pedro (1992), *O associativismo de lazer na região de Coimbra: contributo para a geografia do tempo livre*, Évora.

ROMEIRO, Joaquim Pinto (2002) – “*Caracterização dos tempos e consumos de lazer desportivo da população Universitária de Coimbra.*” Monografia para a Obtenção da Licenciatura em Ciências do Desporto e Educação Física.

Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física. Universidade de Coimbra. Pp. 6-28.

SALGUEIRO, Teresa Barata (2000) – “ *Fragmentação e exclusão social nas metrópoles.*” In Sociedade e Território, nº30, 2000.

SANTOS, J. A. Ferreira de (1992) – “ Estudos sobre as características das actividades recreativas dinamizadoras no âmbito do pequeno associativismo local, no concelho de Coimbra”. Escola Superior de Educação, 1992. Coimbra

SOUSA, J. O. Teixeira de (1988) – “*Contributo para o estudo do associativismo em Portugal.*” Resumo da dissertação de doutoramento apresentada à UTL/ISEF : "Para o conhecimento do associativismo desportivo em Portugal..." Universidade Técnica, ISEF, 1988. Lisboa.

VILAÇA, H. et GUERRA, P.(sd.) – “O espaço urbano enquanto contexto específico de dinamismos associativos: o caso das freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira”. Retirado do site <http://www.ces.uc.pt>.

VILAÇA, Helena (1991) – “Associativismo urbano e participação na cidade”. Versão reduzida do artigo que foi apresentado na conferência «Novos cidadãos, cidade nova?» integrada nas Noites de Sociologia do Porto em Maio de 1991. Retirado do site <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/rccsactual.php>.

VILAÇA, Helena (1999) – “Associações de Moradores enquanto aspecto particular do associativismo urbano e participação social”. Sociologia, nº4, pp.49-96.

Sites consultados:

<http://www.aac.pt> (consultado em 5/01/2011).

<http://www.acic.pt> (consultado em 5/01/2011).

<http://www.ces.uc.pt> (consultado em 2/11/2010).

<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/rccsactual.php> (consultado em 2/11/2010).

<http://www.confap.pt> (consultado em 08/12/2010).

<http://www.gestaoestrategica.ccdr-lvt.pt> (consultado em 16/11/2011).

<http://www.ine.pt> (consultado em 15/11/2011).

<http://www.jhu.edu/~cnp/compdata.html> (consultado em 08/12/2011).

<http://www.quercus.pt> (consultado em 05/01/2011).

<http://www.redecidadessaudaveis.com/> (consultado em 28/08/2010).

Anexos

Anexo 1 – Inquérito

INQUÉRITO
Inquérito realizado no âmbito da Dissertação de Mestrado em Geografia Humana.
Instituto de Estudos Geográficos - Universidade de Coimbra.

Inquérito realizados às associações

Data ___/___/___
Freguesia _____

1. Identificação da associação

1.1 Nome: _____

1.2 Data de fundação: ___/___/___

1.3 A associação está filiada em Instituições ou Organizações como federações, confederações?

Sim Não

1.3.1 Se sim, especifique _____

1.4 Número de sócios _____

1.5 Qual é a utilização da associação, segundo os escalões etários dos sócios?

0- 14

15 - 24

25 - 64

65 e + anos

1.6 Qual a cota que cada sócio paga? _____

1.7 Funcionamento da Associação:

Diário

Semanal

Mensal

Anual

Outros

Especificar: _____

1.8 A Associação funciona para actividades recreativas e de convívio¹ (frequência de bar, televisão, jogos de cartas, dominó e outros)?

Sim Não

1.9 Se sim, qual a frequência de utilização das instalações?

Muito frequentado

Mediamente frequentado

Pouco frequentado

Muito pouco frequentado

Nunca é frequentado

1.10 Quais as actividades existentes na associação?

Actividades culturais:
Especificar quais: _____

Actividades desportivas:
Especificar quais: _____

Assistência a idosos e crianças
Especificar quais: _____

Outras:
Especificar quais: _____

1.11 Com que frequência têm contacto com a autarquia local?

Nunca

Diariamente

Semanalmente

Mensalmente

Anualmente

Outros

Especificar _____

1.12 Tem sede própria?

Sim Não

1.13 Qual o estado das instalações?

Muito Bom

Bom

Razoável

Mau

Muito Mau

¹ Excluem-se os treinos de actividades desportivas, ensaios de actividades e reuniões das direcções.

Gonçalo Santos

1

INQUÉRITO

Inquérito realizado no âmbito da Dissertação de Mestrado em Geografia Humana.
Instituto de Estudos Geográficos - Universidade de Coimbra.

1.14 Que instalações tem a associação?

- Gabinete da Direcção
- Serviços Administrativos
- WC
- Bar
- Arquivo
- Refeitório
- Serviços de apoio
- Área da saúde
- Área de convívio e actividade
- Área de instalações para o pessoal
- Sala de formação
- Área exterior de lazer
- Não tem instalações
- Outras situações
- Especificar _____

1.15A associação possui veículos próprios?

Sim Não

1.15.1 Se sim, possuem:

- Carrinha
- Autocarro
- Veículo comercial
- Veículo de passageiros
- Veículo misto
- Outros
- Especificar _____

1.16 A associação recebe ajudas financeiras, logísticas, materiais ou outras?

Sim Não

1.16.1 Se sim, especifique a sua origem:

1.17 Qual o território que abrange?

- Todo o país
- Concelho
- Freguesia
- Bairro
- Outro
- Especifique: _____

1.18 Em que lugares actua a associação²?

1.19 A associação utiliza algum equipamento público sem ser a sede?

Sim Não

Se sim, especifique qual _____

1.20 O dirigente associativo possui que habilitações?

- 1.º Ciclo
- 2.º Ciclo
- 3.º Ciclo
- Secundário
- Superior

1.21 Em que escalão etário se insere o dirigente associativo?

- 18 – 24
- 25 – 45
- 46 – 64
- 65 e + anos

1.22 A associação desenvolve actualmente algum projecto?

Sim Não

1.22.1 Que tipo de projecto? Especificar

1.22.2 Qual a população alvo?

- Jovens em risco
- Desempregados
- Imigrantes
- Terceira idade
- Outros

Especificar: _____

² Localização exacta, ou seja, nome das ruas, bairros, freguesias ou concelhos onde o projecto se destina.

INQUÉRITO

Inquérito realizado no âmbito da Dissertação de Mestrado em Geografia Humana.
Instituto de Estudos Geográficos - Universidade de Coimbra.

1.22.3 Qual o território que abrange³?

³ O mesmo que a segunda nota.